REVISTA
BOLETIM
OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL ATUAL:
RECONSTRUÇÃO, INTERFACES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

V. 100, N. 02.2023
Agosto - Dezembro/2023
ISSN 2526-7442

V.100

- Artigos
- Entrevista
- Resenha

OBSERVATÓRIO da diversidade CULTURAL

Rick Rodrigues
Desaguar
Série "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura"
Bordado sobre tecido voil e pedras de rio recolhida no Rio Piraquê-Açu
João Neiva, ES, 2021
Foto: Junior Luis Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

B688 Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, v. 100, n. 2 (ago.-dez. 2023) / Coordenação editorial José Márcio Barros... [et al]. – Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2023.

Vol. 1, n. 1 (2014)-
ISSN 2526-7442
Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/

1. Políticas Culturais. 2. Cultura. 3. Participação Social. 4. Ministério da Cultura. I. Barros, José Márcio. II. Pinto, Ana Carolina de Lima. III. Val, Ana Paula do. IV. Dupin, Giselle. V. Costa, Kátia. VI. Lolata, Priscila Valente. VII. Melo, Sharine M. VIII. Martins, Sílvia Maria Bahia.

CDD 306.47

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EXPEDIENTE

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma publicação periódica que difunde textos, artigos, entrevistas, relatos de experiências, resenhas, reportagens e trabalhos artísticos (ilustrações, gravuras, fotografias) relacionados à diversidade cultural em suas diferentes perspectivas conceituais, metodológicas e estéticas, na qual pesquisadores envolvidos com a temática refletem sobre sua complexidade em suas variadas vertentes.

BOLETIM OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Equipe Editorial
José Márcio Barros
Ana Carolina de Lima Pinto
Ana Paula do Val
Giselle Dupin
Kátia Costa
Pedro Marques
Priscila Valente Lolata
Sharine M. Melo
Sílvia Maria Bahia Martins

Editoria de Arte
Ana Paula do Val
Priscila Lolata

Revisão
Ana Carolina de Lima Pinto
Giselle Dupin
Jocastra Holanda
Sharine M. Melo

Projeto Gráfico e Diagramação
Ana Carolina de Lima Pinto

Créditos das Imagens
Adrianna eu
Adriano Machado
Anny Lemos
Fredone Fone
Marcos Martins
Marília Scarabello
Rick Rodrigues
Serge Huot
Vinicius SA

Capa
Vinícius SA
Lágrimas
Dimensões variadas
Juiz de Fora, MG, 2013
Foto: Erivan Morais

Acompanhe o ODC
observatoriodadiversidade.org.br

LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA

CA: 2018.13609.0056

Patrocínio

USIMINAS

Parceiros

UEMG UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE UFBA

FAPEMIG

Correalização

OBSERVATÓRIO da diversidade CULTURAL

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Realização

A LIBERDADE MORA EM Minas

CULTURA E TURISMO

MINAS GERAIS

GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Anny Lemos
Reflexões sobre vestígios
Série "Vestígios"
Acrílica sobre tela, 60 x 80 cm
São Carlos, SP, 2019
Foto: Lucas Ruiz

SUMÁRIO

10 EDITORIAL

13 POLÍTICAS CULTURAIS EM CONJUNTURA PARADOXAL
Antonio Albino Canelas Rubim

24 DESAFIOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Entrevista com Eliane Parreiras

35 RESENHA: POLÍTICA CULTURAL; FUNDAMENTOS
Bernardo Mata-Machado

41 15 MIL PONTOS DE CULTURA, E AGORA?
OS DESAFIOS DA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL DE BAIXO PARA CIMA
Luana Vilutis

54 POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: DO GOLPE À PAULO GUSTAVO
Kátia Maria de Souza Costa e Silvia Maria Bahia Martins

70 INFRAESTRUTURA CULTURAL DO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO
Plínio Rattes

95 OS AVANÇOS LEGAIS NA FACILITAÇÃO DOS PROCESSOS ENVOLVIDOS NO FOMENTO À CULTURA E OS DESAFIOS ENVOLVIDOS EM SUA EFETIVA IMPLANTAÇÃO
Poli Brasil

109 REFLEXOS ECONÔMICOS NA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA: UMA ANÁLISE REPLICÁVEL PARA OUTROS MUNICÍPIOS A PARTIR DOS RESULTADOS DO PROJETO CULTURA E ECONOMIA PARA JACAREÍ
Wiliam Retamiro e Jade Gama Diniz

127 POLÍTICAS CULTURAIS COM AS PERIFERIAS: ESCUTA ATENTA, PRESENÇA E MUDANÇA DOS PARADIGMAS DE CULTURA
Bruna Hercog e Natureza França

139 O CEARÁ EM ESTADO DE CONFERÊNCIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS CONFERÊNCIAS DE CULTURA
Leandro Silva, Renata Melo e Thiago Rodrigues

152 A III CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DA CULTURA DE TOLEDO (PR): DIÁLOGOS EM REDE E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS MARCOS LEGAIS
Juan Ignacio Brizuela, Marcela Cristina Bettega e Tatyane Cristina Mendonça Ravedutti

164 SOBRE A COORDENAÇÃO DO EDITORIAL E EDITORIA DE ARTE

168 SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

171 APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS E AUTORES

Marília Scarabello
Verdade-ficção
Cubo mágico 6x6, adesivos em vinil e esmalte
Jundiaí, SP, 2022
Foto: Marília Scarabello

EDITORIAL

A Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural chega à sua 100ª edição. Além da alegria que essa marca traz, nos propusemos a divulgar a produção reflexiva de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil sobre como as políticas culturais, após os anos de desmonte entre 2016 e 2022, estão sendo retomadas e podem participar da reconstrução e do fortalecimento da democracia no Brasil.

Em janeiro de 2023, o Ministério da Cultura (MinC) voltou a ter relevância política no Governo Federal brasileiro. A pasta foi reformulada, passando a ser composta pelas Secretarias de "Direitos Autorais e Intelectuais", "Economia Criativa e Fomento Cultural", "Formação, Livro e Leitura", "Audiovisual", "Comitês de Cultura" e "Cidadania e Diversidade Cultural". Grande parte das ações do recriado Ministério está voltada à implementação e à execução das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, ambas formuladas com intensa participação da sociedade civil. Mas além disso, uma extensa e complexa pauta de ações voltadas ao fomento, à participação social e à diversidade está em andamento. Todas essas ações envolvem a organização de conselhos, comitês e outras instâncias de participação e atualizam os debates sobre a representatividade e a efetividade do envolvimento social nas decisões políticas e institucionais.

Para essa edição, reunimos um conjunto de onze textos que analisam diferentes realidades e dimensões das políticas culturais na atualidade em nosso país. Os desafios, os paradoxos e as experiências, na forma de reflexões, relatos de experiências, entrevista e resenha, trazem uma contribuição efetiva para a reconstrução das práticas democráticas no Brasil. Questões como a democracia, a participação social, a recriação e a reconstrução do Ministério da Cultura, as alterações nas políticas de fomento e financiamento, além das práticas solidárias e emancipatórias protagonizadas por setores e grupos sociais, estão presentes neste número.

Apresentamos também trabalhos de artistas que, de forma sensível, diversa e a partir de diferentes técnicas, dialogam com o nosso fazer cultural e nossas políticas culturais.

Nossa proposta é ir além das análises críticas sobre o desmonte operado no período de 2016 a 2022, reconhecendo agora as práticas de resistência e resiliência, mas também desenvolvendo um olhar sobre as mudanças já em curso direcionadas ao fortalecimento da democracia e ao enfrentamento da histórica desigualdade na sociedade brasileira.

Obrigado aos autores e autoras.

Boa leitura!

Equipe Editorial

Adriana eu
O nó em nós
Antigas peneiras de chá, de prata e fios de prata
São Paulo, SP, 2022
Foto: Adriana eu

POLÍTICAS CULTURAIS EM CONJUNTURA PARADOXAL

Antonio Albino Canelas Rubim[1]

RESUMO

Analisar os dilemas e desafios das políticas culturais na atual conjuntura brasileira, que conjuga, de modo singular e paradoxal, no campo da cultura, orçamentos robustos e acentuada desconstrução institucional, derivada dos tempos sombrios vivenciados pelo Brasil, conforma os horizontes do texto. Ele busca apontar demandas atuais para novas políticas culturais.

*

O cenário político-cultural encontrado pelo governo Lula foi deveras paradoxal. Institucionalidade, pessoal e clima culturais em frangalhos. Maiores orçamentos já conquistados na história do campo cultural. Em suma, situação paradoxal. A carência já não era a de sempre: escassez de recursos. Em seu lugar, desafiante contraste entre orçamentos robustos e imensa debilidade institucional.

A confluência perversa, para lembrar a perspicaz noção de Evelina Dagnino (2005), remete a outra: a conjunção, também perversa, pandemia e pandemônio. Como procedimento político acionado pela gestão Messias Bolsonaro (Rubim, 2022), o pandemônio, além do genocídio na saúde com mais de 700 mil mortes, atingiu toda sociedade brasileira: inflação, desemprego e crise na economia; aumento das desigualdades de todo tipo e retorno do flagelo da fome; desastres no meio-ambiente; perseguições e orçamentos reduzidos na educação, universidades e ciências; isolamento internacional; autoritarismo; violência; corrupção na política, via orçamento secreto e outras artimanhas; guerra cultural e investidas constantes contra as liberdades.

A guerra cultural combateu culturas democráticas e emancipatórias, sintetizadas no termo "marxismo cultural" (Costa, 2020 e Tavares, 2021).

1 Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: albino.rubim@gmail.com

Buscou suprimir a diversidade cultural pela censura, asfixiou orçamentos, transformou adversários em inimigos para liquidar, produziu fake news e pretendeu impor monoculturas autoritárias, fundamentalismos, negacionismos, terraplanismos etc (Rubim, 2020), repletas de ódio (Mello, 2020 e Rocha, 2021).

Diferente da disputa plural de valores inerente à vida democrática, a guerra cultural bolsonarista tornou inimiga a maioria do campo cultural. As violências simbólicas e físicas produziram medo e resistências, de início pontuais e depois amplas, conforme a bibliografia já existente indicada no texto. A exclusão dos fazedores de cultura da lei emergencial de amparo na pandemia levou o campo a lutar por uma lei específica, a Aldir Blanc. A surpreendente vitória pavimentou possibilidades: a lei emergencial Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc II, de caráter não emergencial, com cinco anos de vigência.

O movimento conquistou vitórias improváveis na gestão bolsonarista, uma vez que foram conquistas excepcionais em contexto antidemocrático. Apesar da adversidade, os agentes culturais, fragilizados pela conjunção entre pandemia e pandemônio, conseguiram se articular, mobilizar, lutar, sensibilizar o parlamento nacional e obter as expressivas vitórias. Nada fácil explicar como foram possíveis três vitórias, inclusive com votações quase unânimes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, as quais isolaram os bolsonaristas mais convictos e depois conseguiram reverter o veto presidencial.

A peculiar conjuntura político-cultural impõe hoje novos desafios. Não basta atualizar as criativas políticas culturais desenvolvidas entre 2003-2016. Novos problemas estão agendados e inovadoras formulações e práticas são exigidas, afinal, o mundo e o Brasil não são mais os mesmos. Eles são outros, após o aumento neoliberal das desigualdades, a emergência de forças fundamentalistas neofascistas e a experiência traumática da gestão Messias Bolsonaro.

Dilemas e desafios

A paradoxal conjuntura inova não só pela presença de leis e orçamentos. Ela traz para a cena atual um conjunto de novidades, a serem observadas, interpretadas e acolhidas como eixos inspiradores para a

atualização de políticas culturais sintonizadas com as circunstâncias de 2023.

As vitórias, além de conquistarem grandes recursos para a cultura, mobilizaram e organizaram o campo cultural, bem como colocaram em cena o federalismo cultural, mesmo que transfigurado pela contraposição a uma gestão adversária da cultura e sua guerra cultural. O meio cultural desconfiou da gestão nacional no uso dos recursos e na sua disposição de desenvolver manifestações culturais criativas e livres.

As leis culturais nascem no federalismo cultural capenga, conjugando recursos federais com apagamento deliberado da atuação da União. O Brasil é uma federação longínqua. Ela sempre se exerceu de modo raquítico. No campo da cultura quase inexistia. O Sistema Nacional de Cultura (SNC), ainda que em seu início carecesse de uma visão federalista mais consistente (Rocha, 2019), desencadeou o processo. Nas discussões de sua implantação, o tema se tornou consciente. As paralisias que o SNC sofreu, tanto no período democrático, quanto nos tempos sombrios, dificultaram a disseminação ampla do federalismo cultural, inclusive porque orçamentos inviabilizaram a relação fundo a fundo, condição para seu desenvolvimento.

Hoje cabe reconstruir o federalismo cultural, no qual União, estados, Distrito Federal e municípios atuem de modo colaborativo, definam responsabilidades, evitem qualquer retração cultural e, ao contrário, estimulem os entes a um efetivo federalismo cultural, até hoje inexistente no Brasil.

O exercício consistente do federalismo cultural coloca em cena os territórios, imaginados como geográfico-culturais. Território é cultura. A territorialização da cultura e das políticas culturais emerge como demanda contemporânea, alicerçada em experiências vigorosas acontecidas no país, em estados e em municípios, mesmo nos tempos sombrios.

O federalismo e a territorialização acolhem a diversidade cultural, tão maltratada durante as gestões pós-golpe de 2016, quando se buscou seu silenciamento. Ela se tornou condição para a construção de um Brasil distante do supremacismo masculino branco-ocidental, entronizado como dono do poder social, econômico, político e cultural. Ela é fundamental para constituir uma nação tecida por muitas e diversas gentes, etnias, sexos e culturas, sempre oprimidos e invisibilizados em sua história. O reconhecimento legítimo da diversidade cultural, que compõe o país, se

mostra como alicerce para a democracia brasileira ampliada. Ela aponta para as diversas culturas brasileiras, que fazem nossa complexidade e singularidade. A combinação entre a superação das profundas desigualdades sociais e o reconhecimento da diversidade sociocultural floresce como condição indispensável para a democracia no Brasil.

Nem tudo são flores. A diversidade cultural traz riscos potenciais. Um deles: fixar guetos culturais pretensamente autossuficientes, criando um perigoso mundo de isolamento e "verdades". Daí a necessidade de combinar as políticas públicas de culturas com diálogos interculturais, afinal o desenvolvimento cultural implica intercâmbios e trocas. Sem eles, as culturas tendem a arrogância e intolerância. Todas as culturas são, a rigor, impuras, pois dialogam em sua dinâmica viva com outras culturas. Por óbvio, que o diálogo nem sempre é harmônico, mas contém instantes de conflito, tratados como legítimos e resolvidos com mais democracia. Dificuldades e riscos não podem interditar a constatação de que a diversidade cultural e os diálogos interculturais são premissas da democracia ampliada hoje no Brasil.

A necessidade de dar alguma centralidade à cultura, superando sua constante posição secundária, traz para a agenda atual a demanda de confecção de políticas culturais transversais com esferas afins as mais distintas. A tarefa é facilitada pela transversalidade imanente da própria cultura. Ou seja, a cultura perpassa ambientes e fluxos da sociedade. Sem políticas transversais a cultura se isola. Victor Vich (2014) propõe "desculturalizar a cultura". Assim, a simbiose da cultura com áreas sociais e governamentais pode inserir a cultura no projeto de sociedade pretendido, dando a ela centralidade. O processo comporta riscos, quando a cultura se submete a outras políticas públicas, sem considerar adequadamente às dinâmicas inerentes à cultura.

Recursos: ganhos e perigos

Com a Lei Aldir Blanc I já implementada no ano passado, as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II devem ser implantadas em 2023 de maneira satisfatória, sem problemas que afetem a boa execução, inclusive orçamentária, pois o tratamento ineficiente dos recursos pode ser utilizado contra o campo cultural, afetando a sua necessidade, presente e futura, de orçamentos adequados.

As potencialidades inscritas nas leis, como sua afinidade com as temáticas assinaladas, não se realizam de modo automático, mesmo com funcionamento eficiente. Caso tais processos se limitem à execução financeira, por mais que elas sejam fundamentais, nada garante que as demandas democráticos, de preservação e promoção da diversidade cultural, de consolidação do federalismo e da territorialização da cultura, da efetivação da transversalidade, da renovação do modelo de financiamento, da mobilização da cultura e de fortalecimento da institucionalidade cultural sejam automaticamente alcançados.

A atenção deve ser constante com virtuais perigos. A existência de recursos vultosos vindos da União pode resultar na inibição de verbas estaduais e municipais e não no estímulo para que tais entes federativos atuem como reais participes de políticas federalistas. Desse modo, federalismo e territorialização estariam em xeque, juntamente com a democracia.

Outro risco nada desprezível: o volume de recursos levar ao esquecimento da discussão do modelo de fomento e financiamento à cultura no país. Muitos são os estudos que fazem críticas à supremacia do incentivo fiscal no modelo vigente. Impossível elencá-las no texto. Dentre as críticas, podem ser lembradas: uso quase exclusivo de recursos públicos, poder de decisão de verbas públicas submetido às empresas, alta concentração de recursos em determinadas áreas culturais, regiões, projetos e "patrocinadores". Tais críticas não têm afinidade com os ataques, em geral infundados, dos bolsonaristas ao incentivo fiscal na cultura. A democratização do modelo de apoio aparece como essencial para a democracia cultural no Brasil.

Os desafios são complexos. Um deles, talvez central, é a combinação virtuosa da execução orçamentária otimizada das leis e sua associação aos temas antes assinalados, por meio de políticas culturais inventivas, que teçam articulações. Ou seja, de políticas comprometidas com o aprimoramento da democracia, da diversidade, do federalismo cultural, da territorialização, da transversalidade, da revisão do financiamento e da organização do campo cultural.

Sem tais conexões para acionar as potencialidades, a janela de oportunidades aberta pode se perder. Sem os avanços necessários, a situação tende a se deteriorar e corroer mesmo os resultados financeiros

conseguidos. O campo cultural e o Ministério de Cultura devem estar atentos aos momentos presentes e seus cruciais desafios. Para além da mera visão financeira das leis, o que está em jogo é a capacidade de associar, em plenitude, a implantação e execução das leis com horizontes vitais das políticas culturais demandadas pela atualidade brasileira. Sem elas, os impasses democráticos da sociedade e das culturas brasileiras não serão enfrentados e equacionados.

De imediato, cabe superar a ilusória ideia da neutralidade das gestões e políticas culturais, que de maneira sub-reptícia invade mesmo posições democráticas. Muitas vezes, gestões e políticas culturais são reduzidas a meras ações de apoio e financiamento, cabendo ao estado tão somente prover e repassar verbas aos fazedores, coletivos, comunidades, movimentos, instituições e empresas para eles produzirem cultura. A gestão bancária, para lembrar a sagaz noção de Paulo Freire, tenta esconder o óbvio: toda gestão toma decisões e faz política, assuma ou não.

Um edital, para tomar um formato hoje muito utilizado, aparentemente neutro e institucional, implica em opções: escolha de áreas contempladas, definição de requisitos para participação, delimitação de critérios de avaliação, determinação das comissões de seleção e inúmeras outras deliberações, como demonstra Sofia Mettenheim (2023). Enfim, gestões e políticas culturais não são neutras, nem apenas formalistas, como pretendem alguns estudiosos ou gestores.

Traduzir leis em políticas

Um dos grandes desafios de qualquer gestão cultural qualificada é traduzir políticas culturais, quase sempre formuladas em termos abstratos e genéricos, em programas, projetos, eventos, obras e leis com capacidade de serem entendidas e dar concretude às políticas culturais. Assim, as leis têm que ser assumidas sempre em atitude comprometida, para que possam ser vetores de políticas culturais democráticas.

A questão, que emerge em toda sua complexidade, é como vincular as leis conquistadas com demandas advindas da conjuntura político-cultural, tais como: democracia, diversidade, federalismo, territorialização, transversalidade, modelo de financiamento, mobilização e institucionalidade culturais. A regulamentação das leis pode inscrever tais

fatores como intrínsecos à realização efetiva delas, mas regulamentar não basta. A questão não se reduz a termos legislativos.

Para além das leis e regulamentações que já indicam caminhos para políticas culturais, é imprescindível que os agentes culturais e o Ministério da Cultura sejam capazes, no processo de sua implementação, de promover mobilização político-cultural que desvele e enlace a cada instante leis e políticas culturais. Sem a conexão cotidiana, as leis podem ganhar autonomia, vida própria e serem reduzidas a simples instrumentos financeiros para alimentar quaisquer culturas, mesmo aquelas autoritárias, antidemocráticas, contrárias às agendas derivadas da conjuntura.

Os agentes culturais e o Ministério da Cultura precisam atuar afinados com tais perspectivas para que todo potencial inscrito nas leis se transforme em realidade. A refundação do Brasil e da cultura brasileira exigem políticas culturais claras, sem ambiguidades, visando o aprimoramento da democracia e da cultura. Enfim, políticas culturais transversais, que dialoguem com todas as áreas afins e coloquem a cultura em posição da maior centralidade do projeto nacional de desenvolvimento.

O apagamento de políticas culturais e sua pretensa neutralidade retiraram de cena algumas das principais exigências da atualidade brasileira: a disputa entre democracia e autoritarismo, vital nos tempos recentes e atuais, e a disputa inerente à democracia, que implica no confronto de concepções diferentes de democracia. Dentre elas, a visão restrita de democracia, que a circunscreve ao estado/governo, e sua concepção ampliada, que retém, além do estado/governo, a democratização da sociedade e das relações sociais de poder como condição sine qua non para a existência da democracia. A ausência de políticas culturais democráticos, ao não disputar valores, reforça supremacismo, racismo, machismo, homofobia, xenofobia e outras atitudes autoritárias, que põem em xeque conquistas e a vitória eleitoral, que derrotou Messias Bolsonaro.

Cabe responder à exigência mais contundente imposta pela conjuntura atual: o aprofundamento e a consolidação da democracia brasileira, sempre muito frágil. Nessa perspectiva, tecer o enlace entre políticas culturais e democracia se torna imprescindível. O que significa hoje colocar a democracia no centro das políticas culturais? Algumas respostas podem ser sugeridas. 1. A construção democrática das políticas culturais, porque dialógica e participativa, através de conferências, conselhos, colegiados.

2. A incorporação de temas essenciais para a democracia na atualidade, tais como: diversidade cultural; federalismo cultural; territorialização da cultura e das políticas culturais; transversalidade e modelo democrático de financiamento. Eles são eixos de políticas culturais viscerais e democráticas na conjuntura atual.

A conexão das políticas culturais com a democracia exige seu engajamento com conteúdos de teor democrático, contra desigualdades, opressões e privilégios presentes no Brasil e no mundo, em diálogo transversal com áreas afins, visando a garantia da cidadania, inclusive cultural; os direitos, dentre eles os culturais, e a democracia, assumida também em sua dimensão cultural. Sem a democracia cultural, o projeto da democracia ampliada no Brasil não se realiza.

Em suma, desenvolver as enormes vitórias obtidas pelo campo cultural implica hoje em compreender que elas só podem ser expandidas por meio da vinculação das políticas culturais com a consolidação da cultura democrática no país. Ela configura uma das barreiras mais eficazes contra o risco do retorno da barbárie, que continua a ameaçar a sociedade e a cultura brasileiras e o mundo contemporâneo.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais em conjuntura paradoxal. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Sandra (org.) **Brasil:** cinco anos de golpe e destruição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

COLLING, Leandro; SAMPAIO, Adriano (org.). **A cultura em tempos sombrios**. Salvador: Edufba, 2022.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do marxismo cultural.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

DAGNINO, Evelina. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. In: **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005.

DUARTE, Luisa. **Arte, censura, liberdade**: reflexões à luz do presente. Rio de Janeiro: Cobogó, 2018.

MELLO, Patrícia. **A máquina do ódio:** notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

METTENHEIM, Sofia. **É de tal? Democratizar o fomento à cultura**: possibilidades e desafios a partir dos editais municipais das capitais brasileiras (2013-2018). Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, 2023 (dissertação de mestrado).

MOREIRA, Rafael; SPADA, Lincoln. **O fim do Ministério da Cultura**: reflexões sobre as políticas culturais na era pós-MinC. São Paulo: Imaginário Coletivo, 2022.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROCHA, Sophia. **Da imaginação à constituição:** a trajetória do Sistema Nacional de Cultura (2002-2016). Salvador, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, 2018 (tese de doutorado).

RUBIM, Antonio Albino Canelas. La acción político-cultural de la administración Messias Bolsonaro. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 60, p. 9-20, 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. El pandemonio como estrategia político-cultural en Brasil. **Comunicación y Medios**. Santiago, v. 30, n. 44, p. 82-92, 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais**: diálogos possíveis. São Paulo, Edições Sesc, 2022.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). **Cultura e política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

SANTOS, Márcio Tavares dos. **A arte como inimiga:** as artes reacionárias, o regresso da censura e a guerra cultural no Brasil (2013-2021). Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Artes) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

STEFANONI, Pablo. El teórico de la conspiración detrás de Bolsonaro. Olavo de Carvalho y la extrema derecha en Brasil. In: **Nueva Sociedad**, janeiro de 2019. Disponível em: https://nuso.org/articulo/conspiracion-bolsonaro-olavo-carvalho/. Acesso em: 21 mar. 2022.

VARELLA, Guilherme; BRANT, João. Do Estado da Cultura ao Estado anticultural. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; POCHMANN, Márcio (org.). **Brasil:** Estado social contra a barbárie. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 523-538.

VICH, Victor. **Desculturalizar a cultura.** La gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires, Siglo XXI, 2014.

Anny Lemos
A espera
Série "Amélias e outras manchas"
Acrílica sobre tela, 40 x 50 cm
São Carlos, SP, 2019
Foto: Lucas Ruiz

DESAFIOS INSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Entrevista com Eliane Parreiras[1]

O ano de 2023 tem sido apontado como um ano de reconstrução das políticas culturais, você concorda com essa afirmação? O que você destacaria como mais importante neste processo? De forma objetiva, como você acredita que isso tem acontecido?

Eliane Parreiras: Vivemos um momento singular da Cultura no Brasil, especialmente porque a Política Cultural entrou novamente na agenda nacional, com passos importantes para sua institucionalização, fortalecimento e abrangência.

Destacamos a recriação do Ministério da Cultura, como organização institucional que acelera e intensifica a implementação de políticas públicas em todo o território nacional. Destacamos a retomada ativa de políticas nacionais de grande impacto para todos os entes federados, como o Sistema Nacional de Cultura, as políticas do Cultura Viva, de fomento, do livro, leitura e literatura, do audiovisual, PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Céus da Cultura, entre outras. Ao mesmo tempo, implementou uma nova geração de ações como a Lei Paulo Gustavo (LPG), Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) (a maior política cultural do Brasil e com horizonte de 5 anos), além de iniciar processos de uma política nacional para as artes e de fortalecimento da relação com os entes federados, entre outras iniciativas.

Outro movimento importante e que se fortalece a cada dia é a organização em rede e colaborativa dos estados e munícipios, protagonistas da execução das políticas públicas. O Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, as redes estaduais de gestores municipais e as entidades representativas municipalistas

1 Bacharel em Comunicação Social e Pós-graduada em Gestão Cultural pela PUC Minas. Secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte (MG) e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados.

estão articulados, atuando de maneira integrada e ocupando um papel estratégico para a elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas nacionais e ampliando e incrementando suas políticas locais, em um grande círculo virtuoso.

Após um período de extrema dificuldade com a pandemia e ausência de políticas culturais nacionais estruturadas, o setor cultural também se reergue, se organiza, amplia a participação social e recebe estímulos com maior perenidade e estratégia, gerando uma profusão criativa e na gestão cultural.

Políticas estruturadas, estratégia, recursos, gestores comprometidos, capacidade de gestão, talento criativo e apoio social. Com esses elementos juntos, acreditamos que a cultura entra em um movimento positivo, de desenvolvimento integrado, democrático e legítimo.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), a despeito de estar inscrito na nossa Constituição, ainda não é uma realidade efetiva. Como você avalia o atual momento do SNC e o que proporia para sua efetiva implantação e funcionamento?

Eliane Parreiras: O Sistema Nacional de Cultura (SNC), ainda que previsto pelo Art. 216 da Constituição Federal desde 2012, não foi efetivamente implementado. A Emenda Constitucional que institui o SNC explicita sua finalidade de organizar a gestão pública de cultura em regime colaborativo, sistêmico, descentralizado e participativo. O objetivo principal é o desenvolvimento de políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação em suas instâncias e a sociedade e que os entes federados organizem seus respectivos sistemas de cultura. E não há a menor dúvida sobre a importância da definição dos papéis de cada uma das três instâncias federativas, assim como da estruturação dos sistemas de governança e institucionais da cultura.

O Projeto de Lei nº 9.474/2018, que regulamenta o SNC, segue sem aprovação no Congresso Nacional. O Plano Nacional de Cultura permitiu avançar conceitualmente de forma significativa com os princípios e elementos estruturantes do Sistema, mas os principais desafios, relacionados à estrutura e competência dos entes federados e, sobretudo, à descontinuidade das políticas culturais, seguem presentes.

Certamente, um dos maiores dificultadores da implementação dos sistemas municipais e estaduais de cultura é a imensa diversidade socioeconômica no território brasileiro, frente a um modelo homogêneo. Além disso, ao se padronizar o Sistema em modelos prévios, enquadrar as políticas e estabelecer regras padronizadas, políticas culturais locais longevas muitas vezes são desconsideradas ou tem dificuldades de serem compatibilizadas.

Ao mesmo tempo, vivemos um período, com as leis nacionais emergenciais e de financiamento da cultura, de maior estímulo para adesão e implementação dos sistemas de cultura locais, com a previsão de repasse fundo a fundo. A regulamentação e execução da Lei Paulo Gustavo (LPG), assim como a Política Nacional Aldir Blanc são importantes marcos para a efetiva implementação do SNC no território, visto que a adesão a essas leis estabelece a obrigatoriedade de o ente integrar o SNC. Sendo assim, os 98% municípios brasileiros que aderiram à LPG deverão até julho de 2024 instituir conselho, plano e fundo para a Cultura. E a mesma exigência de implementação se aplica aos 5 anos de PNAB.

Destaco também a recriação do Ministério da Cultura, como órgão gestor das políticas culturais nacionais, como fundamental para o fortalecimento do SNC. A criação pelo MinC de estruturas institucionais e instrumentos de diálogo, apoio e articulação também tem sido fundamentais para a implementação do SNC nos diversos territórios. Aliado a isso, destaco também a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, após 10 anos desde a última edição, fundamental para consolidar as diretrizes e prioridades políticas para o campo cultural no próximo período, de forma participativa e democrática.

Os fóruns e redes têm articulado diálogos e debates com o MinC no sentido de se considerar a diversidade, tamanhos e níveis de maturidade das gestões municipais, de modo a se encontrar, de maneira equilibrada, adequações, gradações e escalonamentos para que todos os entes possam participar democraticamente do SNC.

Entretanto, para a consolidação de políticas públicas de Estado contínuas no âmbito da Cultura, é necessário ainda o fortalecimento dos instrumentos e marcos legais da cultura, incluindo a normatização da implementação dos sistemas estaduais e municipais de cultura; a participação social, em suas diferentes esferas, institucionais ou não, para a

democratização e legitimação das políticas culturais; e uma coordenação articulada, intersetorial e transversal com os diferentes entes federados e órgãos parceiros da implementação, além do aprimoramento contínuo dos elementos estruturantes do Sistema Nacional de Cultura.

Ainda sobre o SNC, quais as principais questões a serem trabalhadas pela União e os estados para vencer os desafios institucionais do SNC, principalmente no que diz respeito aos municípios de menor porte, considerando os 87,92% de municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes?

Eliane Parreiras: A efetiva execução do Sistema Nacional de Cultura (SNC) no Brasil, sobretudo em municípios de menor porte, traz consigo desafios específicos que demandam uma colaboração estreita entre União, estados e municípios. Considerando, a predominância de municípios com população inferior a 50 mil habitantes no país, com profunda diversidade socioeconômica, torna-se ainda mais crucial levar em conta as especificidades e particularidades de cada território para a implementação dos elementos estruturantes do Sistema Nacional de Cultura.

Nesse sentido, cabe à União ampliar a sensibilização junto aos gestores locais, fortalecendo a assistência e a capacitação, a partir dos conceitos e instrumentos globais que articulam o sistema em nível federal. Precisam ser consideradas também as especificidades regionais, culturais, de nível de maturidade, capacidade de execução e políticas culturais locais, para serem elaborados instrumentos específicos de implementação, indicadores diferenciados de monitoramento, gradações e escalonamentos diferenciados. Destaco, também, a necessidade de consolidar políticas nacionais de fomento aos municípios, considerando as limitações de arrecadação e execução de recursos próprios pelos municípios de menor porte.

Aos estados é crucial estabelecer uma política de acompanhamento e suporte contínuas, promovendo a articulação entre municípios, que facilite a troca de experiências e execução de políticas como. Destacamos a necessidade de fomento a experienciais super exitosas como os consórcios intermunicipais, as redes, fóruns e organizações de microrregiões, e as agências metropolitanas; a orientação sobre a adaptação dos

instrumentos de gestão às realidades locais; a estruturação de um sistema de participação social ativo.

Participação social parece ser o discurso central do atual momento político da Cultura. Como você avalia a participação de representantes da sociedade civil e do poder público nos conselhos de política cultural no Brasil, e quais são os principais gargalos a serem resolvidos?

Eliane Parreiras: A construção de uma política pública de cultura passa, necessariamente, pela participação da sociedade no fazer e no processo decisório, a partir de um diálogo democrático e da pactuação entre o poder público e a sociedade civil representada. Os processos participativos têm demonstrado também sua importância no fortalecimento de protagonismos locais, desenvolvimento das comunidades e para a escuta ativa dos territórios.

É construir, coletivamente, com representatividade e participação social, diretrizes e estratégias para as políticas públicas de cultura e fazer do tema da cultura, seu potencial, sua importância e seu impacto, destaque da agenda local e de comunicação com a sociedade, além da Conexão com políticas estaduais e nacionais.

A participação social é uma conquista da sociedade contemporânea e deve estar presente em toda a vida cultural. Ela fortalece os processos democráticos e se faz imprescindível para a sua manutenção, a sua legitimação e o seu aprofundamento. Nesse sentido, os espaços institucionais de participação, deliberação, avaliação e controle social são estruturantes para uma gestão pública democrática. No âmbito da Cultura, os fóruns, redes e conselhos são os espaços que garantem a construção coletiva e continuada sobre as prioridades e principais diretrizes das políticas culturais.

Entretanto, houve nos últimos anos um esvaziamento dos espaços de participação social, sobretudo com as representações da sociedade civil. É necessário fortalecer, portanto, as articulações setoriais, como os fóruns setoriais nos diferentes entes federados, para garantir que as representações nos conselhos consigam contribuir de forma efetiva, a partir da construção prévia de consensos de demandas e soluções, de todo um setor artístico e cultural. É urgente também repensar as

metodologias do conselho, dos processos eleitorais aos instrumentos, que consigam ser acessíveis de fato à diversidade de grupos e coletivos culturais, e que garantam a participação ativa do Conselho nas decisões e no monitoramento das políticas. O reconhecimento da colaboração desempenhada pelos conselheiros, seja por meio de remuneração ou de não limitação de participação em instrumentos de fomento, também é um grande desafio.

O poder público e a sociedade civil devem pensar conjuntamente em estruturas, formatos, instrumentos e instâncias inovadoras de participação social que respondam ao dinamismo de nossa atualidade, assim como aos muitos desafios da contemporaneidade.

Você foi por diversas vezes gestora de equipamentos e de órgãos públicos do setor cultural, tendo assumido recentemente a presidência do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados, além de atuar como Secretária de Cultura de Belo Horizonte. Qual o papel e a importância dessas instâncias de representação colegiada de gestores culturais?

Eliane Parreiras: É uma enorme honra para Belo Horizonte assumir a Presidência do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios Associados, no mandato 2023-2024. É também o reconhecimento da política cultural estruturada do município e sua atuação nos últimos anos.

O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios Associados é uma associação que reúne gestores públicos de cultura de todo o país, com o objetivo de promover a integração, a troca de experiências e a articulação política entre os gestores municipais. Tem hoje, em sua diretoria e composição, gestores públicos experientes e preparados para enfrentar os enormes e diversos desafios das grandes cidades e megacidades, da urbanização acelerada e das complexidades da gestão do território.

Fundado em 2007, o Fórum atua como uma plataforma de diálogo e cooperação, sempre em defesa dos interesses dos municípios e do fortalecimento da gestão pública local. Como órgão ligado à Frente Nacional de Prefeitos, entidade municipalista que reúne todas as capitais e

municípios com mais de 80 mil habitantes, compõe uma rede de mais de 400 cidades onde vivem 61% dos brasileiros e são produzidos 74% do PIB do país.

O objetivo do Fórum é atuar de maneira integrada não só com os entes federados, mas com o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Cultura e com os diversos Fóruns Regionais, os fóruns estaduais de gestores municipais.

Ao fazer a gestão do território, as cidades desempenham um papel central na cultura do país, como espaços de criação, difusão, preservação e interação cultural, sendo vitais para a construção da identidade brasileira e o fortalecimento da pluralidade da nação. Nas cidades é onde a cultura se manifesta de maneira mais próxima e tangível à população.

Por meio do diálogo e da articulação, da colaboração na formulação de políticas públicas, na defesa dos interesses municipais e das parcerias e cooperação entre estados, governo federal e instituições públicas e privadas, acreditamos poder enriquecer e descentralizar as políticas culturais brasileiras e fortalecer as relações municipalistas. É na construção de redes e no diálogo que temos um farol de colaboração e articulação, com a oportunidade de compartilhar experiências bem-sucedidas, enfrentar desafios em conjunto e criar soluções inovadoras que possam ser adaptadas a nossa imensa diversidade. Mais do que um espaço de diálogo, os fóruns são uma plataforma de transformação, onde ideias se tornam ações e ações se transformam em impacto positivo para a sociedade.

Esse ano foi realizado o I Encontro Nacional de Gestores de Cultura, no Espírito Santo, quase 40 anos depois do I Encontro Nacional de Política Cultural, realizado em Belo Horizonte e Ouro Preto, em defesa da redemocratização brasileira e da institucionalização da Cultura, por meio da criação do Ministério da Cultura. E podemos ver a força da atuação coletiva de municípios, regiões e estados. A força coletiva reafirmando a cultura e seu papel imprescindível e inquestionável na estratégia de desenvolvimento brasileiro.

A cultura impulsiona desenvolvimento econômico, coesão social e identidade. Trabalhar em conjunto é essencial para aproveitar essa força. Os fóruns de gestores são importantes instâncias de representação e articulação institucional, mas principalmente para fortalecer alianças,

definir metas, expandir a visão, compartilhar práticas inspiradoras, criar parcerias significativas e nos comprometermos na construção de um futuro culturalmente rico.

O que os processos da Lei Aldir Blanc I e da Lei Paulo Gustavo apresentam em termos de avanços e de desafios (ou restrições) no quadro geral da gestão das políticas culturais no país?

Eliane Parreiras: Os avanços são enormes no que se referem à descentralização e à desconcentração de recursos e, especialmente, à criação de modelos de fomento inovadores, acessíveis, simplificados.

Durante muitos anos os recursos do Fundo Nacional de Cultura eram contingenciados e, assim, insuficientes para estabelecer uma política cultural descentralizada e vinculada ao Sistema Nacional de Cultura. Esse cenário foi alterado, a partir do esforço admirável da sociedade civil e do setor cultural junto ao Parlamento Brasileiro que criou políticas significativas – Lei Aldir Blanc, Lei Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc. Ações emergenciais que se tornaram políticas públicas e que influenciaram novos modelos de fomento e de gestão.

Os recursos chegaram a 98% dos municípios brasileiros, a agentes e coletivos culturais que dificilmente acessavam a políticas de fomento. Isso é algo extraordinário no Brasil. Apesar da profunda dificuldade de execução da LAB, em plena pandemia, com regulações e prazos deficientes por parte do Governo Federal, os municípios e estados se engajaram, criaram redes sólidas de colaboração e apoio entre eles, abriram e ampliaram diálogos e participação da sociedade civil e contaram com o apoio do Judiciário, que também foi fundamental para a viabilização de sua execução. Foi um grande arranjo nacional para a execução dos R$ 3 bilhões da LAB e para garantir a execução da Lei Paulo Gustavo, com R$ 3,8 bilhões do superávit do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e complementação de outras fontes de receita vinculadas ao Fundo Nacional de Cultura (FNC).

Vivemos um momento de grandes oportunidades, mas também desafios. A tão desejada execução desses recursos e políticas culturais de maneira descentralizada e desconcentrada exige que municípios e estados tenham estrutura institucional, recursos humanos e condições. E temos consciência que em muitos casos a realidade está muito distante disso,

com estruturas mínimas, sem capacitação prévia e as vezes até mesmo sem compreensão adequada das finalidades e potenciais dessas políticas para sua cidade ou estado. A demanda da sociedade é de velocidade para a realização dessas políticas. Mas isso não encontra aderência, já que há muitas limitações estruturais e legais. Outros desafios que se impõem são a manutenção da adimplência dos municípios e apoio técnico para continuidade dos percursos. Destaco ainda a necessidade de avaliação profunda da execução da LAB, criação de indicadores, para avanços necessários.

Para políticas de longo prazo, como a PNAB, o que os municípios têm solicitado e reafirmado é a importância de diálogo aberto com o Ministério da Cultura, construção de saídas conjuntas e coletivas e, principalmente, a consciência da impossibilidade de homogeneização das políticas públicas e sua implementação em um país tão diverso e com realidades e desafios locais tão distintos.

Quais são, na sua visão, os maiores desafios para as políticas públicas de cultura no momento atual do país e para os próximos anos?

Eliane Parreiras: A Cultura no Brasil tem uma força extraordinária, é resiliente e se eterniza mesmo nos momentos de maior ausência do poder público. É a nossa identidade local e nacional, é desenvolvimento humano, social e econômico. Segundo dados do Observatório Itaú Cultural, o PIB da Economia da Cultura corresponde a 3,11% do PIB nacional e emprega 7,36 milhões de brasileiros, em pesquisa de 2020, momento de grandes desafios para o setor. É enorme o potencial de nossas Culturas, com políticas públicas adequadas e estruturadas. Em nossa visão, o Estado deve atuar para garantir os direitos culturais e a participação na vida cultural e atuar também como "Estado Empreendedor", pegando emprestada a expressão da economista Mariana Mazzucato.

Do ponto de vista prático, temos muitos desafios como o de avançar efetivamente nas políticas de fomento, especialmente com marcos regulatórios que nos permitam simplificar processos, com controle social e inclusão e acessibilidade. Temos diversidades de mecanismos de fomento para garantir a pluralidade cultural. A formação, capacitação e profissionalização do setor, com garantias sociais, também são aspectos

fundamentais para garantir o acesso e a participação. Construir novas formas de participação social na gestão pública também é tarefa urgente, para garantir representatividade, diversidade cultural e legitimidade nos processos e decisões.

Chegamos a um momento da vida cultural no país que necessitamos da construção de um projeto nacional de política cultural que transborde para os Estados e municípios. Que seja estruturado, perene e contínuo. Que consiga efetivamente responsabilizar e estimular estados e municípios a atuarem na política cultural, com estratégia, recursos, estrutura e compromisso público.

Ao mesmo tempo, precisamos nos reconectar com a sociedade, com as pessoas e comunidades. Hoje o Brasil tem a maior parte de sua população vivendo em grandes centros urbanos e sabemos que o futuro é inegavelmente esse. É nas cidades que as pessoas vivem e estão, esse é o seu território e precisamos atuar nesses espaços para termos cada vez mais o sentido de pertencimento e conexão com nossas culturas.

COMO CITAR ESSA ENTREVISTA

BARROS, José Márcio [et al]. Desafios institucionais e participação social: entrevista com Eliane Parreiras. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural,** Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

Anny Lemos
Caminhos internos, série Corpo, tempo e espaço
Acrílica s/ tela, 156 x 156cm
São Carlos, SP, 2021
Foto: Christian Spoto

RESENHA: POLÍTICA CULTURAL; FUNDAMENTOS

Bernardo Mata-Machado[1]

É raríssimo o autor ser resenhista da própria obra. É até inconveniente, porque o texto pode descambar para um enfadonho discurso laudatório. Seria aceitável se o autor optasse por uma resenha apenas descritiva, mas nesse caso perde-se o que este gênero de texto tem de melhor, a análise e a crítica, que atiçam (ou não) a vontade do leitor de frequentar a obra, seja um livro, um filme, uma peça de teatro, uma exposição ou qualquer outra expressão da cultura.

Todavia, é fato que prometi ao meu amigo José Márcio uma resenha sobre meu último livro: POLÍTICA CULTURAL: FUNDAMENTOS. E promessa é dívida. Para evitar o risco da louvação e obter um mínimo de distanciamento crítico, resolvi dividir-me em dois. De um lado o superego, o analista coletivo, de outro o ego, que aqui vai referido como "o autor".

Para penetrar no âmago da obra vale conhecer um pouco da vida do autor, cujas experiências compõem um pano de fundo que facilita ao leitor compreender o porquê da multiplicidade de temas tratados, bem como de conhecimentos acionados para escrevê-la. A pretensão do autor foi nada menos do que cobrir o campo da Política Cultural por inteiro. Para tanto, lançou mão de uma gama de disciplinas, elencadas na Introdução: Administração Pública, Antropologia, Ciências da Comunicação, Ciência Política, Direito, Economia, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Pretencioso, mesmo porque sua formação acadêmica é em História, com um mestrado em Ciência Política e um doutorado incompleto em Política, Sociologia e Antropologia, nada mais.

Entretanto, sua experiência em pesquisas na Fundação João Pinheiro (FJP), instituição à qual serviu durante 41 anos (+ dois de estágio), de alguma forma serve de justificativa para sua empreitada. Diferente da Universidade,

---

1 Mestre em Ciência Política pela mesma universidade (1985) e graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1976) e É pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1977, professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro desde 2015 e Diretor de Cultura, Turismo e Economia Criativa da Fundação João Pinheiro. Na Ciência Política especializou-se em Política Cultural e como historiador na história econômica, política, social e cultural de Minas Gerais. E-mail: bernardomatamachado@gmail.com

a FJP se dedica exclusivamente à pesquisa aplicada, encomendada em geral por órgãos de governo (da União, Estados e Municípios) a fim de instruir a execução de políticas públicas em diversas áreas: administração, economia (indústria, agricultura, serviços), demografia, educação, meio-ambiente, planejamento urbano, saúde, segurança, turismo e até mesmo cultura. Para tanto, a FJP busca sempre trabalhar com equipes multidisciplinares e, quando falta uma especialidade que a Casa não dispõe, contrata consultores. Essa característica singular possibilitou ao autor conviver com cientistas sociais de diversas formações, como se deu, por exemplo, no planejamento das cidades históricas de Minas Gerais, tarefa que a FJP cumpriu, a partir de 1973, quando firmou convênio com o antigo MEC (IPHAN) + Unesco, para qualificar algumas cidades do Brasil, entre elas Ouro Preto, Parati e Salvador, para se tornarem destinos turísticos, com base nos atrativos do patrimônio histórico urbano. Além de assumir Ouro Preto e incluir a cidade de Mariana no programa, a FJP influiu na metodologia nacional ao propor que fossem elaborados planos urbanísticos, que por si só exigem equipes multidisciplinares, envolvendo arquitetos, economistas, engenheiros sanitaristas e de transportes, geógrafos, historiadores, sociólogos, urbanistas e especialistas em barroco e restauração de bens do patrimônio histórico, entre outros profissionais. Posteriormente, a FJP aplicou a metodologia a outros destinos, entre eles São João del-Rei, Tiradentes, Congonhas, Diamantina e todo o vale do Jequitinhonha. Após a criação do Ministério da Cultura (separado da Educação), a FJP foi acionada diversas vezes por esse órgão federal para executar projetos de pesquisa, a maioria na área da Economia da Cultura.

No livro em questão, Bernardo aplicou os conhecimentos adquiridos na FJP nos capítulos 5 (Campos de produção da cultura: indústria cultural, campo erudito e cultura popular), 7 (Identidade, diversidade e patrimônio cultural), 9 (Conceitos fundamentais de economia da cultura) e 10 (Instrumentos de Fomento à Cultura).

Outra atividade do autor foi no teatro, como ator e diretor, funções que exerceu entre 1970 e 1985 e que lhe permitiram penetrar nos mistérios da Arte. Esse aprendizado refletiu-se nos capítulos 6 (Arte: origens, características, modos de produção e função social) e 11, que trata, entre outros assuntos, da Formação Artística. O autor defende a tese da primazia da educação artística, argumentando que esta, além de reforçar a função

cognitiva, envolve experiências emocionais. Em alguns casos, como no circo, na dança, no canto e no teatro, as artes acionam todo o corpo. Sendo assim, a educação artística tem o condão de formar a pessoa humana integral e por isso deveria fazer parte do ensino deste a pré-escola até o pós-doutorado. A educação para as artes contribui também para a formação de público para as atividades culturais. Aqueles que na infância experimentaram alguma forma de arte, incluindo a leitura de boas estórias, com certeza serão, no futuro, consumidores de cultura. Há casos em que a educação para as artes desperta o talento das pessoas, que demanda, para desenvolver-se e tornar-se vocação, o ensino em escolas especializadas.

Ainda na trilha das experiências do autor, é inegável a contribuição que deram para a feitura do livro suas passagens pela gestão cultural. No capítulo 11 (O cotidiano da gestão das políticas públicas de cultura) está sintetizada essa vivência, que se deu quando ocupou, sucessivamente, os cargos de Secretário Adjunto da Cultura de Belo Horizonte (1993-1996), Diretor do Centro de Cultura Belo Horizonte (1977-2000), Diretor de Equipamentos Especiais de Cultura e de Ação Cultural da Fundação Municipal de Cultura (2005-2008), Coordenador, Coordenador-Geral e Secretário Nacional (substituto) da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (2009-2014) e Secretário Adjunto da Cultura do Estado de Minas Gerais (2015-2016). Essas passagens, além de dar-lhe uma visão ampla das atividades que envolvem a gestão cultural pública, permitiram-lhe também conhecer as dificuldades, demandas e capacidades de indivíduos, grupos, Organizações Não Governamentais e empresas vinculadas ao mundo privado da cultura, que costumam bater às portas do poder público em busca de apoio e parcerias.

Cabe elencar ainda algumas batalhas político-culturais que o autor enfrentou, destacando-se a luta contra a censura durante o governo militar e a defesa do sempre ameaçado patrimônio cultural de Belo Horizonte. No primeiro caso, é digno de menção o ano de 1978, quando duas ações políticas exigiram coragem: o enterro da Censura, que desfilou pelo centro da cidade até as escadarias da Igreja São José, onde o caixão foi depositado; e a Semana do Proibido, quando foram apresentadas, no teatro do Diretório Central dos Estudantes, obras censuradas da música, teatro e cinema brasileiros. Também é digna de menção a luta pela

preservação do Cine Metrópole, lugar onde fora construído, em 1906, o Teatro Municipal, depois transformado em cinema. A luta foi intensa, mas derrotada. O governo do Estado deixou que o cinema fosse demolido e colocado no lugar a agência de um Banco, exemplo de arquitetura de mau-gosto, em plena Praça do Teatro. Embora derrotada, a luta mobilizou vários segmentos sociais e colocou na agenda pública a defesa do patrimônio cultural de Belo Horizonte, cidade moderna que, naquela altura (1982), já se tornara uma senhora de 85 anos.

Mas como essas lutas influenciaram o livro? Pode-se dizer que elas deram o TOM de todo o livro, porque o autor se formou nas lutas pela democracia. Na Introdução há uma menção explícita às políticas culturais em regimes democráticos, que devem ser erguidas sobre o alicerce dos direitos culturais. E entre os direitos culturais figura em primeiro plano a liberdade de criação, como preconizada nos documentos internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil e na Constituição de 1988, que é analisada no capítulo 4 (Os Direitos Culturais na Constituição Brasileira).

Embora o autor tenha tido a pretensão de cobrir todo o campo da política cultural é possível encontrar no livro algumas pequenas lacunas que podem funcionar como estímulos à realização de novas pesquisas. Um exemplo está no capítulo 8 (Participação nas decisões de política cultural), onde o autor se debruça sobre os Conselhos de Cultura, mas se esquece de analisar as conferências. Também não há menção a sistemas de informação e indicadores culturais, tema espinhoso e até agora pouco pesquisado.

O maior estímulo a novas pesquisas situa-se no capítulo 9 (Conceitos Fundamentais de Economia da Cultura), quando trata das cadeias produtivas da cultura e seus elos: infraestrutura, criação, produção, distribuição (inclui promoção e circulação), comercialização e consumo. O capítulo trata desse tema de forma geral, mas não se aprofunda em nenhuma cadeia produtiva, tarefa que deverá ser cumprida por outras pesquisas. Sabe-se que cada uma das múltiplas e diversas cadeias produtivas das artes e do patrimônio cultural tem suas características específicas. Pesquisas continuadas são fundamentais para identificar eventuais dificuldades e potencialidades dessas cadeias, a fim de que a política pública de cultura possa contribuir para saná-las e fomentá-las.

COMO CITAR ESSE TEXTO

MACHADO, B. N. M.. Resenha: Política Cultural; Fundamentos. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural,** Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

Adriana eu
Costura íntima
Site specific - seis milhões de metros de linha de costura vermelha embolada e máquinas de costura de uma antiga fábrica de lingerie.
Rio de Janeiro, RJ, 2023
Foto: Adriana eu

15 MIL PONTOS DE CULTURA, E AGORA? OS DESAFIOS DA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL DE BAIXO PARA CIMA

Luana Vilutis[1]

RESUMO

O texto aborda a proximidade do Brasil em atingir a meta de 15 mil pontos de cultura estabelecida no Plano Nacional de Cultura (PNC). Destaca desafios e expectativas para as políticas culturais, especialmente a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), contextualizando sua história e os retrocessos enfrentados, discutindo a recente retomada da PNCV, com a apresentação de dois editais em 2023 que mobilizam significativos recursos. Aponta a guerra cultural no país e a importância das políticas culturais na reconstrução democrática. Analisa os desafios atuais e conjunturais da PNCV, enfatizando a necessidade de diálogo com as comunidades.

*

Nunca na história do Brasil estivemos tão próximos de alcançar a marca de 15 mil pontos de cultura prevista na meta 23 do Plano Nacional de Cultura (PNC). Isso traz uma série de desafios, expectativas e questões para as políticas culturais do país que deverão ser observadas e cuidadas nacionalmente de forma cooperativa entre união, estados e municípios, envolvendo também o poder legislativo e diversas pastas do executivo. Trataremos disso neste artigo, a partir de uma contextualização da situação atual da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e seus editais lançados em 2023, seguido de uma reflexão do que é possível prever para os próximos anos e o que é necessário fazer para evitar os riscos já conhecidos.

Instituído em 2004 como um programa de política cultural federal, o "Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva", tornou-se uma Política de Estado em 2014, com a aprovação da Lei nº 13.018/2014 pelo Congresso Nacional e sanção da Presidenta Dilma. Em 2021,

1 Socióloga e educadora, Doutora em Cultura e Sociedade/UFBA, pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural - ODC e do CULT/UFBA. É pesquisadora convidada da UFBA no Projeto de Formação e Pesquisa 20 anos de Cultura Viva, parceria do MinC com a Facom/UFBA. Email: luanavilutis@gmail.com

segundo o último Relatório de Acompanhamento das Metas do PNC (BRASIL, 2022), o Ministério da Cultura (MinC) registrava 4.295 pontos de cultura em funcionamento, o que representa 29% da meta prevista no PNC. Após seis anos de desmontes e retrocessos vividos entre 2016 e 2022, com a extinção do Ministério da Cultura e a guerra cultural travada pelo pensamento único contra a diversidade e a interculturalidade, em 2023 um importante passo foi dado no sentido de recobrar a centralidade da Política Nacional de Cultura Viva.

No mês de agosto de 2023 a Secretaria Nacional de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC lançou dois editais que mobilizam juntos mais de R$ 49 milhões da Ação Orçamentária 215G, orçamento da Administração Direta voltado à implementação da Política Nacional de Cultura Viva. Trata-se do Edital de Pontões de Cultura e do Prêmio Pontos de Cultura Viva (prêmio previsto no Edital Sérgio Mamberti). Ao somarmos esses editais à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (mais conhecida como LAB 2), que prevê destinar ao menos 10% de seus recursos à PNCV, podemos afirmar sem medo de errar que a Cultura Viva terá destinação recorde de recursos. Apresentaremos aqui cada uma dessas ações e abordaremos a previsão de seus alcances, mas nos parece importante refletir um pouco sobre os desafios atuais das políticas culturais na reconstrução e no fortalecimento da democracia no Brasil para então passar a compreender o papel que a PNCV possui nesse processo.

A guerra cultural travada no Brasil foi intensificada nos últimos cinco anos em resposta à conquista de espaço e visibilidade dos movimentos sociais e culturais e do avanço de pautas relacionadas à diversidade e às identidades culturais. Isso colocou as políticas culturais no centro da disputa de valores, como peça-chave para o aprofundamento democrático necessário na atualidade. Essa centralidade tem aderência na projeção orçamentária inédita das políticas culturais a partir de 2023, mas há obstáculos institucionais a serem superados para garantir a efetivação de sua execução e a consagração desse avanço. O desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, o incremento de equipe do MinC, a valorização e a formação de seu corpo técnico, bem como novas parcerias e pesquisas são apenas alguns dos passos do fortalecimento institucional necessário para garantir a implementação das ações públicas previstas e a execução orçamentária dos recursos.

Estamos a um passo de completar 20 anos de Cultura Viva no Brasil. Se em alguma medida ainda temos desafios de institucionalização da PNCV que são antigos e remetem ao início dessa ação pública, é inegável reconhecer que o Brasil já não é mais o mesmo e as ameaças impostas à democracia colocam as políticas culturais em um outro contexto e patamar. No âmbito da Cultura Viva, ao mesmo tempo em que há limites históricos a serem superados, como mapear os pontos de Cultura, mobilizar e ampliar a Rede Cultura Viva, promover a sustentabilidade dos pontos de cultura, estimular a intersetorialidade da Cultura Viva e garantir uma gestão descentralizada e eficiente dessa ação pública, temos desafios conjunturais muito complexos. A sociedade brasileira polarizada, com uma indústria do ódio e da mentira ramificada amplamente, a emergência do reacionarismo como uma força política relevante e a escalada do fascismo que 20 anos atrás não havia penetrado os rincões do Brasil como vemos hoje e isso traz desafios imensos à essa política que pretende reconstruir o Brasil de baixo para cima.

Nesse contexto atual de fragilidade democrática em que a dimensão cultural e os valores ganham centralidade na sociedade e passam a pautar a política, a economia e as relações sociais, torna-se imperativo e urgente que as políticas culturais dialoguem com os territórios e organizem suas ações públicas a partir das comunidades e da realidade dos e dos trabalhadores(as) da cultura. A politização da cultura a partir da diversidade cultural contribuirá sobremaneira na nova cultura política que está sendo gestada, envolvendo diversos agentes na promoção dos direitos culturais da população indígena, negra, periférica, de comunidades tradicionais, LGBTQIAPN+, rural e urbana, dentre outras. A PNCV tem esse propósito e alcance, além de ter sido, ao longo de sua história, um exemplo de política de promoção da diversidade cultural implementada em rede.

É com essa premissa que o edital de Pontões de Cultura (BRASIL, 2023c) foi lançado em agosto de 2023. Criado para selecionar 46 pontões de cultura organizados em dois eixos, o edital previu 31 projetos para o Eixo 1 - Estadual/Distrital e 15 projetos para Eixo 2 – Temáticos/Setorial/Identitário. Para o Eixo 1, foram destinados valores de R$ 400 mil a R$ 700 mil variando de acordo com o tamanho das redes estaduais e distritais. No Eixo 2, o valor previsto para os pontões temáticos de atuação nacional foi de R$

800 mil e os projetos foram inscritos em 15 categorias diferentes: Culturas Indígenas e Mãe Terra; Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; Culturas Populares e Tradicionais; Cultura Digital, Comunicação e Mídia Livre; Patrimônio e Memória; Linguagens Artísticas; Livro, Leitura e Literatura; Gênero, Diversidade e Direitos Humanos; Acessibilidade Cultural e Equidade; Economia da Cultura, Solidária e Criativa; Cultura Infância; Formação e Educação Cultural; Territórios Rurais e Cultura Alimenta; Cultura Urbana, Direito à Cidade e Juventudes; e Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latinoamericana.

O edital de pontões de 2023 possui um diferencial em relação aos editais de pontões de cultura historicamente lançados no âmbito da Cultura Viva e refere-se ao seu caráter de articulação em rede. Nesse sentido, o edital recupera o caráter articulador dos pontões de cultura e seu papel estratégico de mobilização, convergência e aglutinação presente em sua primeira acepção no início do programa e dialoga com os rumos que a PNCV passou a tomar a partir de 2015, com o lançamento de editais de Redes. Esse caráter de articulação em rede está presente já na elaboração do projeto, uma vez que foi exigido aos pontos de cultura proponentes a constituição de um Comitê Gestor do projeto com no mínimo 5 pontos de cultura da rede de atuação da entidade cultural envolvendo pelo menos 5 municípios diferentes da unidade da federação (no caso do Eixo 1) e 3 regiões distintas (Eixo 2).

O fomento aos pontões a partir de metas padronizadas também representa uma ação indutiva favorável à mobilização da rede e foi construída de maneira a preservar a liberdade dos proponentes em termos da formulação de suas ações. As quatro metas previstas foram: 1. Bolsa Agente Cultura Viva (distribuição de bolsas de R$900,00 por mês a jovens de 18 a 24 anos para participarem do pontão e de suas ações formativas durante o projeto); 2. Mapeamento e diagnóstico (realização de diagnóstico da Rede Cultura Viva atual, mobilização de novas inscrições no cadastro nacional e diagnóstico de espaços e equipamentos culturais); 3. Formação e Capacitação (elaboração de processos formativos e campanhas); 4. Articulação e Mobilização da Rede (promoção de ações de articulação entre pontos e articulação com outras redes).

O edital de pontões foi lançado simultaneamente ao Edital de

Premiação Cultura Viva – Sérgio Mamberti (BRASIL, 2023b) que prevê quatro prêmios culturais: 1. Prêmio Culturas Populares e Tradicionais - Mestre Lucindo; 2. Prêmio Culturas Indígenas - Vovó Bernaldina; 3. Prêmio Diversidade Cultural e 4. Prêmio Pontos de Cultura Viva. Este edital segue a tendência da PNCV a partir de 2011 identificado em estudos anteriores (Vilutis, 2015) de abarcar em seu guarda-chuva as políticas de identidade e diversidade cultural do MinC. A premiação específica de pontos de cultura no edital Sérgio Mamberti é voltada a todas as Unidades da Federação e tem como objetivo reconhecer, valorizar, incentivar, ativar e potencializar, atividades culturais desenvolvidas e articuladas por pontos de cultura em suas comunidades. Vemos que esses dois editais lançados pelo MinC em 2023 marcam a retomada do governo federal no fomento à rede de pontos de cultura.

Pontos de cultura antes e depois da LAB 2

Quando surgiu, o programa Cultura Viva já se propôs a ser uma política nacional e comunitária, mas o ganho de escala só aconteceu efetivamente quando a União passou a operar a política em rede, por meio da articulação com estados e municípios. É esse o salto que a PNCV tem em vista agora que está vinculada à Política Nacional de Fomento à Cultura Aldir Blanc (PNAB). Tendo como objetivos democratizar o acesso e a produção artística e garantir o financiamento e a manutenção de agentes, espaços e ações artísticos-culturais, a PNAB (LAB 2) prevê disponibilizar anualmente três bilhões de reais aos estados, Distrito Federal e municípios que aderirem à Política por cinco anos.

A partir do Decreto nº 11.740/2023 (BRASIL, 2023d) de regulamentação da PNAB, fica instituído aos estados e Distrito Federal que aderirem à PNAB, a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 10% do total de recursos recebidos pelo Governo Federal para a Política Nacional Cultura Viva (PNCV), o que representa um montante de R$ 150 milhões voltado aos pontos de cultura, pontões de cultura e ações correlatas dessa Política. No caso dos municípios, a destinação de recursos para a Cultura Viva variará de acordo com a faixa de valor recebido pelo ente federado. Municípios que receberão acima de R$ 360 mil, serão obrigados a aplicar, no mínimo, 25%

do total de recursos recebidos para a PNCV. Para os demais municípios, a destinação de valores para a PNCV é optativa. Estima-se que neste primeiro ano da PNAB o montante de recursos destinado a Estados e Municípios se aproxime da marca de R$ 400 milhões, o que permite duplicar a quantidade de pontos de cultura existentes atualmente.

Os estados e municípios executarão os recursos recebidos do MinC a partir do seu Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR) que deverá ser construído participativamente. Isso reforça a importância de os pontos de cultura participarem da agenda pública de cultura e incidirem nas pautas e formulações do setor, por meio da atuação junto aos conselhos de política cultural, da participação nas Conferências de Cultura e audiências programáticas, bem como pela reivindicação de seus direitos e necessidades. Além de preverem ações afirmativas nos editais de chamamento públicos, os entes deverão utilizar 20% do valor total do recurso recebido para fomentar ações, projetos e programas realizados em áreas periféricas, urbanas e rurais, bem como em áreas de povos e comunidades tradicionais. Isso nos permite afirmar sem medo de errar de que a PNAB será a maior política cultural afirmativa já implementada no país.

Outro diferencial da PNAB que pode beneficiar pontos de cultura, grupos, coletivos e organizações culturais é a diversificação das formas de fomento. A previsão de subsídios para manutenção de espaços artísticos e de ambientes culturais com atividades regulares de forma permanente em seus territórios e comunidades representa uma conquista para o desenvolvimento organizacional de grupos culturais. A possibilidade de fortalecimento institucional por meio do fomento às atividades-meio de organizações culturais permitirá o investimento em sua capacidade de crescimento, contribuindo para aprimorar ações, aperfeiçoar sua gestão, qualificar sua infraestrutura, comprar equipamentos, melhorar seu espaço físico, formar equipes, elaborar plano de comunicação e de mobilização de recursos, aprimorar estrutura administrativa da organização, dentre outras iniciativas há muito reivindicadas pelos pontos de cultura.

A PNCV se propõe a ser a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e já vimos em outros reflexões (Rocha, 2018; Vilutis, 2019) que realmente ela tem esse potencial e, em grande medida,

cumpriu esse papel ao ter sido a primeira ação pública federal que operou de forma descentralizada e com expressiva capilaridade no âmbito do Mais Cultura. Esse caráter de Estado-rede será fortemente exercitado a partir de agora com a PNAB. Se nos anos anteriores a perspectiva do PNC de 15 mil pontos de cultura chegava a parecer delirante, agora ela se torna uma realidade amplamente possível com a PNAB. Contudo, como tornar a Política Nacional Cultura Viva uma efetiva política de base comunitária do SNC? Essa não é uma questão simples e trata-se de uma construção que já leva mais de 15 anos. Procuraremos esboçar algumas pistas a esse respeito.

Cultura Viva como base comunitária do SNC

A vinculação de recursos da PNAB não se restringe a destinar 10% para a PNCV e prevê também que estados destinem até 20% dos recursos à construção de equipamentos como os CEUs das Artes, visando atender a Meta 33 do PNC que prevê criar mil espaços como os CEUs. A despeito do processo de regulamentação da PNAB ter ocorrido sem consulta pública e de forma apressada, é inegável a relevância e a necessidade de incrementar a infraestrutura cultural do Brasil especialmente nas áreas mais vulnerabilizadas, além de ser louvável colocar a Cultura Viva nesse lugar de centralidade estratégica. Contudo, vale destacar que é esperado que o orçamento dos estados e municípios para a Cultura Viva não se restrinja à porcentagem prevista pela PNAB, mas também seja incrementado com recursos próprios dessas esferas.

O ganho de escala e capilaridade dos pontos de cultura é fundamental para que efetivamente a Cultura Viva seja consolidada como política de base comunitária do SNC. Mas também é necessário prever um conjunto de outras ações estratégicas que garantam organicidade, dinamicidade e sustentabilidade a essa política em rede. O mapeamento e diagnóstico dos pontos de cultura e a mobilização social para novas certificações parece ser um primeiro passo. A formação de agentes culturais e a promoção da transversalidade e da intersetorialidade da cultura com a educação, saúde, agricultura familiar, economia solidária etc. são aspectos chave da Cultura Viva desde o seu surgimento, e que não podem ser perdidos

de vista. E nesse sentido, o edital de Pontões de Cultura é assertivo ao procurar retomar as redes territoriais e temáticas significativas na história do programa à política.

A realização de pesquisas que ofereçam dados e indicadores sobre a política e seus agentes também configura-se como uma ação necessária nesse processo de replantio da Cultura Viva, haja visto que desde que o programa foi alçado à categoria de política pública não houve mais nenhuma avaliação institucional de seu alcance, limites e potencialidades. O fomento à integração produtiva e à sustentabilidade dos pontos de cultura representa uma lacuna destes quase 20 anos de Cultura Viva e pode ser promovida por meio de trocas diretas e indiretas, prestação conjunta de serviços, arranjos colaborativos; criação de circuitos e consórcios.

O MinC tem procurado realizar ações no sentido de promover uma estratégia integrada de retomada e expansão da Política Nacional de Cultura Viva. Nesta reflexão chamamos a atenção para os dois editais lançados em 2023 e as articulações realizadas para garantir a destinação orçamentária da PNAB à Cultura Viva. Além disso, foram firmados alguns Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com Universidades Federais voltados à realização de pesquisa, formação, eventos e publicações, como é o caso do Projeto 20 anos de Cultura Viva: pesquisa e formação, TED firmado com um consórcio de universidades composto pela Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Paraná. Esse Projeto tem como objetivo construir parâmetros informacionais e formacionais sobre a PNCV; desenvolver insumos e instrumentos para auxiliar a institucionalização da PNCV e debater a promoção da diversidade cultural e a democratização do acesso à cultura no Brasil pela PNCV.

Alguns desafios ficam lançados para o trabalho conjunto nos próximos anos envolvendo Ministério da Cultura, estados, municípios, poder legislativo, universidades, organizações da sociedade civil, pontos e pontões de culturais, agentes culturais, artistas e trabalhadores/as da cultura. A definição de atribuição dos entes federados no exercício descentralizado da PNCV a partir da concepção do Estado-rede é um aspecto de profunda relevância para combinar o ganho de escala geográfica da Política com um ganho geométrico de seus alcances transversais e democráticos. É imperativo fazer com que a Cultura Viva dialogue com outras redes setoriais

e se capilarize cada vez mais, por meio de ações artísticas e formativas de exercício da cidadania cultural nos centros urbanos, nos conjuntos habitacionais, nos territórios em disputa comandados pelas milícias, nas áreas rurais em devastação e extração, nos territórios indígenas e nas periferias que não têm acesso a direitos. Ao alcançar esses territórios, além de promover a igualdade de acesso à cultura, a PNCV poderá contribuir para a equidade de oportunidades na produção cultural e assim fortalecer nossa frágil democracia.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

VILUTIS, Luana. **15 mil pontos de cultura, e agora?** Os desafios da reconstrução do brasil de baixo para cima. Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cartilha Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) Lei nº 14.399/2022**. Brasília/DF: 2023a. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnab/copy_of_cartilha012510online1.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de seleção pública MinC nº 8, de 31 de agosto de 2023. Premiação Cultura Viva – Sérgio Mamberti. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 168, p. 12, 01 set. 2023b. Seção 3. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=530&pagina=12&data=01/09/2023. Acesso em: 10 nov. 23.

BRASIL. Ministério da Cultura. Edital de seleção pública MinC nº 9, de 31 de agosto de 2023. Cultura Viva Fomento a Pontões de Cultura. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 168, p. 12, 01 set. 2023c. Seção 3. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=530&pagina=12&data=01/09/2023. Acesso em: 10 nov. 23.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura:** Relatório 2021 de acompanhamento das metas. Brasília/DF. 1ª edição. Jun. 2022. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2022/06/RELAT%C3%93RIO-DE-MONITORAMENTO-DO-PNC-2021.pdf. Acesso em 10 nov. 23.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 11.740,** de 18 de outubro de 2023. Regulamenta a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 199, p. 5-7, 19 out. 2023d. Seção 1. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=5&data=19/10/2023. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Federal nº 13.018**, de 22 de julho de 2014d. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 139, p. 1-2, 23 jul. 2014. Seção 1. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/07/2014. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria-Geral. **Lei nº 14.399** de 08 de julho de 2022: Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, nº 128-B, p. 4-6, 08 jul. 2022. Seção 1 – Edição Extra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm. Acesso em: 10 nov. 23.

OLIVEIRA, Gleise Cristiane Ferreira de. **Institucionalidade cultural:** o programa cultura viva da criação até a Lei nº13018/2014. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28136/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Gleise%20Oliveira.pdf. Acesso em: 10 nov. 23

PONTES, João. Lei Aldir Blanc 2 tornará a Cultura Viva e os Pontos de Cultura do tamanho do Brasil. **Brasil de Fato**, publicado em 06 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/09/06/lei-aldir-blanc-2-tornara-a-cultura-viva-e-os-pontos-de-cultura-do-tamanho-do-brasil. Acesso em: 10 nov. 23.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Da imaginação à constituição**: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2016. 2018. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28183/1/ROCHA%2C%20Sophia%20Cardoso_Tese%20de%20Doutorado%20SNC.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; RUBIM, Antonio Albino Canela (Eds.). **Políticas Culturais no Governo Dilma**. Salvador: EDUFBA, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18069/1/politicas-culturais-governo-dilma-repositorio-otimizado.pdf. 10 nov. 23.

VILUTIS, Luana. Plano Nacional de Cultura e programa Cultura Viva: aproximações distanciadas. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Planos de Cultura**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31289/1/CULT%2032-Planos%20de%20cultura-miolo-RI.pdf. Acesso em: 10 nov. 23.

VILUTIS, Luana. **Economia Viva:** cultura e economia solidária no trabalho em rede dos Pontos de Cultura. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30703/1/Tese_LuanaVilutis_UFBA.pdf. Acesso em: 10 nov. 23.

Adriano Machado
A lavadeira derrama sua fé
Série "Cobra Verde"
Fotografia digital
Feira de Santana, BA, 2013
Foto: Adriano Machado

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: DO GOLPE À PAULO GUSTAVO

Kátia Maria de Souza Costa[1]
Silvia Maria Bahia Martins[2]

RESUMO

Desde 2016, o campo da cultura foi afetado por dois fenômenos que, em 2020, tiveram seus efeitos intensificados: o desmantelamento de políticas públicas e da institucionalidade do governo federal, e a retração da vida econômica dos/as agentes culturais em virtude do isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19. O presente artigo busca retratar o cenário político-institucional que se instalou nesse período a partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, retrata a peleja entre a classe artística e o governo Jair Bolsonaro e apresenta as primeiras ações do Ministério da Cultura (MinC) no governo Lula. Por fim, a lei emergencial Paulo Gustavo é abordada como mecanismo de maior projeção da retomada do MinC, abordando sua orientação para a participação, a diversidade e a perspectiva territorial.

*

2016 foi um ano de mudanças políticas profundas no Brasil, quando vivemos o golpe de Estado que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente, na cassação da candidatura e prisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolvendo o Congresso Nacional, parcelas do Judiciário e a grande mídia. A deposição da Presidenta Dilma sem qualquer crime, como depois comprovado, e a perseguição e prisão do Presidente Lula deixaram evidente que o principal objetivo era a usurpação do poder, já que o caminho trilhado pelos seus governos não se alinhava às pautas conservadoras e aos interesses de setores hegemônicos.

1 Mestra em Cultura e Sociedade pela UFBA. Especialista em gestão cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. Pesquisadora da área de gestão, política e diversidade cultural. Integrante do Observatório da Diversidade Cultural (UEMG/UFBA) e do Observatório da Economia Criativa (UFBA). Consultora na área de políticas culturais em âmbito municipal. E-mail: katiacosta.cult@gmail.com

2 Mestra em Desenvolvimento e Gestão pela UFBA, atuou como técnica do Governo da Bahia entre 2009 e 2023, e acompanhou o contrato de gestão do Centro Público de Economia Solidária – Bacia do Jacuípe, gerenciado pela Rede Pintadas. E-mail: contato@redepintadas.org.br.

Somada ao contexto do golpe, houve a pandemia de Covid-19, com a medida extrema de isolamento social, repercutindo amplamente nas atividades econômicas e sociais. A sociedade brasileira teve que lidar com perdas irreparáveis, fruto do momento pandêmico, agravado por um cenário político no qual o Governo Bolsonaro se alinhou e defendeu medidas opostas às recomendações de organismos especializados, pesquisadores renomados e agentes sanitários, jogando por terra qualquer tentativa de se instituir um cenário sóbrio e organizado, tão necessário àquele momento.

Até a posse do novo Governo Lula, foram seis anos que desencadearam uma instabilidade política, social e econômica, com interrupção generalizada em políticas públicas relevantes, desmonte das estruturas do Estado e criminalização leviana de empresas públicas e privadas, resultando em consequências negativas drásticas nas ofertas de emprego, trabalho e renda. Houve um retrocesso conjuntural enorme, fazendo com que o Brasil vivenciasse uma desconstrução da visão democrática e inclusiva que o país vinha trilhando, com perda de protagonismo e volta ao mapa da fome. Para Rubim (2021), "a combinação perversa de pandemia e pandemônio resulta em superlativo caos, em confusão intensamente selvagem, que desafia todos os brasileiros: seu presente, seu futuro e inclusive sua civilidade".

Em linha com essa constatação, Chaloub (2023) destaca que o conceito de "golpe" explica adequadamente o processo daquele período, com os aspectos mais relevantes e seus desdobramentos, desde a eleição de Jair Bolsonaro àqueles mais atuais. Restou evidente que, com vistas à instituição de um estado totalitário, o propósito daquele evento e do governo dele resultante era intervir drasticamente no processo de consolidação da nossa jovem democracia, de modo que as culturas, a diversidade e a pluralidade brasileira deixassem de ocupar espaços na agenda pública, com destituição de políticas e medidas promotoras de liberdades, igualdade de direitos e, sobretudo, redução das desigualdades.

Junto com o governo de extrema-direita, até fomentada por ele, instalou-se no país uma onda de violências, num grau jamais visto e vivido, que visou a inibir o direito de expressão política, artística e cultural; ataques a diversos grupos sociais minoritários, como os povos indígenas e de matriz africana; aumento da intolerância religiosa, de gênero e tantas outras atrocidades. Houve um enorme investimento por parte desse grupo em dividir a sociedade brasileira, marginalizando todos os temas e questões

que versam acerca da construção democrática pautada na diversidade e na equidade.

Durante seis anos, vimos e vivemos um campo de batalhas, contudo, a ameaça de instalação da barbárie se tornou o principal estímulo para que o povo brasileiro permanecesse na luta, avançando nas suas pautas. Nesse contexto, a cultura se instituiu como o principal campo de lutas e conquistas, que vigorou intensamente até 2022, quando ocorreu a eleição e vitória de Lula. Atualmente, a sociedade tem se mantido mobilizada e, junto com o novo governo, tem que lidar com as graves consequências desse processo, buscando mudar o rumo dessa prosa.

Dos mais atingidos por esse processo, o campo cultural foi, na pandemia, um dos primeiros a ser paralisado e um dos últimos a retornar com suas atividades, o que se explica pelo fato de que a cultura movimenta e mobiliza pessoas em torno dos eventos e atividades artísticas e culturais, sejam individuais ou coletivas.

Pesquisa do Observatório da Economia Criativa da Bahia - OBEC Bahia, em 2020, demonstrou que, para além do auxílio emergencial fornecido pelo Governo Federal, houve uma apropriação e ocupação do espaço virtual como principal espaço de trabalho pelos profissionais da cultura. A pesquisa constatou a similaridade na forma como organizações e indivíduos lidaram com a situação, lançando mão de recursos como "estratégias digitais para relacionamento com públicos, vendas e prestação de serviços e equipamentos para trabalho remoto" (OBEC, 2020a, p. 2), de modo a ressignificar suas atuações, tendo em vista o momento e suas necessidades imediatas, sem deixar de lado a perspectiva de futuro.

Ao buscar informações sobre quais medidas poderiam ser consideradas para a recuperação da economia criativa, alguns pontos se destacaram, tanto pelas organizações quanto pelos indivíduos entrevistados, como "medidas de apoio à gestão cultural, de fomento à cultura e de fortalecimento da presença digital" (OBEC, 2020b, p. 2). Verifica-se, ainda, forte indicação da presença do poder público, como orquestrador de um novo processo para alavancar o setor cultural. Para os respondentes, seria necessário implementar

> medidas para estímulo à criação de novos modelos de negócio, reorganização do calendário de eventos e medidas regulatórias, como criação de protocolos de saúde pública para a reabertura dos espaços culturais e de renegociação de contratos. Ressaltamos ainda as sugestões

> de criação de campanhas de valorização dos trabalhadores criativos, de estímulo ao consumo e à fruição cultural e de fortalecimento das relações federativas entre os governos federal, estadual e municipal. (OBEC, 2020b, p. 2).

A postura do Governo Federal, naquele momento, de alheamento e omissão em relação à complexidade e à gravidade das situações vividas pelo setor cultural, resultou que pouco ou quase nada refletiu nas ações daquele ente. Por outro lado, suprindo essa lacuna, houve um protagonismo do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, que, em conjunto com a comunidade artística e cultural e com dirigentes de entes municipais, promoveu uma ampla articulação que mobilizou o campo político e criou o clima possível para a aprovação da Lei Aldir Blanc (LAB) (Lei 14.017/2020), da Lei Aldir Blanc 2 (Lei 14.399/2022) e da Lei Paulo Gustavo (LPG) (Lei Complementar 195/2022), que serviram de fôlego para manter o campo cultural atento e atuante, frente aos desafios impostos pelo contexto vigente.

Já a Pesquisa Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc, também realizada pelo OBEC Bahia, trouxe dados sobre os principais obstáculos enfrentados pelos gestores de cultura de Estados e Municípios. Nela, os entrevistados expuseram as dificuldades relacionadas à falta de estruturas necessárias para realizar uma plena execução da lei, considerando o volume de trabalho demandado, destacando as relacionadas "a recursos humanos, tecnológicos e a processos, ou seja, às condições administrativas à disposição da gestão" (OBEC, 2022, p. 10).

O caos decorrente desse cenário adverso, resultante da pandemia e da ausência de atuação do Governo Federal, em lugar de uma imobilização, fez surgir olhares que caminham na direção do futuro. Com base na experiência dos agentes e gestores culturais, buscaram-se soluções para velhos e novos problemas, com destaque para a nova legislação de fomento cultural, o Decreto 11.453/2023 (Brasil, 2023b), que traz direcionamentos importantes para estimular a democratização da cultura, a participação e a inclusão na construção e implementação das políticas públicas de cultura.

O Ministério da Cultura (MinC) ressurge no momento da redemocratização da cultura no Brasil na década de 1980, mas ganha forma e capilaridade a partir de 2003, com a liderança de Gilberto Gil,

quando o Governo Federal promove um conceito ampliado de cultura. Daí, propõe um sistema de cultura composto por elementos articulados que vão orientar a condução e implementação da política cultural brasileira, alicerçada por princípios democráticos.

Com base nisso, o MinC convoca toda a sociedade a compreender a importância da cultura como espaço de construção de sentidos, que abarca a diversidade cultural como aquilo que revela as diferentes formas por meio das quais as expressões culturais se instituem no mundo, e toma as diferenças como ativos importantes para um outro modelo de desenvolvimento. Para além disso, o patrimônio cultural, como expressão da memória e das identidades culturais, revela o poder e a capacidade de transformação social e cultural, também a partir de expressões que transbordam nas suas experiências elementos humanizadores para a nossa sociedade.

Para Souza e Brandão (2021), "o MinC se constitui em um contexto de luta por democratização e, entre tantas urgências, liberdade de expressão", especialmente a partir de 2003, quando se busca consolidar políticas públicas para o setor cultural, promovendo o fortalecimento das instituições culturais e reconhecendo esses instrumentos públicos como ferramentas importantes para o processo democrático, a inclusão e a valorização da diversidade cultural, com exceção do período 2016-2022. A proposta e os investimentos se deram em função de se instituir uma política de Estado para a cultura, pautada numa visão de tridimensionalidade: simbólica, cidadã e econômica.

A política cultural instituída nesse período (de 2003 a 2016) revelou um profundo compromisso do Estado em atuar frente às desigualdades tão presentes no país, numa perspectiva para o reconhecimento dos territórios como lugares de produção de arte, cultura e transformação social e econômica. O MinC e as políticas culturais são, portanto, ferramentas institucionais e políticas que apresentam um compromisso com as realidades culturais, buscando imprimir ações que, de fato, coadunem com as necessidades do campo cultural.

Cabe destacar o compromisso com o território como fundamental para a diversidade cultural, pois "a cultura historicamente é o caminho para a invenção de estratégias comunitárias para a garantia de direitos

fundamentais" (Souza; Brandão, 2021). Ou seja, no território, a cultura ultrapassa a dimensão artística.

Entre 2003 e 2016, com destaque para o Programa Cultura Viva, o MinC implementou um grupo significativo de políticas, que, articuladas com Estados e Municípios, atenderam a projetos diversos, que se constituíram com autonomia e autogestão, dentro de um modelo emancipatório.

Também foi nesse período que se implementou o Plano Nacional de Cultura (PNC) e se manteve constante a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), ambos pautados por princípios de articulação interfederativa e de participação social, e que estruturam a política nacional de cultura na já citada tridimensionalidade. Ao mesmo tempo em que reconhece a capacidade geradora de sentidos e a importância da cidadania cultural, também considera a capacidade que a cultura possui de intervir e contribuir com a geração de renda e trabalho, mobilizando o ambiente econômico, com a cultura enquanto um campo gerador de desenvolvimento para o país, o que se constata em pesquisas realizadas (Itaú Cultural, 2023).

O PNC e o SNC dão capilaridade às políticas culturais. Reforçam o pacto federativo para que União, Estados e Municípios possam, de forma articulada, instituir políticas públicas de cultura comprometidas com as realidades locais e seus contextos. Uma política cultural com viés democrático só se legitimará se for capaz de responder às necessidades locais, daí porque cabe reforçar a importância do recorte territorial como indispensável no processo de formulação e implementação dessas políticas.

Todo esse processo foi interrompido de forma brutal em 2016, quando ocorreu o golpe de Estado, que impactou severamente o Ministério da Cultura e suas políticas, de modo que se instalou no país um processo de desmantelamento das políticas para o setor, bem como a extinção do próprio MinC, que se recompõe em 2023, com o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

O desafio de reconstrução do MinC não é dos menores. Durante o governo de Michel Temer (2016-2018), a cultura foi fundida à pasta da Educação e, após protestos da sociedade, novamente apartada. Já na gestão do governo Jair Bolsonaro, o MinC foi novamente extinto, passando a figurar como Secretaria Especial de Cultura, inicialmente subordinada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, à do Turismo. Seis titulares

passaram pela Secretaria, que ganhou notoriedade, em grande medida, pelos escândalos e situações graves em que seu corpo dirigente se envolveu[3].

Ao completar 100 dias de governo, sob o slogan "O Brasil voltou", o Governo Federal, já no mandato de Lula, em 2023, celebrou a retomada dos desembolsos para a cultura, parte deles para pagamento de dívidas deixadas pela antiga administração, como premiações de editais e de parcerias, bem como execução de projetos artísticos e culturais por meio da Lei Rouanet. Novas frentes de trabalho foram abertas, representando a retomada das ações do MinC, cabendo destacar, pelo simbolismo, a instituição do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, o qual tem a missão de subsidiar a elaboração de políticas públicas transversais (Brasil, 2023a).

Nesse ínterim, o Ministério empossou 72 membros do Conselho Nacional de Política Cultural, anunciou mais de R$ 1 bilhão para o audiovisual por meio do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), gerenciado pela Ancine, e publicou novo Decreto de Fomento à Cultura, o qual ganhou novas tessituras ao revogar normas do governo anterior, estabelecer novo regimento de fomento à cultura e tratar regras para as Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc. Há novas perspectivas para o campo cultural, após o contexto sombrio dos últimos anos.

Ressalte-se que o decreto de fomento apresenta mudanças e inovações significativas, que impactam diretamente na valorização da diversidade cultural, maior acesso e participação na vida cultural. Além disso, induz a inclusão, destaca as questões de gênero, raça, etnia e faixa etária, bem como acessibilidade, além de promover a desconcentração territorial e a simplificação de prestação de contas.

Como já destacado, a pandemia trouxe problemas, mas deixou alguns legados, como o fato de que, durante a execução da Lei Aldir Blanc, houve a possibilidade concreta de repasse, para o campo cultural, de recursos da União para Estados e Municípios, por meio da Plataforma Mais Brasil, hoje conhecida como Transferegov.br. Essa nova realidade foi mantida e aperfeiçoada pelo novo governo, por meio do já citado Decreto 11.453/2023, que "estabelece regras e procedimentos gerais para os mecanismos de

3 Roberto Alvim foi demitido após ter vídeo que fazia referências a discurso nazista divulgado nas mídias sociais. Conhecida por sua carreira na televisão, Regina Duarte passou por um período de "noivado" para tomar posse no governo Jair Bolsonaro, naturalizou a prática de tortura no período da ditadura militar em entrevista e, depois de desgastes com nomeações de pessoas não alinhadas ao governo, foi substituída por Mário Frias, ex-galã de novela juvenil.

fomento cultural direto (Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc, Cultura Viva), fomento indireto (Lei Rouanet), e outras políticas públicas" (Brasil, 2023a).

Tudo isso destaca a cultura na agenda pública, com a produção cultural e artística assumindo lugar central para o desenvolvimento do país, primando pela descentralização e desconcentração de recursos, com atenção explícita para a participação social, a diversidade e a pluralidade. Além disso, a nova legislação busca garantir a segurança processual e jurídica, de modo a amparar gestores de cultura para a execução dos recursos, com desburocratização de procedimentos e instrumentos, de modo a observar contextos e especificidades culturais brasileiras.

São aspectos que refletem o contexto cultural brasileiro, as demandas do setor, experiências vividas pelos entes da Federação, e que contribuem para o avanço das políticas culturais, de modo a ampliar a sua importância para a garantia dos direitos culturais. A mudança se dá, especialmente, pelo fato de que tais experiências e demandas compõem o arcabouço legal para uso dos recursos públicos direcionados às ações públicas de fomento para o setor cultural.

A Lei Paulo Gustavo (LPG) (Brasil, 2022) e o Decreto 11.525/2023 (Brasil, 2023c), que a regulamenta, versam sobre a distribuição de recursos da União para Estados, Municípios e Distrito Federal, os procedimentos de execução, com especial atenção a acessibilidade e ações afirmativas, observando os princípios da participação social, da transparência e da publicidade. Tais normas também buscam o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura, "organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa" (Brasil, s.d.), pelo compromisso dos entes subnacionais na implantação ou consolidação dos seus sistemas de cultura, com a instituição de conselhos, planos e fundos de cultura, atrelados ao compartilhamento de informações, subsidiando, assim, sistemas de indicadores culturais.

Por esses normativos, estabelece-se a previsão de apoio financeiro para ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, sendo o audiovisual o maior contemplado, com a preocupação de ampliar o rol de pleiteantes ao recurso: pessoas físicas, microempreendedores/as individuais, micro e pequenas empresas, cooperativas, instituições, organizações comunitárias, grupos e coletivos, formalizados ou não. As linguagens, o patrimônio, os equipamentos, a diversidade, a formação, a cultura de povos minorizados

são alguns dos objetos passíveis de apoio, que visam a alcançar agentes culturais, iniciativas, espaços, cursos, produções, manifestações, nas modalidades presencial e virtual.

Há uma preocupação com a questão da acessibilidade, caracterizada pelas exigências de cumprimento de oferta de medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional, que, apesar de abordada no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), foi inicialmente vista como novidade por parte do setor cultural. Tem-se, aí, um critério para adequação e preparação de espaços, produções e peças de comunicação, de modo a possibilitar a fruição das ações culturais por pessoas com algum tipo de limitação, seja ela temporária ou permanente. Ainda que a iniciativa seja fundamental para a plena participação das pessoas com deficiência nas políticas e ações culturais, ela esbarra, de um lado, na dificuldade de o mercado disponibilizar produtos e serviços em territórios menos densos economicamente e, de outro, desloca para a sociedade civil a obrigatoriedade de atendimento de uma lacuna que o Estado, por vezes, não consegue cumprir nos projetos e equipamentos por ele geridos. Percebe-se, assim, que há necessidade de os governos implicarem maiores esforços em torno de formações, estabelecimento de medidas e suporte técnico apropriado com foco nos agentes culturais para que a inclusão seja assumida de forma consciente pelo setor e sirva de exemplo para as demais áreas.

A LPG e o seu decreto regulador também abordam a implementação de ações afirmativas, na medida em que determinam que os entes subnacionais devam assegurar o protagonismo e a representação de mulheres, pessoas negras, pessoas indígenas, comunidades tradicionais, populações nômades, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros grupos minorizados social e historicamente. Estabelecer critérios diferenciados de pontuação, definir recortes sociais e históricos, atender expressões de grupos vulneráveis, contemplar as especificidades territoriais, garantir reservas de vagas para pessoas negras e indígenas são traçadas como variáveis que asseguram "medidas de democratização, desconcentração, descentralização e regionalização do investimento cultural, com a implementação de ações afirmativas" (Brasil, 2023c).

A execução de ações afirmativas também é considerada quando a legislação indica a importância da simplificação dos processos de seleção,

pois prevê a possibilidade de apresentação oral, gravada, de projetos, com transcrição sob responsabilidade do órgão de cultura. Outro ponto importante do decreto emergencial foi a adoção de autodeclaração racial no período de inscrição. Parte-se do gozo de presunção de veracidade do/a agente cultural para os casos de garantia de cotas destinadas a pessoas negras e indígenas. Essa simplificação também alcança a prestação de contas, quando a execução do objeto e o alcance das metas previstas são verificados pelos resultados do projeto, sem exigir, a priori, o relatório de execução financeira.

Considerando que um dos principais focos do Governo Federal para a implementação de políticas culturais deve ser a participação social (Pinto, 2008), a LPG e seu decreto de regulamentação tratam como obrigatória a realização de escutas e interação social em todo o percurso de desenvolvimento dessa política. Essa obrigatoriedade traz um relevante desafio, que é estruturar modelos participativos qualitativos e embasados por procedimentos técnicos, os quais integram sensibilização, mapeamento e convocação, além, por óbvio, da própria realização dos eventos.

Uma novidade interessante trazida pelo decreto de fomento à cultura (Brasil, 2023b) é possibilidade de os conselheiros de cultura participarem dos processos seletivos da LPG, salvo quando houverem atuado na elaboração do edital, na análise das propostas e no julgamento dos recursos. Trata-se de um aspecto inovador, coerente com o contexto de emergência dessa lei, considerando que muitos desses conselheiros são artistas e fazedores culturais e terão oportunidade de participar dos processos seletivos. Mas é importante ponderar sobre um possível impacto na questão do controle social, quando os conselheiros se distanciam do conselho para a realização do seu projeto.

Na medida em que os territórios acumulam conhecimentos, práticas e tecnologias inerentes à sua realidade, a efetiva integração da sociedade nos processos de construção democrática passa por reconhecer competências territoriais específicas que irão contribuir para políticas comprometidas com a diversidade cultural e com as realidades locais.

As Conferências de Cultura, os Conselhos de Política Cultural e os Planos de Cultura constituem-se como instâncias possíveis e reais de promoção da participação social nas etapas de formulação e execução das políticas públicas de cultura, contudo, nem tudo são flores. Fundamental

construir sensos, sentidos e procedimentos em torno do tema, para que a ampla participação da sociedade seja assegurada, refletindo-se tanto na comunidade artística e cultural, que atua nesse campo, quanto na sociedade, como partícipe e beneficiária principal da ação cultural.

Como importantes espaços políticos de interlocução entre a sociedade e o poder público, as conferências e os conselhos caracterizam-se por um certo grau de complexidade, em face da sua vinculação administrativa, funcional e financeira ao poder executivo. Seu maior ou menor protagonismo e independência na viabilização da participação social na formulação de políticas públicas possuem forte dependência das diretrizes do governo de plantão e do perfil dos seus gestores.

No atual momento, observa-se que as conferências de cultura, em alguns municípios, estão sendo realizadas em curtíssimos prazos de convocação, preparação e realização. Tal realidade compromete sobremaneira a efetividade da participação social, agravada pelo fato de que os entes da Federação estão tendo que lidar simultaneamente com processos importantes, a exemplo da execução da própria LPG.

Relativamente aos conselhos de política cultural, observa-se, de modo geral, uma diversificação muito significativa na atuação dos conselheiros, desde os que exercem plena e efetivamente o seu papel de representação até aqueles que estão aquém do desejável, seja por desinteresse, promoção pessoal ou submissão ao executivo. É essencial que haja uma revisão nas estruturas desses conselhos e na atuação dos conselheiros, revisitando os seus compromissos sociais, culturais, éticos e, também, financeiros, no sentido de reposicionar mais adequadamente essas instâncias frente ao novo panorama das políticas culturais.

Já o plano municipal de cultura

> (...) se caracteriza como importante instrumento de política pública para a área, por reforçar a importância dos governos locais para a superação dos desafios que se apresentam e contribuir para a diminuição das desigualdades e valorização da diversidade. [...] É nos municípios onde a cultura acontece nas suas formas mais genuínas e, logo, uma inclusão cultural efetiva se dá à medida que seja possível construir meios para que isto ocorra no ambiente local. (Costa, 2017, p. 221)

Sua formulação deve, portanto, observar uma metodologia estruturada de planejamento de longo prazo, com o estabelecimento de procedimentos sistematizados e sequenciados, conforme cada etapa do

trabalho. Ao mesmo tempo, deve-se ter o foco na realidade local, com mecanismos de escuta e participação efetivos, sensibilização e mobilização de toda a sociedade, assim como a capacitação e formação adequada aos envolvidos nesse trabalho. Com base em experiências anteriores, observamos que o processo de formulação de planos de cultura se constitui de oportunidades para promover a capacitação e a qualificação das equipes envolvidas.

A adesão do ente à LPG traz a exigência de que o seu sistema de cultura, incluindo especialmente a tríade conselho-plano-fundo, esteja estruturado ou atualizado até julho de 2024. Tem-se, então, notadamente para os pequenos municípios, um desafio de grande monta, pelo que se faz necessário instrumentalizar adequadamente a administração pública e os gestores, em especial os da área da cultura.

Considerações finais

Como arauto da retomada, em 2023, de políticas culturais institucionalizadas no âmbito federal, o MinC acena para as ideias de democratização da cultura, de ampliação das instâncias e dos mecanismos de participação social, de afirmar o papel da cultura na economia, combalida pós-pandemia, e ainda às voltas com um quadro de polarização raivosa, alimentada por uma extrema direita que ocupava o Palácio do Planalto até o ano passado. Isso exige maior grau de elaboração e sofisticação para demarcar os direitos culturais como fundamentais para a afirmação de modelo civilizatório que esteja a serviço da participação e da diversidade.

Contudo, o MinC ainda está em fase de estruturação e grande parte do esforço institucional está voltado para a implementação de medidas de cunho emergencial, ou seja, ações que buscam responder por mazelas vividas no passado recente. Há expectativas de que a Paulo Gustavo e a Aldir Blanc sejam veículos de profusão de ações culturais jamais vistas no Brasil recente, o que é compatível com o volume de recursos financeiros investidos, com a demanda dos/as trabalhadores/as da cultura e com os anseios dos públicos.

Por outro lado, o presente-futuro das políticas culturais está em aberto. A inclinação do governo em conectar cultura, criatividade,

economia e sociedade é apresentada como estratégia de fomento para diferentes setores produtivos, de ampliação da noção de geração de valor, de potencial de exploração de direitos de propriedade intelectual. Tal perspectiva está ancorada em um viés de desenvolvimento, o qual vincula ciência (conhecimento, tecnologia, inovação) e indústria (bens, serviços e experiências). Esse modelo tem rebatimento para a compreensão de cultura e das políticas culturais institucionalizadas; como qualquer outro, lida com desafios e possibilidades.

Daí a importância da renovação, em termos institucionais em tempos democráticos, também do exercício cidadão do controle social, o qual poderá provocar a ampliação de grupos e dos interesses a eles atrelados. Rumos na esfera pública lidam, no mínimo, com disputas por espaço, orçamento e legitimidade (simbólica).

Como análise inicial do retorno do Ministério da Cultura, o presente artigo foi gestado dentro dos limites que a fase atual do ciclo de políticas públicas impõe, que é o grau de distanciamento entre a formulação e a implementação. É de se esperar que os atuais instrumentos tenham a eles vinculados mecanismos transparentes de monitoramento, acompanhamento e avaliação que contribuam para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura. Quiçá esse seja a maior missão da pasta.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

MARTINS, S. M. B.; COSTA, Kátia. Políticas culturais no Brasil: do golpe à Paulo Gustavo. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRASIL, República Federativa do. Ministério da Cultura. **O que é o SNC**. Sistema Nacional de Cultura. s/d. Disponível em: http://portalsnc.cultura.gov.br/sobre/o-que-e-o-snc/. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL, República Federativa do. Ministério da Cultura. Em 100 dias, investimentos na cultura ultrapassam R$ 2 bilhões: recriação do MinC marca a volta da produção cultural no país. 2023a Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/em-100-dias-investimentos-na-cultura-ultrapassam-r-2-bilhoes. Acesso: 09 de nov. 2023.

BRASIL, República Federativa do. Presidência da República. **Decreto nº 11.453,** de 23 de março de 2023. Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11453.htm. Acesso em: 11/nov/2023.

BRASIL, República Federativa do. Presidência da República. **Decreto nº 11.525,** de 11 de maio de 2023. Regulamenta a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.2023c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11525.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL, República Federativa do. Presidência da República. **Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022**. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 11/nov/2023.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria de Comunicação Social. **Novo decreto regulamenta o fomento cultural no país.** Secretaria de Comunicação Social. 2023d. Disponível em https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/desenvolvimento/novo-decreto-regulamenta-o-fomento-cultural-no-pais. Acesso em: 17 nov. 2023.

CHALOUB, Jorge. **O golpe de 2016 e as saídas para as tragédias do presente**. Carta Capital. 29. Jan. 2023. Disponível em https://www.cartacapital.com.br/artigo/ainda-o-golpe/. Acesso em: 16 nov. 2023.

COSTA, Kátia Maria de Souza. **A Diversidade Cultural no Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura**. 255 fl. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto

de Humanidades, Artes e Ciências (Dissertação de Mestrado). Salvador, 2017. Disponível em https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25526. Acesso em 18 nov. 2023.

ITAÚ CULTURAL, Observatório. **PIB da Economia da Cultura e das Indústrias Criativas**: a importância da cultura e da criatividade para o produto interno bruto brasileiro. 10 Abr. 2023. Disponível em https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/pib-da-economia-da-cultura-e-das-industrias-criativas-a-importancia-da-cultura-e-da-criatividade-para-o-produto-interno-bruto-brasileiro. Acesso em: 11 nov. 2023.

OBEC, Observatório da Economia Criativa da Bahia. **Impactos da Covid-19 na Economia Criativa:** Boletim Resultados Preliminares. Edição 1 – 13/04/2020. 2020a. Disponível em https://www.obec.ufba.br/wp-content/uploads/2020/07/BOLETIM1_RESULTADOS-PRELIMINARES_Impactos-da-Covid-19-na-Economia-Criativa.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

OBEC, Observatório da Economia Criativa da Bahia. **Impactos da Covid-19 na Economia Criativa:** Boletim Resultados Preliminares. Edição 3 – 08/05/2020. 2020b. Disponível em https://www.obec.ufba.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-Resultados-Preliminares-Ed.3-Impactos-da-COVID-19-na-Economia-Criativa.pdf.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

OBEC, Observatório da Economia Criativa da Bahia. **Pesquisa Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc:** Boletim de Resultados Preliminares. 01 Jul. 2022. Disponível em https://obec.ufba.br/wp-content/uploads/2022/10/OBEC_boletim-1_r03.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

PINTO, Sérgio de Andrade. **A Participação Social e a Dinamização das Políticas Culturais:** a importância do envolvimento de comunidades locais. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 28 a 30 de maio de 2008. Disponível em https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14434.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Pandemia, pandemônio e cultura no Brasil**. Revista Cult. 16/fev/2021. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/pandemia-pandemonio-e-cultura-no-brasil/. Acesso em: 16 nov. 2023.

SOUZA, Isabela; BRANDÃO, Rebeca. **Política e cultura no governo Bolsonaro:** quais disputas estão em xeque? Fundação Heinrich Böll Stiftung Brasil. 01 Abr. 2021. Disponível em https://br.boell.org/pt-br/2021/04/01/politica-e-cultura-no-governo-bolsonaro-quais-disputas-estao-em-xeque. Acesso em: 16 nov. 2023.

Serge Huot
Memória Marítima
Isopor, arrame, madeira
João Pessoa, PB, 2013
Foto: Serge Huot

INFRAESTRUTURA CULTURAL DO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Plínio Rattes[1]

RESUMO

O presente texto apresenta um breve panorama histórico sobre a evolução dos espaços e equipamentos culturais no Brasil e no mundo. O texto aborda também sobre a deficitária infraestrutura cultural brasileira que fica evidenciada a partir de um conjunto de dados publicados por órgãos oficiais, como IBGE, por exemplo, sobre a ausência de locais destinados à formação, criação, difusão, fruição e consumo artístico-cultural no país, desde a década de 1990. Por fim, o artigo traz uma breve descrição sobre as atuais políticas e medidas voltadas a este segmento propostas pelo Ministério da Cultura, sob a gestão da cantora Margareth Menezes, com o propósito de compreender os conceitos e abordagens que a atual gestão possui sobre a temática.

*

Uma perspectiva histórica dos espaços culturais

A multiplicidade de abordagens que permeiam os locais destinados à formação, criação, difusão, fruição e consumo artístico-cultural é comparada aos inúmeros conceitos que envolvem o termo "cultura" e a sua compreensão, portanto, requer uma análise a partir de uma perspectiva histórica.

Foi nos séculos XVIII e XIX, fruto da modernização vivenciada pelas sociedades europeias, que surgiram os primeiros espaços que viriam a conformar a infraestrutura cultural em muitas cidades do continente, composta por teatros, museus, bibliotecas e salas de concerto. Esses locais contribuíam para a construção de uma identidade nacional homogênea e, se inicialmente eram destinados apenas a colecionadores, pesquisadores

1 Plínio Rattes. Doutor em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), Brasil. E-mail: pliniorattes@gmail.com

ou amantes das artes, passaram a ser frequentados por um número cada vez maior e diverso de atores sociais (Alcaraz, 2014). Como exemplo desse período, pode-se citar a experiência inglesa denominada de Centros de Artes, espaços que abrigavam uma variedade de ações e atendiam a públicos diversos.

A chegada do século XX e as intensas transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento da tecnologia e pelo estabelecimento de novas formas de produção e consumo contribuíram para mudanças substanciais dos espaços culturais, dos meios de comunicação, do campo artístico e da relação destes com os públicos, tanto na perspectiva da produção quanto na do consumo. Nesse período surgiram o cinema, a fotografia, o rádio e a televisão, além de novos gêneros e linguagens estéticas, resultando em um cenário de intensa produção cultural em várias partes do mundo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte encurtaram as distâncias e borraram as fronteiras das nações, contribuindo para uma intensa troca e intercâmbio em escala global jamais vista na história da humanidade – por óbvio, com todas as assimetrias de um mundo altamente desigual, política e economicamente.

Influenciados pelas constantes e cada vez mais rápidas mudanças tecnológicas e socioculturais, sobretudo após as duas grandes guerras mundiais, os espaços culturais tornaram-se mais flexíveis e diversificaram suas atividades, abrigando mais de um tipo de ação, o que provocou redefinições na infraestrutura e nos modelos de produção de conteúdo desses estabelecimentos (Alcaraz, 2014). Esse contexto foi acelerado ainda pelas mudanças nas relações e mercados de trabalho, a partir da valorização do tempo livre e do lazer. Na França dos anos 1950, por exemplo, empresários e industriários passaram a investir na criação de áreas de convivência, quadras esportivas e centros sociais para seus funcionários (Coelho, 1985).

Ainda na França, mais adiante, na década de 1970, embora não pioneiro, haja vista que outros países (Cuba e México, por exemplo) já vinham desenvolvendo ações nesse campo, foi inaugurado um tipo de equipamento que marcaria uma tendência mundial e influenciaria na criação de espaços com características e funções semelhantes em muitos outros países, inclusive no Brasil. Trata-se do Centre National d'Art et Culture

Georges Pompidou, que aliava inovações e grandiosidade arquitetônica e diversidade de atividades do campo das artes e da cultura (Freitas, 2007).

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI reservariam ainda mais mudanças ao universo dos espaços de cultura. Segundo Núñez (2014), surgiram o que ele denomina de terceira geração de equipamentos culturais. Esse estágio, conforme o autor, implicaria que, mais uma vez, esses estabelecimentos se readaptassem às novas dinâmicas, em especial às mudanças estabelecidas a partir da hegemonia de alguns setores da indústria cultural, como, por exemplo, a do audiovisual (televisão, cinema, streaming etc.) e a popularização da internet e seu vasto repertório de possibilidades de produção e consumo, em detrimento das artes performáticas, que exigem a presença física do público. Esse cenário exige que os espaços de cultura redefinam suas relações com os criadores e os públicos e contribuam na reconstrução e repactuação das relações entre eles[2].

No que diz respeito ao Brasil, as primeiras manifestações culturais surgiram com a catequese, ou o apagamento das culturas indígenas, promovida pelos padres jesuítas a partir de realizações como cantigas, apresentações teatrais e produção de livros, por exemplo (Milanesi, 1997). Nos séculos que se seguiram à colonização, XVI, XVII e XVIII, os locais que ocupavam a função de espaços de cultura eram os mosteiros, que abrigavam centros de leitura e discussão, e as igrejas, que eram ocupadas por uma série de artistas que colaboravam para a pregação da doutrina religiosa através de pinturas, estátuas, arquitetura etc. (Milanesi, 1997). Com a chegada da Família Real portuguesa, em 1808, apesar de diversos investimentos particulares no campo da cultura, não havia nenhum projeto institucional do governo nesse sentido[3]. Esse cenário seria alterado apenas a partir de 1823, quando, segundo Milanesi (1997), o governo assumiu pela primeira vez a responsabilidade da educação no País, promovendo a substituição dos antigos colégios jesuítas pelas escolas públicas.

A Proclamação da República, em 1889, não alterou de imediato

2 Na esteira desse panorama histórico, vale contextualizar também, particularmente no universo dos espaços e equipamentos culturais, os impactos produzidos pela pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, que assolou o mundo nos anos de 2020 e 2021, e se apresentou como um dos períodos mais desafiadores da história recente da humanidade. A crise sanitária que se instalou provocou feitos inéditos na vida contemporânea. Apontado como principal alternativa para combater o contágio, o estabelecimento prolongado do isolamento social gerou o cancelamento de inúmeros eventos e atrações culturais e o fechamento, definitivo em alguns casos, de diversos espaços culturais mundo afora, a exemplo de cinemas, teatros, museus, galerias, bibliotecas etc. Nesse contexto, as consequências econômicas e sociais se somaram aos desafios sanitários já instalados.

3 No entanto, foi a partir da vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro, em 1808, que se criaram as primeiras instituições culturais, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu histórico Nacional.

o cenário de escassez no campo da cultura. Foi apenas na primeira metade do século XX, na esteira da industrialização e de investimentos específicos na área social, que o Estado brasileiro iniciou ações no campo das políticas públicas de cultura. Faz parte dessa conjuntura a gestão de Mário de Andrade, no Departamento de Cultura, criado pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Fábio Prado, responsável por uma série de propostas, entre as quais os Parques Infantis (PIs), que funcionaram na cidade entre 1935 e 1943. Idealizados por Mário de Andrade, os Parques foram os primeiros equipamentos públicos que tinham por objetivo prestar serviços de educação, cultura, saúde e lazer para os filhos dos operários paulistanos na faixa dos três aos seis anos. Além de ocupar a lacuna deixada pela inexistência de escolas formais para as idades iniciais da infância, os Parques serviam, sobretudo, como locais de promoção da arte e da cultura. Eram realizadas ações de caráter técnico, educacional e social, que objetivavam educar, assistir e entreter as crianças, por meio de atividades físicas, música, canto, teatro, literatura, bordados, tapeçarias e marcenaria (Silva, 2012).

A utilização de mosteiros, igrejas e parques como locais de produção, difusão e consumo cultural não significa necessariamente a inexistência completa, ao menos a partir do século XIX, de equipamentos culturais no País – aqueles edifícios construídos com o objetivo de produzir e disseminar práticas culturais e bens simbólicos, ou seja, espaços concebidos para acolher uma ou mais expressões culturais e atividades correlatas, a exemplo de teatros, cinemas, museus, bibliotecas, galerias etc. Diferem-se, portanto, da ideia de espaço cultural, locais que, a princípio, não foram construídos com a função de abrigar atividades culturais, mas, dependendo de seus usos e apropriações, podem também ser destinados a elas – é o caso das praças, largos, parques, escolas, entre muitos outros (Kauark; Rattes; Leal, 2019, p. 31).

A partir da década de 1980, houve uma vertente de crescimento no número de espaços e equipamentos culturais multiuso no Brasil, ocasionado por, ao menos, três fatores: 1. influência do modelo francês, caracterizado pela multifuncionalidade dos equipamentos de cultura; 2. incentivo fiscal oriundo das políticas de subsídio empreendidas pelos governos neoliberais dos anos 1980 e 1990; e 3. investimentos públicos na infraestrutura cultural do País nas décadas de 2000 e 2010.

Nas últimas décadas, com o estabelecimento de instâncias de escuta, diálogo e participação, como as conferências, por exemplo, muitas comunidades passaram a registrar entre as suas principais demandas a construção de um espaço cultural em seu território[4]. Isso sugere o quanto a sociedade valoriza a importância de se ter um local para criar e expor suas artes e manifestações culturais, um espaço onde possa intercambiar com outras localidades e juntos criar, compartilhar e usufruir suas produções e expressões.

No entanto, a despeito da reconhecida importância dos edifícios culturais para a promoção dos direitos culturais, da cidadania, da diversidade e da economia da cultura, é preciso ressaltar que a mera existência desses locais não garante que a comunidade irá usá-los e se apropriar deles à altura das possibilidades que eles podem oferecer. O anseio pela construção de prédios, muitas vezes grandiosos em termos físicos, não raro é fruto apenas do desejo de status que o elemento "cultura" pode conferir a determinado território. É comum a pouca atenção dada ao planejamento posterior para a funcionalidade adequada desses edifícios. O resultado, em geral, são equipamentos mal gerenciados, subutilizados, que desconhecem a produção cultural de onde estão inseridos ou que tampouco dialogam com as comunidades locais.

> Os prefeitos, por iniciativa própria ou instados a fazê-lo, procuram os órgãos públicos que financiam construções e pedem, às vezes amparados por deputados, recursos para a construção de um centro cultural. Essa é uma das solicitações mais frequentes que chegam dos municípios. Algumas vezes levam um projeto arquitetônico; em outras, apenas consultam se é possível o apoio financeiro. Raramente se expõe um programa de atividades ou se discute uma função. Apenas se exibe o projeto de uma construção. Qual o significado desses pedidos? O que, de fato, nessas ocasiões desejam? Se fosse feito um esforço para encontrar uma resposta, por certo seria necessário conciliar visões disparatadas e ambíguas, o que resultaria num objeto não claramente identificado (Milanesi, 2003, p.13).

Segundo Isaura Botelho, acreditou-se por muito tempo que "o essencial era construir centros de cultura ou incentivar a frequência a museus ou teatros, desenvolver políticas de facilitação de acesso à cultura que trariam, quase que automaticamente, uma resposta positiva da população antes excluída deste terreno" (2003, p.2). Para a autora, a experiência francesa evidenciou

4 Conforme pode ser verificado, por exemplo, nos relatórios das Conferências de Cultura realizadas no Estado da Bahia em 2007, 2009 e 2013, disponíveis em: https://conferenciadecultura.wordpress.com/conferencias-anteriores/. Acesso em: 10 nov. 2023.

que isso não bastava e que era preciso uma mudança fundamental de paradigma no objetivo central de grande parte das políticas de cultura: a democratização cultural. É preciso considerar na gestão e nas políticas culturais a diversidade da produção cultural e de atores sociais.

No tópico a seguir abordamos sobre a infraestrutura cultural do Brasil e, na sequência, uma breve análise das propostas já divulgadas pelo MinC das proposições voltadas ao segmento dos espaços e equipamentos culturais.

Infraestrutura cultural do Brasil: passado e presente

A concentração espacial e a insuficiência (ou mesmo inexistência) de espaços culturais são notórias e alarmantes no Brasil, evidenciadas em diversos estudos acadêmicos e institucionais (Botelho, 2001, 2003; Vaz; Jacques, 2003; Botelho; Fiore, 2005; Nussbaumer; Rattes, 2005; Freitas, 2007, 2010; Allucci; Jordão, 2012, 2014; Rattes, 2017, 2022) e pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[5], mesmo quando considerados todos os avanços no País desde pelo menos a já citada gestão Mário de Andrade, em São Paulo, até os dias atuais.

De acordo com a publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 (IBGE, 2019), "para equipamentos ditos tradicionais, como museus e teatros, houve aumento desde o início da série, com pico em 2014 e redução na medição de 2018, o que pode estar ligado à crise econômica e fiscal nos municípios"; entretanto, "em 2018, 35,9% das crianças e adolescentes no Brasil viviam em municípios sem museu, 34,6% sem teatros ou salas de espetáculo e 43,8% em municípios sem cinemas" (IBGE, 2019, p.163 apud Barros; Rattes, 2021).

Essa deficiência é uma triste marca que acompanha a infraestrutura social e urbana do País ao longo de sua história. No entanto, algumas iniciativas governamentais nas três esferas de poder buscaram suprir as lacunas de espaços para a formação, criação, produção, difusão e fruição cultural. São emblemáticos, por exemplo, os já citados Parques Infantis

5 Desde 1999, o IBGE levanta em todos os municípios brasileiros informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) se define como uma pesquisa de estabelecimento, respondida pelas prefeituras brasileiras. Em relação à cultura, houve aplicação de blocos (1999, 2001, 2005, 2009, 2012, 2018) e suplementos (2006 e 2014) sobre o tema na Munic. Essa última modalidade de investigação é mais pormenorizada, tendo sido aplicada aos municípios em 2006 e tanto em municípios como em estados em 2014 (IBGE, 2019, p. 39).

(PIs), criados na cidade de São Paulo, nos anos 1930. Apesar do curto período de existência do projeto, os conceitos inovadores que permearam a sua criação permaneceram e reverberaram de forma significativa em diversos projetos que viriam a ser implementados nas décadas seguintes, a exemplo da Escola Parque, criada por Anísio Teixeira, na Bahia e em Brasília, nas décadas de 1940 e 1950; dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), idealizados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, nos anos 1980; e dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) implantados na cidade de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy, entre 2001 e 2004 (Silva, 2012, p.103-104).

No entanto, todas essas iniciativas guardam como similaridade o fato de serem localizadas e promovidas por governos estaduais e/ou municipais, acentuando a assimetria da rede de espaços culturais do ponto de vista nacional. Um ponto de virada ocorre a partir dos incentivos fiscais oferecidos pelos governos de orientação neoliberal, nas décadas de 1980 e 1990, quando se observa um crescimento na construção de equipamentos e espaços culturais no País, ainda de forma bastante desigual, concentradas nas maiores cidades. A iniciativa privada e as grandes empresas públicas exerceram um papel fundamental nesse processo, tanto que esse período marca o surgimento de diversos espaços que levam o nome de seus mantenedores, como, por exemplo: o Centro Cultural Correios (agosto/1993) e o Centro Cultural Light (abril/1994), no Rio de Janeiro; o Centro Cultural Banco do Nordeste (julho/1998) e o Centro Cultural FIESP (março/1998), em São Paulo (Freitas, 2007); além dos equipamentos mantidos pelas Instituições vinculadas ao Sistema S[6], principalmente o Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Apenas em relação ao SESC, segundo informações do site oficial da instituição, são mais de 580 unidades fixas, que contam com 213 escolas, 2.718 espaços de lazer, 367 bibliotecas e salas de leitura e 151 unidades móveis de cultura (cinemas e bibliotecas), distribuídas nas cinco regiões do País (Rattes; Silva; Moura, 2021, p. 4).

Em 2001, antes do início da gestão Gilberto Gil no MinC, o IBGE realizou um levantamento inédito junto a 5.560 municípios brasileiros e mapeou

6 O Sistema S é composto por nove Instituições privadas de interesse público, vinculadas a sindicatos patronais: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Social do Transporte (Sest), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

17 tipos de espaços culturais e redes de comunicação existentes no País: clubes, estádios, museus, unidades de ensino superior, bibliotecas, livrarias, teatros, cinemas, videolocadoras, orquestras, bandas de música, lojas de discos e CDs, rádios AM, rádios FM, gerador de TV, provedor de internet, shopping centers. A investigação concluiu que somente 53 municípios brasileiros tinham os 17 equipamentos, correspondendo a 26,5% da população brasileira; 153 não tinham nenhum dos equipamentos. Nos municípios do Norte e do Nordeste foram verificadas as maiores carências, contabilizando estados que não detinham nenhum município com todos os equipamentos, a saber: Rondônia, Amapá, Tocantins, Maranhão, Alagoas e Mato Grosso do Sul (IBGE, 2003).

Os dados revelaram ainda que 82% dos municípios brasileiros não tinham museus, 84,5% não tinham teatro, 92% não tinham sequer uma sala de cinema e cerca de 20% não tinham bibliotecas públicas. Mesmo entre os municípios com bibliotecas, 69% deles tinham apenas uma (IBGE, 2003).

Seis anos depois, em nova publicação, o IBGE (2007) verificou que mais de 90% dos municípios não tinham salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso. A pesquisa apresentou também um amplo estudo no que diz respeito ao consumo cultural do brasileiro e sua frequência aos espaços e equipamentos culturais. Verificou-se que apenas 13% dos brasileiros frequentaram cinema alguma vez por ano; 92% nunca frequentaram museus; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte; 78% nunca assistiram a espetáculos de dança, embora 28,8% saiam para dançar.

A pesquisa apontou também que o brasileiro lê, em média, 1,8 livros per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo) e que existe uma biblioteca para cada 35 mil habitantes, enquanto na França a proporção é de uma biblioteca pública para cada grupo de 2,5 mil pessoas. No que diz respeito aos livros, 73% deles estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população e o preço médio de um exemplar era de R$ 25,00, valor considerável se comparado ao valor do salário mínimo no País à época, reforçando a imagem de "objeto de luxo" que o livro ainda tem para algumas camadas da população.

Constatou-se ainda a permanência da desigualdade entre as regiões brasileiras, a saber, dos 600 municípios que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste; 82% dos

brasileiros não tinham computador em casa e 70% não tinham qualquer acesso à internet (nem no trabalho, nem na escola); 56,7 % da população ocupada na área de cultura não tinha carteira assinada ou trabalhavam por conta própria.

A média brasileira de despesa mensal com cultura por família era de 4,4% do total dos rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira.

Investimentos do governo federal

Com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, o governo adotou algumas medidas para enfrentar a conjuntura deficitária e de precarização da rede de espaços culturais no País. Uma delas foi o programa Mais Cultura, lançado em 2007, que se propunha a investir 4,7 bilhões de reais na infraestrutura cultural, sobretudo em áreas periféricas e cidades de pequeno e médio porte[7]. Com a expectativa de incluir a cultura no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do País, o Mais Cultura buscava ampliar os investimentos em infraestrutura de forma articulada às políticas e ações em consolidação pelo MinC, incluindo o Cultura Viva, ações de livro e leitura, de audiovisual e de desenvolvimento da economia da cultura. Segundo documentos do MinC, a "estratégia era investir em infraestrutura para impulsionar o processo de valorização e apoio à produção cultural de base comunitária desencadeado pelo Cultura Viva nos anos anteriores" (MINC, 2015, p. 3).

Assim, o programa Mais Cultura foi criado para atender objetivos como: 1. ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, 2. qualificar o ambiente social das cidades do meio rural, e 3. gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda. A partir disso, estruturou-se sobre três eixos: 1. Cidadania; 2. Cidades; e 3. Economia. O primeiro era voltado à qualificação do ambiente social, com criação de infraestrutura cultural; o segundo contemplava o protagonismo das identidades e da diversidade cultural; por fim, o terceiro dialogava com as questões de ocupação, renda, emprego e de financiamento da cultura (BRASIL, 2007, p. 1).

7 Cf. CNM - Confederação Nacional de Municípios. Disponível em: https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/cultura-ter%C3%A1-investimento-de-r-47-bilh%C3%B5es-afirma-gil. Acesso em: 10 nov. 2023.

Outro programa que tinha entre suas finalidades suprir a deficiência da rede de espaços culturais é o Praça CEU[8], lançado em 2010, com o objetivo de construir 400 praças abertas, em todas as regiões do País, contendo diversos equipamentos, como cineteatros, bibliotecas, telecentro, quadras etc. Atualmente, o programa foi renomeado pelo Ministério da Cultura para CEU das Artes[9]. Vale contextualizar, inclusive, que o programa apresenta elementos semelhantes à política empreendida por Mário de Andrade com os Parques Infantis, como a transversalidade, a promoção e valorização de expressões e manifestações culturais e o foco nas camadas da população mais desassistidas.

Outra iniciativa é o programa Cultura Viva e seus Pontos de Cultura, que, em alguma medida, contribuíram para a conformação e/ou consolidação de locais de formação, produção, difusão e fruição cultural. Ao todo, até o ano de 2019, eram contabilizados 4.033 pontos distribuídos por todo o território nacional, segundo o Observatório Nacional da Cultura (ONC)[10]. São Paulo é o estado com o maior número absoluto, 1.029, enquanto no Amapá existem apenas sete. Proporcionalmente à população, o estado do Piauí tem o maior número de Pontos de Cultura, com 3,85 Pontos para cada 100 mil habitantes; já o estado do Paraná é a Unidade da Federação com menor número, conforme dados apurados pelo citado ONC.

Ainda na esteira desse enfrentamento, foram previstas no Plano Nacional de Cultura quatro metas relacionadas diretamente ao universo dos espaços culturais e que preveem ampliação dessas edificações pelo País. Até o momento, apenas uma dessas metas foi integralmente cumprida[11]. Trata-se da meta 31, que estabelece aumentar o número de cidades com espaços culturais, de acordo com o número de habitantes dos municípios, conforme a seguir:

8 O programa foi renomeado algumas vezes ao longo de sua trajetória. Criado no último ano de gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e capitaneado pelo Ministério da Cultura, em parceria com outros quatro ministérios (Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e Trabalho e Emprego) e prefeituras municipais, o programa foi originalmente denominado Praças do PAC, depois foi chamado de Praças dos Esportes e da Cultura (PEC) e em seguida de Praças das Artes, até ser rebatizado como Centros de Artes e Esportes Unificados, em 2013, assim permanecendo até junho de 2019, quando foi novamente renomeado, passando a se chamar Estação Cidadania – Cultura, pelo então recém-criado Ministério da Cidadania, no governo Jair Bolsonaro. Dois anos depois, em maio de 2021, o programa sofreu mais uma alteração em sua nomenclatura, sendo chamando então de Pracinhas da Cultura. Por fim, ao assumir a gestão do novo MinC, a ministra Margareth Menezes renomeou o programa como CEU das Artes. Porém, o programa ainda é mais conhecido como "Praça" ou "Praça CEU".

9 De acordo com a Portaria MinC nº 54, de 18 de agosto de 2023, disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-minc-n-54-de-18-de-agosto-de-2023-504223656. Acessada em 13 de novembro de 2023.

10 Dados compilados pelo Observatório Nacional da Cultura (ONC), em 2019, e disponibilizados em seu site oficial: https://observatoriodacultura.com/2019/06/17/confira-o-levantamento-pontos-de-cultura-no-brasil-2019/. Acesso em: 12 jan. 2021.

11 Cf. Informação do site oficial que acompanha o andamento das metas do Plano. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/31/. Acesso em: 10 nov. 2023.

- 35% dos municípios com até 10 mil habitantes com pelo menos um tipo;
- 20% dos municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes com pelo menos dois tipos;
- 20% dos municípios entre 20 mil e 50 mil habitantes com pelo menos três tipos;
- 55% dos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes com pelo menos três tipos;
- 60% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos;
- 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes com pelo menos quatro tipos.

Vale ressaltar a meta 33, que estabelece a criação de 1.000 espaços como os Centros de Artes e Esporte Unificados, as Praças CEU, que alcançou até dezembro de 2021 apenas 25,7% do estipulado, de acordo com o acompanhamento feito pelo MinC.

Metas do PNC relacionadas aos Espaços Culturais/Gestão Pública			
Nº	**Metas**	**Indicador**	**Situação da Meta (até dezembro de 2021)**
31	Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural.	Aumentar o número de cidades com espaços culturais	Meta alcançada
32	100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento.	Ter pelo menos uma biblioteca pública ativa em cada cidade brasileira	85,4% da meta alcançada
33	1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento.	Criar mil espaços como os centros de artes e esportes unificados (CEUs)	25,7% da meta alcançada
34	50% de bibliotecas públicas e museus modernizados.	Melhorar instalações, equipamentos e acervos de bibliotecas e museus	37% da meta alcançada em relação às bibliotecas e 8% dos museus.

35	Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura	Formar gestores de espaços culturais	Em 2021, a meta alcançou 55% do planejado para o ano.

Fonte: MinC, 2023. Elaborada pelo autor.

Os investimentos realizados na gestão Gilberto Gil e nos períodos subsequentes não foram suficientes para suprir a grande defasagem existente, conforme atestam os dados mais recentes revelados pelo IBGE na publicação Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2018 (IBGE, 2019). Os dados divulgados, que tomam por base os números coletados em diversas pesquisas da Instituição, a exemplo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), apontam que, em 2018, 32,2% da população morava em municípios sem museu, 30,9%, sem teatro ou sala de espetáculo, 39,9%, sem cinema, 18,8% sem rádio AM ou FM local, 14,8%, sem provedor de internet. Em relação a esse último dado, quando são feitos outros recortes, como faixa etária, raça e escolaridade, a desvantagem é maior para os grupos vulneráveis: população preta ou parda (15,3%), crianças (15,6%) e sem instrução ou fundamental incompleto (17,7%), conforme tabela abaixo.

Quando o recorte é geográfico, notam-se as disparidades entre as Unidades da Federação. As maiores proporções da população em municípios sem provedor de internet estavam no Piauí (51,3%) e em Tocantins (42,3%), por exemplo. Possivelmente essas localidades foram ainda mais atingidas pelos impactos da pandemia por Covid-19, entre os anos 2020 e 2021, que tinha no isolamento social a principal estratégia para a contenção do contágio e no ambiente on-line a possibilidade de manutenção das atividades sociais, laborais e econômicas.

Livrarias estavam presentes em 42,7% dos municípios em 2001, diminuindo para 17,7% deles em 2018. Já as videolocadoras tinham a maior participação em 2006 (82,0% dos municípios), chegando a seu mínimo histórico em 2018 (23,0%). Lojas de discos, fitas CDs, DVDs seguiram a mesma tendência.

A pesquisa registra ainda que equipamentos tradicionais como bibliotecas, museus, teatros, rádios e cinemas cresceram em presença nos municípios até 2014, com decréscimo em 2018. Apesar desse decréscimo, os valores encontrados em 2018 estavam similares ou maiores que o início da série em 1999, que apontavam dados ainda mais alarmantes, como: 82%

dos municípios brasileiros não tinham museus, 84,5% não tinham teatro, 92% não tinham sequer uma sala de cinema e cerca de 20% não tinham bibliotecas públicas.

A variação na capilaridade desses equipamentos e meios de comunicação, segundo o IBGE (2019), parece ser influenciada por fatores econômicos, considerando o crescimento da economia na primeira década dos anos 2000 e a crise em anos recentes, o que teria levado a uma queda generalizada na capilaridade geográfica dos equipamentos e meios de comunicação entre as medições de 2014 e 2018. Outros fatores apontados pelo Instituto é a evolução tecnológica (barateamento de equipamentos eletrônicos, domésticos e profissionais, mudanças nas mídias etc.) e a alteração dos modos de fruição, que podem ter influenciado na popularidade de alguns equipamentos. Houve, nos últimos anos, aumento no acesso domiciliar à internet, na oferta de streaming de áudio e vídeo, no crescimento do comércio pela internet e a diminuição da importância das mídias físicas (IBGE, 2019, p. 148).

Outra fonte de informação sobre a infraestrutura cultural do País pode ser acessada no site Mapas Culturais[12], que congrega os dados do antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), mantido pelo governo federal e preenchido pela sociedade civil. Nele, até o mês de novembro de 2023, estava registrada a existência de 29.540 espaços culturais no País, agrupados em 110 categorias que vão dos mais tradicionais, como teatros, cinemas, museus, bibliotecas, circos, galerias etc., aos mais alternativos ou que abarcam uma concepção mais alargada do termo, como igrejas, trio elétricos, sebos, lan houses, mesquitas, terreiros, praças, escolas de artes, bancas de jornal, antiquários etc.

Como esse mapeamento depende da inserção das informações por parte da sociedade civil, supõe-se aqui que esse quantitativo possa ser ainda maior, tendo em vista que muitos agentes culturais desconhecem essa iniciativa e/ou não compreendem seu empreendimento como um espaço cultural.

Outro ponto a se considerar acerca dessa iniciativa é que os dados disponibilizados nos cadastros são poucos ou insuficientes para contribuir de forma efetiva na formulação de políticas públicas que os tenham como

12 O Mapas Culturais é um banco de dados disponível on-line que congrega o antigo cadastro do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e é integrado a outras bases de dados da Secretaria Especial da Cultura, como a Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus. Cf. http://mapas.cultura.gov.br/. Acesso em: 13 nov. 2023.

objeto. Estão registrados apenas uma breve apresentação do espaço, o tipo de categoria, as áreas de atuação, endereço, se têm acessibilidade, capacidade, responsáveis e telefone de contato, critérios de uso do espaço e uma galeria para upload de vídeos e fotos. É possível cadastrar também a agenda de programação do local. Não há nenhuma informação acerca de seus públicos, custos de manutenção, recursos humanos ou modelos de gestão empreendidos. Além disso, a plataforma é limitada em termos de recursos técnicos, passando a permitir apenas recentemente a exportação de dados para planilhas editáveis, possibilitando alguns cruzamentos com as informações disponíveis.

A ausência de equipamentos culturais ou sua existência deficitária nas cidades brasileiras se contrapõe às potencialidades da economia da cultura no País e alerta para a questão da invisibilidade em diversos territórios para a constituição e a promoção da diversidade social e cultural que abrigam. Aprofunda o desconhecimento que a população tem da sua rica e diversa produção cultural e denota a pouca relevância que lhe é atribuída (Serpa, 2010, p. 31). Permanece para o País, portanto, o desafio de se reverter o déficit de infraestrutura cultural, principalmente nos municípios de pequeno e médio porte, além de enfrentar a distribuição espacial desigual dos espaços culturais comum às grandes cidades brasileiras. Por outro lado, aos equipamentos existentes os desafios são de outra ordem, relacionados à sua sustentabilidade e manutenção, aos seus modos de gerir e se relacionar com seus diversos públicos, internos e externos – foco de abordagem do próximo tópico.

Perspectivas para o futuro?

A atual gestão do MinC[13], tendo à frente a cantora Margareth Menezes, escolhida por Lula para ser ministra da cultura do seu terceiro mandato presidencial (2023-2016), anunciou um conjunto de medidas que visam contribuir para a diminuição da defasagem da infraestrutura cultural no país.

13 Importante registrar que o Ministério da Cultura foi reestabelecido após um hiato de quatro anos, uma vez que durante o mantado do presidente anterior, Jair Bolsonaro (2019-2022), o MinC foi reduzido a uma secretaria especial vinculada, primeiramente, ao Ministério da Cidadania, e depois ao Ministério do Turismo. Esse período foi marcado pelo enfraquecimento ou interrupção de programas e projetos, não havendo necessariamente propostas consistentes para substituí-los ou reformulá-los ou ainda novas proposições com a mesma envergadura que as gestões anteriores, Lula da Silva (2003-2006 / 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 / 2015-2016). Além disso, não havia clareza sobre qual o plano de governo para o setor, além das omissões e descontinuidades impostas. A gestão Bolsonaro demonstrava, reiteradamente, uma postura contra a cultura e a arte, sobretudo no que diz respeito às dimensões e abordagens mais abstratas, reflexivas e contra hegemônicas que lhes são inerentes.

Com a retomada, o novo MinC criou a Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (SEEC), responsável por coordenar a implementação de espaços e equipamentos culturais no País, promover programas, projetos e ações em parceria com estados e municípios para a implantação, ampliação e melhoria da infraestrutura cultural. O Setor é constituído por três coordenações, a saber: a Coordenação Geral de Articulação e Parceria (CGAP), a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Projetos (CGDP) e a Coordenação Geral de Monitoramento de Empreendimentos (CGME)[14].

Recentemente, a ministra Margareth Menezes publicou a Portaria MinC nº 68, de 29 de setembro de 2023, que instituiu o Programa Territórios da Cultura, que tem "a finalidade de implementar uma rede de espaços e equipamentos integrados de cultura em territórios periféricos, com vistas à efetivação de direitos culturais, à promoção da cidadania e ao reconhecimento e à valorização da diversidade cultural"[15]. O programa, segundo a ministra,

> será uma peça fundamental na integração de políticas culturais em nível federal, estadual e municipal. Além disso, ele será uma ponte para outras políticas, programas e ações que fortaleçam sua capacidade de atuação. Esta iniciativa representa um passo significativo em direção a uma sociedade mais inclusiva e culturalmente rica, promovendo não apenas a arte e a educação, mas também a dignidade, a cidadania e o entendimento entre diferentes comunidades do Brasil[16]

Dentre os objetivos do Programa registrado na referida portaria, estão:

> I - diminuir a desigualdade de acesso à infraestrutura cultural por meio da implementação de espaços e equipamentos culturais em territórios periféricos; e II - ampliar a capilarização da oferta de espaços culturais a partir da atuação em rede e de equipamentos de dimensões variadas, fixos ou itinerantes, com recursos adequados para a formação, a produção e a fruição cultural, especialmente em locais de vulnerabilidade social; (...)

14 Gestões anteriores do ministério também possuíam setores específicos voltados aos segmentos dos espaços e equipamentos culturais. Por exemplo, em 2012, foi criada a Diretoria de Programas Especiais e Infraestrutura Cultural, dentro da Secretaria Executiva, na gestão Ana de Holanda. Em 2016, na gestão Marcelo Calero, a Diretoria ganhou status de Secretaria, tornando-se Secretaria de Difusão e Infraestrutura Cultural, cuja função era buscar parcerias com prefeituras e governos estaduais para apoiar melhorias e modernização de equipamentos públicos como bibliotecas, teatros e centros culturais. A Seinfra era composta por duas diretorias: 1. Gestão de obras e equipamentos culturais e 2. Projetos de infraestrutura cultural. No governo Bolsonaro, a SINFRA voltou a ser diretoria. Um importante programa da Seinfra era o Centro de Artes e Esportes Unificados, conhecido como Praça CEU.

15 Fonte: https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-minc-n-68-de-29-de-setembro-de-2023-513840797. Acesso em 13 nov. 2023.

16 Fonte: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais. Acesso em 13 nov. 2023.

Nota-se que, essa nova gestão reconhece a situação deficitária dos equipamentos e espaços culturais no país, além da desigualdade da sua distribuição em território nacional.

Ainda sobre o programa, o MinC informa por meio da Portaria nº 68, que para alcançar os objetivos estabelecidos, estão previstas as seguintes diretrizes programáticas:

Diretrizes programáticas do Programa Territórios da Cultura	
Modalidades/Ações	**Descrição**
Biblioteca-Parque	Edificação de uso cultural de grande porte, preferencialmente integrada a outras políticas públicas, com a finalidade de promover a política de acesso ao livro, à leitura, às artes, entre outras políticas culturais, em áreas de vulnerabilidade social.
CEU da Cultura	Edificação de uso cultural, de caráter comunitário, composta por espaços associados à expressão corporal, educação cidadã, arte e educação, trabalho e renda, meio ambiente, entre outras atividades relacionadas à cultura.
MovCEU	Equipamento cultural itinerante, produzido por meio da adaptação de veículos e barcos para a realização de ações culturais.
Reformas, adaptações e modernização de equipamentos culturais	Priorizando as iniciativas que visam a melhorar o desempenho energético, o conforto térmico, a acessibilidade, a sustentabilidade, as condições de segurança e integridade das edificações localizadas em territórios periféricos.

Fonte: Portaria MinC nº 68, de 28 de setembro de 2023. Elaborado pelo autor.

A proposta do ministério é que o programa seja executado em parceria com estados e munícipios e que a gestão dos equipamentos culturais deve ocorrer de forma compartilhada, a partir de mobilização social e da formação de redes de parceiros. Importante destacar que essas premissas estão na gênese de projetos e programas de gestões anteriores do MinC, a exemplo da(o): Base de Apoio à Cultura (BAC)[17], Mais Cultura e Praça CEU (Centro de Artes de Esportes Unificados). Este último, recentemente renomeado pelo MinC para CEU das Artes.

17 O projeto foi proposto nos primeiros anos da gestão Gilberto Gil (2003-2008) e tinha por objetivo instalar 50 estruturas de 1.300m² em áreas periféricas das cidades brasileiras, com a finalidade de apoiar a produção cultural comunitária. As BACs foram pensadas como espaços de infraestrutura tecnológica para a produção cultural das comunidades e a articulação entre elas, assim conectando as comunidades entre si e com o mundo. O projeto não foi adiante por falta de recursos e as duas primeiras BACs anunciadas pelo Ministério, uma na Rocinha, no Rio de Janeiro, e outra no Distrito Federal, não chegaram a ser instaladas.

No que diz respeito aos recursos financeiros, para tornar realidade o programa, serão utilizadas verbas provenientes do Fundo Nacional da Cultura (FNC), da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), de emendas parlamentares, além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este último, por exemplo, será o financiador da modalidade/ação CEU da Cultura, assim como ocorreu em 2010, quando a Casa Civil do governo Lula, então no segundo mandato, publicou edital de apoio para a construção de 400 Praças CEU, em parceria com prefeituras municipais, e financiamento com recursos do então chamado PAC 2. Segundo o MinC, serão destinados ao CEU da Cultura o montante de R$ 600 milhões para a construção de 300 empreendimentos e mais R$10 milhões para a finalização de 26 obras do programa Praça CEU[18].

Para efeito de comparação, o já citado edital de 2010 aportou R$ 800 milhões para a instalação de 400 unidades – sendo que, até dezembro de 2021, 11 anos após o lançamento do edital, haviam sido inauguradas 257 Praças, ou seja, 64% da meta[19].

As semelhanças com o programa Praça CEU (ou CEU das Artes) não se resumem apenas à fonte de financiamento. Do ponto de vista conceitual, também é possível observar elementos comuns entre um programa e outro. Por exemplo, o CEU da Cultura também está programado para ser construído em áreas de vulnerabilidade socioeconômica e a participação social é uma das premissas do programa.

Contudo, o CEU da Cultura traz algumas atualizações em relação às Praças CEU, que diz respeito aos equipamentos que serão instalados, todos eles voltados ao campo da cultura (biblioteca; LabCéu, laboratório dedicado à Economia da Cultura; e Incubadora Cultural), diferentemente das Praças, que haviam equipamentos de cultura, esporte, lazer, assistência social etc. O espaço contará também com sala de administração e suporte, algo que não havia nas plantas arquitetônicas das Praças.

Segundo a Subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais do MinC, Cecília Gomes de Sá, a comunidade poderá escolher outros equipamentos para serem instalados no CEU da Cultura, de acordo com o

18 Fonte: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais. Acesso em 13 nov. 2023.

19 Entre os motivos para esse resultado abaixo do esperado estão questões que evidenciam tanto as fragilidades do programa como problemas recorrentes a muitas prefeituras municipais, como: ineficiência da prefeitura no cumprimento dos termos de cooperação; o não aporte do recurso da contrapartida; mudanças de gestão no poder público; dificuldades no processo licitatório da obra e problemas com empreiteiras; ausência de titularidade do terreno; impossibilidade de contratar recursos humanos para a gestão das Praças sem infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal; entre outros.

tamanho do terreno e das demandas daquela localidade, a exemplo de: cozinha comunitária, sala multiuso, ateliê, cine teatro, estúdio de gravação, sala de dança, parque infantil, quadra policultural coberta, área verde, entre outros[20].

Outra atualização importante ainda diz respeito às plantas arquitetônicas, que poderão ser adaptadas aos diferentes tipos de terreno e clima de cada região do país, ao contrário do que ocorreu com as Praças CEU que tiveram suas plantas (eram um total de três modelos) replicadas de forma seriada, sem considerar as especificidades de cada região.

Além do CEU da Cultura, que já foi alvo de ações efetivas por parte do MinC, tendo os procedimentos para o seu processo seletivo publicado na Portaria MinC nº 74, de 06 de outubro de 2023[21], a modalidade/ação MovCEU, também já teve seu edital publicado em portaria pelo ministério[22]. Essa iniciativa se propõe selecionar interessados entre Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas, em adquirir um dos trinta equipamentos itinerantes que são objeto do edital.

O MovCEU são veículos do "tipo van ou furgão adaptado para se transformar em uma biblioteca, estúdio de produção audiovisual, cinema de rua, palco para apresentações diversas, entre outros"[23]. Para o edital 2023, as propostas são restritas a localidades com até 20 mil habitantes. A gestão, funcionamento e manutenção do equipamento cultural é de responsabilidade do proponente.

Certamente, um dos principais desafios para o projeto será garantir a adequada e sistemática manutenção do veículo. Se considerarmos a dificuldade que muitos municípios brasileiros têm, sobretudo, os menores, em manter em pleno funcionamento sua frota de veículos, muitos deles pertencentes a áreas essenciais como saúde (ambulâncias) e segurança (carro de polícia), por exemplo, é possível projetar os possíveis problemas que surgirão nesse campo mais adiante se não houver nenhuma linha de fomento para apoio desse quesito. A vida útil desses equipamentos poderá ser reduzida substancialmente.

20 Fonte: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-lanca-programa-territorios-da-cultura-para-garantir-infraestrutura-cultural-em-todo-pais. Acesso em 13 nov. 2023.
21 Fonte: https://www.gov.br/casacivil/novopac/selecoes/eixos/arquivos/portaria-minc-74-selecao-novo-pac-2023. Acesso em 13 nov. 2023.
22 Portaria MinC nº 70, de 29 de setembro de 2023. Fonte: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-minc-n-70-de-29-de-setembro-de-2023-*-513873977. Acesso em 13 nov. 2023.
23 Fonte: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/inscricoes-para-o-movceu-sao-prorrogadas-ate--20-de-outubro. Acesso em 13 nov. 2023.

Considerações finais

O percurso histórico das políticas culturais brasileiras, marcado por ciclos tão distintos e permeado por ações e medidas descontínuas e inconclusas, conduziu o País a políticas esvaziadas, pouca efetivas, além de enormes lacunas de investimentos nos mais diversos segmentos do campo cultural, incluindo o universo que envolve os espaços e equipamentos culturais. Esses locais, essenciais para a dinâmica cultural das cidades, abrigam variadas práticas culturais e manifestações artísticas e sintetizam a cadeia produtiva da cultura, à medida que acolhem, em suas dependências, ações de formação, criação, produção, difusão e consumo.

Em muitos municípios brasileiros, esses espaços contribuem para a sociabilidade e convivência das pessoas, desempenham não apenas a função de ofertar produtos e serviços artístico-culturais à população, mas também se constituem como espaços de construção de sentidos, de conhecimentos e de práticas diversas que refletem nos modos de produção e nas relações estabelecidas nessas localidades.

Os espaços culturais, em geral, quando bem administrados, têm potencial para desempenhar um papel fundamental na formação do tecido social, colaborando para o desenvolvimento de um território sob diversos aspectos. Do ponto de vista espacial, por exemplo, contribuem para o desenho das cidades e para o reforço da arquitetura urbana existente. No que diz respeito à economia, além de essenciais para a fluidez e o acolhimento dos diferentes elos da produção cultural, configurando-se como pontos de mobilização de capital, são também importantes ativos para outros mercados, como o turístico, por exemplo. No sentido social, colaboram na construção da identidade, na promoção da cidadania e na garantia dos direitos culturais, pois se tornam lugares de encontro para a convivência e articulação de diferentes saberes, conteúdos e narrativas que expressam a diversidade cultural de uma população. Na perspectiva criativa, contribuem para a experimentação artística e o despertar para outros olhares, sentidos e sensibilidades que envolvem os anseios e dilemas de nosso tempo e espaço (Kauark, Rattes, Leal, 2019; Barros, Rattes, 2021).

No entanto, apesar da evidente importância dos espaços culturais, o lugar que ocupam ainda é pouco privilegiado no campo das políticas públicas de cultura, que ainda são tímidas e descontínuas, o que impacta

diretamente na capacidade de o país provocar mudanças substanciais e permanentes nesse campo. Há muitos desafios a serem enfrentados, dentre alguns, podemos citar:

1. Diminuir a desigualdade de espaços e equipamentos culturais entre as regiões e municípios brasileiros;
2. Garantir linhas permanentes de fomento e financiamento não apenas para a construção de novos espaços e equipamentos culturais, mas também para a manutenção, requalificação e modernização e dinamização da programação dos já existentes;
3. Formar, capacitar e aperfeiçoar gestores e demais profissionais que atuam nos mais diversos tipos de equipamentos e espaços culturais, a partir de uma perspectiva abrangente, que não apenas tecnicista;
4. Garantir que a ideia de diversidade não esteja limitada aos diferentes atores envolvidos, mas presente em todas as camadas e dimensões, que incluem ainda os modos de gerir, os conteúdos disponibilizados, os públicos atendidos, as dinâmicas locais, a comunicação do espaço cultural.
5. Aproximar os equipamentos e espaços culturais de práticas sustentáveis, com a utilização de energia limpa, reutilização e aproveitamento de água, etc.
6. Estabelecer relações efetivas e afetivas com os públicos, sobretudo, com a comunidade do entorno, encarando-a não apenas como um público potencial para consumir as ações ofertadas, mas também para realizar atividades provocadas e propostas por ela.

Apesar dos desafios, é preciso reconhecer os avanços e o aumento dos investimentos feitos nas últimas duas décadas, a partir de iniciativas como a inclusão da temática no Plano Nacional de Cultura, a implementação de programas e projetos como Mais Cultura, Pontos de Cultura, Praças CEU e o mais recente Territórios da Cultura, entre outros.

Vale destacar também a visão sistêmica que muitos desses projetos e programas tem promovido, no sentido de atribuir funções bem definidas a cada ente da federação: cabe ao governo federal, em geral, o financiamento para a instalação de novos equipamentos culturais, sobretudo, em localidades mais carentes e/ou vulneráveis, em uma tentativa de diminuir as desigualdades históricas no país, além do estabelecimento de alguns conceitos basilares para esses equipamentos; aos estados, municípios e

sociedade civil, cabem a gestão dos equipamentos a partir de critérios republicanos, muitas vezes balizados por meio de convênios que impõem diretrizes importantes como: participação social e diversidade cultural.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

RATTES, Plínio. Infraestrutura cultural do Brasil: passado, presente e futuro. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

ALCARAZ, María Victoria. Latinoamérica: reflexiones sobre las infraestructuras y equipamientos culturales. In: ROMERO, Salvador Catalán; RUEDA, Antonio Javier González (Eds.). **Manual Atalaya**. Apoyo a la gestión cultural, 2014. Disponível em: goo.gl/Mh63Yo. Acesso em: 10 nov. 2023.

ALLUCCI, Renata R.; JORDÃO, Gisele. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2011/2012**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2012. 216p.

___. **Panorama setorial da cultura brasileira - 2013/2014.** São Paulo: Allucci & Associados Comunicações, 2014. 232p.

BARROS, José Márcio; RATTES, Plínio. **Formação de gestores de equipamentos culturais**: desafios e perspectivas. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 264-280, 2021.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. São Paulo em Perspectiva, vol. 15, n.2, São Paulo, abr./jun., 2001.

BOTELHO; Isaura; FIORE, Maurício. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. **Relatório da Primeira Etapa da Pesquisa**. Centro de Estudos da Metrópole – CEBRAP. Abril de 2005.

BRASIL. **Decreto 6.226**, de 4 de outubro de 2007. Institui o Programa Mais Cultura. Portal da legislação: Leis ordinárias.

COELHO, Teixeira. **Usos da cultura:** políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Centros Culturais Públicos no Brasil:** Um estudo comparativo entre o Centro Dragão do Mar e Arte e Cultura e o Centro Cultural São Paulo. Monografia. (Graduação). Curso de Produção em Comunicação e Cultura, Facom-UFBA, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FREITAS, Elizabeth Ponte de. **Por uma Cultura Pública:** Organizações Sociais, OSCIPS e a gestão pública não estatal. 2010, 143f. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama. Acesso em: 31 jul. 2021.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=29&dados=1. Acesso em: 24 jul. 2021.

IBGE. **IBGE traça o perfil administrativo de todos os municípios brasileiros**. Disponível em: http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/1704munic.shtm. Acesso em: 29 ago. 2014.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais:** 2007-2018/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2019. 263p.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais** - Perfil dos Municípios Brasileiros Gestão Pública 2001, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2003. 239p.

IBGE. Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros com data de referências em 1º de julho de 2020. 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/POP2020_20210331.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (Orgs.). **Um lugar para os espaços culturais:** gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: Edufba, 2019. 407p. (Coleção Cult).

MILANESI, Luis. **A casa da invenção:** biblioteca - Centro de cultura. 3.ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção:** biblioteca e centro de cultura. 4. ed rev. e ampl. São Paulo: Ateliê, 2003.

MINC. Ministério da Cultura. **Conceito, desafios e potencialidades do PAC da Cultura 1** - Praças CEUs. 2015.

NÚÑEZ, Enrique del Álamo. Los espacios de la cultura. In: **Manual Atalaya** - Apoyo a la Gestión Cultural, 2014. Disponível em: http://atalayagestioncultural.es. Acesso em: 13 nov. 2023.

NUSSBAUMER, Gisele; RATTES, Plínio. **Equipamentos Culturais de Salvador:** Públicos, Políticas e Mercados. Trabalho apresentado no V ENLEPICC. Salvador: Faculdade Social da Bahia, 11 de novembro de 2005 (1 cd-rom).

RATTES, Plínio. **Políticas e gestão de equipamentos culturais da cidade de Salvador-BA**: a perspectiva dos gestores. 184f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RATTES, Plínio. **A Praça é do Povo?** Diversidade e Participação social na gestão das Praças CEU de Feira de Santana (BA). 328f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RATTES, Plínio; SILVA, Maria da Conceição; MOURA, Carolina. A diversidade cultural e o Sesc: Abordagens e perspectivas. **Anais do XVII ENECULT** - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, 27 a 30 de julho de 2021.

SERPA, Ângelo. A cidade como fenômeno cultural: apontamentos para uma abordagem geográfica. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (Orgs.). **Políticas Culturais para cidades**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Susete Rodrigues da. **O pensamento vivo de Mário de Andrade:** dos parques infantis aos CEUs da cidade de São Paulo. Orientador: João Cardoso Palma Filho. 2012. 278 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. A cultura na revitalização urbana – espetáculo ou participação? **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. v.23. n.43-44. jan/dez, 2003.

Marília Scarabello
Desdobramento
Série "Intervalo"
Papel com inscrições em braille e terra / fotografia digital
Jundiaí, SP, 2022
Foto: Marília Scarabello

OS AVANÇOS LEGAIS NA FACILITAÇÃO DOS PROCESSOS ENVOLVIDOS NO FOMENTO À CULTURA E OS DESAFIOS ENVOLVIDOS EM SUA EFETIVA IMPLANTAÇÃO

Poli Brasil[1]

RESUMO

A partir da análise de dispositivos legais de novas normativas da área cultural e pautado na vivência da autora na assessoria técnica para gestores municipais e agentes culturais diversos, o artigo busca uma reflexão sobre os desafios do setor cultural para que as premissas legais das políticas de repasse descentralizado em vigor se tornem realidade nos diversos territórios.

*

Introdução: o panorama legal do setor cultural pós pandemia

O ano é 2023. A pandemia do COVID-19 ainda nos assombra. Foi quase ontem que os teatros estavam fechados, os shows cancelados e o nosso fazer cultural suspenso no tempo como partículas de poeira. Foi quase ontem que ouvimos acusações do próprio governo do país atacando a classe artística e uma enxurrada de *fake news* divulgadas por pessoas de nossas próprias famílias. Finalmente a pandemia arrefeceu, os teatros reabriram, um novo governo se instaurou.

Nesses últimos seis meses de 2023 estamos vivendo um alvoroço na área cultural. Junto à recriação do Ministério da Cultura, somou-se a execução da importante Lei Complementar no 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) com o valor histórico de R$3,8 bilhões repassados para municípios, estados e Distrito Federal. Estamos agora no início da execução de uma nova e importante política pública, a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), Lei no 14.399/2022. A PNAB é uma política de descentralização de recursos que vai repassar a municípios, estados e Distrito Federal três bilhões por ano, pelos próximos cinco anos. Somando-se a isso, um

1 Poliana Gomez Brasil é Jornalista graduada em Direito, produtora cultural, assessora em políticas públicas de cultura, musicista e mãe. E-mail: poligomez.brasil@gmail.com

decreto abre caminho feito um facão na tentativa de simplificar processos legais para o fazer cultural: o Novo Decreto do Fomento Cultural (Decreto nº 11.453/2023) traz inovações importantes para a efetiva mudança nos processos da área, buscando facilidades para todos os envolvidos.

As reuniões online de estudos das leis, as inúmeras lives independentes, os incontáveis grupos de *Whatsapp* bradam as novas prerrogativas legais e trazem um alento: é tempo de olhar com carinho para a classe artística, de acolher os excluídos, de fortalecer a diversidade cultural dos nossos territórios, de escutarem nossa voz e de simplificar o processo para inclusão de muitos. Nos agarramos a essa esperança com unhas, dentes e brilho no olhar. E então, estados e municípios lançaram os editais da Lei Paulo Gustavo e viram o mesmo de sempre: apesar de existir a previsão de facilitações na legislação, isso não é o suficiente para um novo e democrático acesso a recursos culturais.

Calma, não os trouxe até aqui para um banho gelado – até porque eu sou Poliana no sentido da obra literária, do jogo do contente e de ver o copo meio cheio. Como produtora cultural, bacharel em Direito e musicista, ao longo dos últimos oito anos pude apoiar o desenvolvimento de projetos junto a artistas de diversas áreas. Nesse momento pós pandemia, me vi envolta nos processos de implementação da Lei Emergencial Paulo Gustavo em municípios de 11 estados brasileiros e passei a vivenciar um olhar mais próximo dos gestores municipais de cultura. Ao me aproximar dos processos que acontecem junto aos gestores das pastas da cultura e somando-se minha atuação no setor público como ex-presidente do Conselho de Política Cultural de meu município, percebo o quão importante é um entendimento sobre os diversos agentes e seus papéis para uma construção verdadeiramente democrática sobre as políticas culturais. É com esse olhar que trago reflexões sobre a relação entre as legislações que balizam as políticas públicas de cultura e os agentes culturais diversos que envolvem os processos tão importantes no fomento à cultura em nosso país.

Faço um convite para mergulharmos nesse importante momento de inovação legislativa para facilitação dos processos para compreendermos melhor alguns desafios que o setor vai efetivamente enfrentar até que o texto da lei consiga transcender o papel e ser realidade nos diversos territórios.

Os avanços legislativos do momento atual

Antes de nos debruçarmos sobre os desafios, é importante entendermos os motivos que me fazem afirmar que estamos presenciando um marco histórico de avanço legislativo no segmento cultural.

Para a melhor aplicação das disposições jurídicas do setor cultural, é necessário, inicialmente, conhecer os instrumentos que balizam as ações, assim como realizar uma interpretação além da leitura simplificada. É preciso um olhar mais atento que perceba os diferentes agentes envolvidos, as delimitações de funções desses agentes, as possíveis lacunas normativas, a vontade do legislador e que faça, também, uma transposição para as diversas realidades dos entes federados. É imprescindível que haja uma compreensão clara, que vai além das informações dos textos normativos e que dialogue com a diversidade de agentes e dos territórios desse nosso país continental.

Para aprofundar o entendimento dos avanços legais, temos novas normativas da área cultural, tais como importantes dispositivos da Lei Paulo Gustavo, Lei Complementar no 195/2022, que transferiu uma cifra histórica com o maior valor de repasse descentralizado da cultura brasileira. Essa lei emergencial trouxe evoluções importantes para minimizar as dificuldades dos fazedores de cultura no acesso a recursos para suas ações.

Também destacamos os avanços do Novo Decreto do Fomento à Cultura, que traz diretrizes para importantes programas e políticas culturais: o PRONAC, a Política Nacional de Cultura Viva (Lei no 13.018/2014), a Política Nacional Aldir Blanc, a Lei emergencial Paulo Gustavo e ainda pode balizar outras políticas públicas culturais formuladas pelos órgãos do Sistema Nacional de Cultura.

O afastamento das Leis de Licitações nos editais da Lei Paulo Gustavo

A verdadeira inovação da Lei Paulo Gustavo, no meu entendimento, veio quando explicitamente afastou a aplicação dos editais emergenciais da Lei de Licitações [2]. As duas leis que estão vigentes no momento, Lei no 8.666/1993 (vigente até dezembro deste ano) e Lei no 14.133/2021 (popularmente chamada de nova lei de Licitações) trazem requisitos obrigatórios que

2 Art. 19. Na execução de recursos de que trata esta Lei Complementar não se aplica o disposto no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

devem ser observados nas licitações e contratos administrativos. Sendo a Lei Paulo Gustavo (e outras leis) lei de fomento, não se coaduna utilizar as regras de compras e serviços públicos às ações culturais fomentadas. De modo a preencher a lacuna criada com o afastamento das leis de licitações, o Governo Federal emitiu o citado Decreto do Fomento em março deste ano, vinculado à Lei Paulo Gustavo em seu alcance legal.

Os processos de compras e serviços regidos pela Lei de Licitações prevêem critérios que não são aplicáveis ao fomento de ações culturais de fomento. Nesta tem-se a predominância dos interesses próprios da administração pública em relação ao conteúdo artístico, podendo escolher qual o conteúdo artístico que atende suas expectativas (valendo-se dos critérios acima explicitados para realizar os contratos). No fomento a ações culturais, ao contrário, o interesse da administração pública é minimizado em detrimento à realização de atividades, apoio a agentes e espaços culturais para o pleno exercício do direito à cultura.

A premissa da participação social na gestão dos recursos

Um dos dispositivos que aponto neste processo de melhoria é a pactuação entre os entes federados e a sociedade civil no processo de gestão dos recursos de forma participativa[3]. O texto da lei trouxe previsão expressa, inclusive indicando como a participação da sociedade civil deverá acontecer nos processos que ficaram conhecidos como oitivas públicas[4]. Nelas, a comunidade cultural e sociedade civil em geral poderiam sugerir parâmetros de regulamentos, editais, chamamentos públicos, prêmios ou quaisquer outras formas de seleção pública e os resultados dessas escutas deveriam ser observados na elaboração dos instrumentos de seleção. Essa construção com participação popular já ocorreu na criação de outros programas pró cultura, fruto da articulação dos próprios interessados. É o caso, por exemplo, da criação da lei que instituiu o VAI

3 Art. 1º, Parágrafo único. As ações executadas por meio desta Lei Complementar serão realizadas em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, conforme disposto no art. 216-A da Constituição Federal, notadamente em relação à pactuação entre os entes da Federação e a sociedade civil no processo de gestão dos recursos oriundos desta Lei Complementar.

4 § 2º Após a adequação orçamentária de que tratam os arts. 11 e 12 desta Lei Complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão promover discussão e consulta à comunidade cultural e aos demais atores da sociedade civil sobre parâmetros de regulamentos, editais, chamamentos públicos, prêmios ou quaisquer outras formas de seleção pública relativos aos recursos de que trata esta Lei Complementar, por meio de conselhos de cultura, de fóruns direcionados às diferentes linguagens artísticas, de audiências públicas ou de reuniões técnicas com potenciais interessados em participar de chamamento público, sessões públicas presenciais e consultas públicas, desde que adotadas medidas de transparência e impessoalidade, cujos resultados deverão ser observados na elaboração dos instrumentos de seleção de que trata este parágrafo.

(Programa para Valorização de Iniciativas Culturais) no município de São Paulo. A importante participação dos jovens da cidade nos debates da Comissão da Juventude, na Câmara dos Vereadores, foi fundamental para a criação do Programa:

> Durante o processo de formulação do Programa, houve a formação de uma rede política capilarizada em bases de apoio sociais (os jovens) na forma de ONGs e por meio de coletivos e movimentos culturais, que participaram do processo. Nas discussões que originariam a política pública, tanto os jovens quanto os representantes das entidades sentiram-se contemplados pela forma como o projeto de lei contribuiu para assegurar o direito à cultura. A formulação desta política ia ao encontro dos desejos e interesses dos atores que formaram essa rede; muitos dos jovens que participaram das discussões da Comissão Extraordinária de Juventude passaram a ser os próprios beneficiários do Programa durante seu desenvolvimento. (Do Val *et al*, 2016, p. 45)

A principal diferença entre a participação da população na construção do VAI (e de outros programas) e a Lei Paulo Gustavo é a obrigatoriedade dessa ação em todos os municípios, estados e Distrito Federal, em que 5.568 municípios discutem cultura em razão desta obrigação constar no texto da lei – o que vincula mesmo aqueles entes federados que não têm interesse na gestão participativa.

Em relação ao Decreto do Fomento à Cultura, também tem-se a previsão de diálogos com agentes culturais para a elaboração da minuta de edital[5]. Avançando ainda mais nesse diálogo, o decreto prevê que os agentes sugiram editais, inclusive com a minuta – texto que compõe o chamamento público -, garantindo a sua participação se o prazo de inscrições for de, no mínimo, 30 dias[6]. Em contraponto, a Lei de Licitações veda esse tipo de ação para garantir maior isonomia entre os participantes do procedimento licitatório. Esse dispositivo da Lei no 14.133/2021 – entre outros – almeja evitar que pessoas com conhecimento prévio das necessidades da administração ou do próprio objeto tenham algum tipo de benefício concorrencial[7].

5 Art. 13, § 1º Na etapa de preparação e prospecção, a elaboração da minuta de edital será realizada a partir de diálogo da administração pública com a comunidade, os Conselhos de Cultura e demais atores da sociedade civil, mediante reuniões técnicas com potenciais interessados em participar do chamamento público, sessões públicas presenciais, consultas públicas ou outras estratégias de participação social, desde que observados procedimentos que promovam transparência e assegurem a impessoalidade.

6 Art. 10. Os agentes culturais poderão sugerir à administração pública o lançamento de editais, mediante requerimento que iniciará procedimento de manifestação de interesse cultural, com as seguintes etapas(...):

§ 1º O conteúdo da sugestão poderá ser apresentado em formato de texto livre ou de minuta de edital, conforme a opção do agente cultural.

§ 2º A apresentação da sugestão não gerará impedimento de que o agente cultural autor do requerimento inicial participe do chamamento público subsequente, desde que o prazo de inscrição de propostas seja de, no mínimo, trinta dias.

7 Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

Prestação de contas com foco na realização do objeto

Outro avanço importante contido na LC no 195/2022 (e no Decreto do Fomento) é a forma de prestação de contas dos projetos culturais que passa a focar na execução do objeto[8]. Até esse momento, o modelo amplamente utilizado no setor cultural era o do PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura, popularizada como Lei Rouanet (Lei no 8.313/1991). Esse modelo de prestação de contas prevê a entrega de relatório financeiro e comprovações fiscais relacionadas ao orçamento inicial aprovado para o projeto sendo que os avanços legais aqui elencados preveem o relatório de execução financeira em situações excepcionais e elencadas na Lei[9]. Essa alteração é um dos importantes fatores de facilitação do processo. Os agentes culturais devem se ater ao que se comprometeram a entregar, diminuindo a exigência de conhecimento técnico relacionado à essa forma de prestação de contas pormenorizada.

Dispositivos importantes para a facilitação dos processos de repasse

Tanto na Lei Paulo Gustavo[10] como no Decreto do Fomento[11] existe a previsão de premiação cultural por trajetória sem a exigência de obrigações futuras, item ponto importante para estimular os agentes culturais e ampliar o acesso a recursos. Muitos fazedores de cultura, inclusive mestres da cultura popular, de comunidades quilombolas, cultura indígena e de periferias, deixam de participar dos chamamentos pela exigência de se apresentar um projeto cultural detalhado e ter em suas mãos um recurso com regras complexas de utilização.

8 Art. 23. O beneficiário de recursos públicos oriundos desta Lei Complementar deve prestar contas à administração pública por meio das seguintes categorias:
I - categoria de prestação de informações in loco;
II - categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto; ou
III - categoria de prestação de informações em relatório de execução financeira.

9 Art. 26. O relatório de execução financeira será exigido excepcionalmente, nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, conforme os procedimentos previstos nos arts. 24 e 25 desta Lei Complementar; ou
II - quando for recebida pela administração pública denúncia de irregularidade sobre a execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que deve avaliar os elementos fáticos apresentados.

10 Art. 18. Os entes da Federação poderão, na implementação desta Lei Complementar, conceder premiações em reconhecimento a personalidades ou a iniciativas que contribuam para a cultura do respectivo ente da Federação.
§ 1º As premiações de que trata o caput deste artigo devem ser implementadas por meio de pagamento direto, mediante recibo.
§ 2º A inscrição de candidato em chamamento público da modalidade de premiação pode ser realizada pelo próprio interessado ou por terceiro que o indicar.
§ 3º O pagamento direto de que trata o § 1º deste artigo tem natureza jurídica de doação e será realizado sem a previsão de contrapartidas obrigatórias.

11 Art. 41. A modalidade de concessão de premiação cultural visa reconhecer relevante contribuição de agentes culturais ou iniciativas culturais para a realidade municipal, estadual, distrital ou nacional da cultura, com natureza jurídica de doação sem encargo, sem estabelecimento de obrigações futuras.

No Decreto do Fomento, diversos itens contribuem para minimizar exigências e dificuldades postas aos participantes dos editais, inclusive com diretrizes gerais para ações dos gestores públicos de cultura. Apesar de não haver o aprofundamento desses itens – até por conta da necessidade de um espaço maior para isso – considero importante elencar os mesmos no intuito de auxiliar os agentes culturais no entendimento mais amplo das prerrogativas contidas nessa legislação. Com isso, espero, também, gerar curiosidade dos leitores para aprofundamento no estudo dessa importante norma do setor da Cultura.

De modo a orientar os processos administrativos dos entes federados, o Decreto do Fomento traz especificações de modalidades de fomento cultural e quais instrumentos jurídicos devem ser usados para cada modalidade, padronizando as ações (art 8º combinado com art.22).

Tem-se a previsão de chamamentos públicos simplificados, claros, objetivos com linguagem simples (art.9º), formatos visuais orientadores, preferencialmente em formatos acessíveis a pessoas com deficiência (art. 14). Ainda sobre os chamamentos, buscando aumentar a concorrência e para estimular a qualidade técnica das propostas, foram relacionadas ações como implantação de canal de dúvidas, visitas técnicas ou contatos para divulgar os chamamentos, sessões públicas de esclarecimentos, promoção de ações formativas com ampla divulgação (art.17).

Para grupos e coletivos de cultura, é permitido que um dos integrantes represente o grupo, bastando apenas uma declaração assinada pelos participantes do coletivo (art. 15, parágrafo único). Sobre o orçamento do projeto, prevê estimativas de custos simplificadas, sem necessidade de detalhamento por item de despesa (art. 24, §1º).

Um avanço importante para o fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura é a previsão expressa da possibilidade de participação de chamamentos públicos pelos conselheiros de cultura – vez que em diversos municípios não era permitida a participação e, consequentemente, era possível o esvaziamento do Conselho através dessa proibição (art. 20, parágrafo único).

Mais um dispositivo importante é a permissão, desde que seja a finalidade do fomento ou quando houver a indicação da própria análise técnica da administração pública que a titularidade de bens adquiridos dentro do projeto possa ser do agente cultural – sem a obrigatoriedade

de destinação a instituição cultural sem fins lucrativos – modelo usado no PRONAC e amplamente difundido nas políticas culturais (art. 27, II).

Além dessas normativas para as Leis Paulo Gustavo e Política Nacional Aldir Blanc, o Decreto traz outras diretrizes para o fomento indireto através dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e do fomento indireto pelo incentivo fiscal (PRONAC), os quais não são objetos dessa reflexão.

Os desafios dos agentes culturais e gestores para transformar em realidade os avanços legais

No início deste artigo, descrevi o momento em que os agentes culturais tiveram contato com os editais e a frustração do setor ao ver como os princípios e tantos avanços legais foram desvirtuados por diversos (e inúmeros) agentes públicos. Os desvios tiveram início quando da participação social na construção dos chamamentos, uma vez que muitos municípios não realizaram as escutas públicas ou não consideraram, efetivamente, as demandas levantadas nas reuniões. Um caso marcante ocorreu nos editais do Estado de São Paulo que trouxeram exigências absolutamente restritivas para a ampla participação. Dos 24 editais lançados, todos exigiam comprovação na área cultural de, no mínimo, cinco anos e somente três editais permitiam inscrição de pessoa física. Também não houve previsão de cotas para municípios do interior, permitindo, por exemplo, que o edital com maior volume de recursos (Edital LPG nº 03/2023 – produção de longa metragem) aprovasse somente proponentes da capital, indo contra o princípio da desconcentração territorial previsto na Lei Paulo Gustavo[12]. A longo prazo, exigências como essa podem impactar, inclusive, na formação de novos produtores culturais como traz Oliveira:

> Por exemplo, quanto mais se complexificam os critérios utilizados para reconhecer um determinado agente como produtor profissional ou como apto a ser beneficiário de um programa de fomento às artes (por exemplo, exigindo formação específica, documentos, registros, comprovação de atuação), mais barreiras de entrada há para os novos produtores, que encontram dificuldades para adentrar as esferas oficiais do campo (Do Val *et al*, 2016, p.62).

12 Art. 6º, § 1º Os Estados, na implementação das ações emergenciais previstas neste artigo, deverão estimular a desconcentração territorial de ações apoiadas, nos termos estabelecidos em regulamentação estadual, contemplando em especial os Municípios que não realizarem os procedimentos de solicitação dos recursos dentro dos prazos previstos nos §§ 4º e 5º do art. 3º desta Lei Complementar e os municípios que reverterem os recursos aos respectivos estados.

O primeiro destaque que faço relaciona-se ao conservadorismo dos sistemas administrativos dos entes federados. Não à toa, os setores jurídicos, contábeis e até mesmo as secretarias e departamentos ligados à pasta da cultura foram instruídos ao longo das últimas décadas a utilizarem os preceitos da Lei de Licitações. Mesmo havendo a previsão expressa no texto da Lei Paulo Gustavo da não-aplicação das normativas usuais de contratação de serviços o receio de fiscalizações mais rígidas pelos Tribunais de Contas e a falta de qualificação técnica dos servidores foram um obstáculo para editais mais simplificados. Desde a criação da ficha orçamentária (item necessário quando o ente federado recebe um recurso não previsto no seu orçamento anual) a questões de tributação de impostos, percebe-se um apego ao modo de fazer que vem sendo aplicado nos processos administrativos. A isso, soma-se a falta de informações conceituais diferenciando-se, por exemplo, fomento à cultura da contratação de serviços culturais.

Além disso, existem dificuldades já conhecidas do setor como municípios sem secretarias destinadas exclusivamente à cultura – existem municípios onde os recursos da cultura são geridos por uma chefia de departamento de eventos contida dentro da Secretaria de Administração – equipes de servidores públicos inexistentes e/ou desestruturadas. A falta de qualificação dos agentes públicos – e falo aqui desde o entendimento conceitual sobre cultura, o que é fomento, possíveis políticas públicas de cultura até a estruturação do setor com entendimento sobre o próprio Sistema Nacional de Cultura e a troca recorrente da base do governo, que dificulta a continuidade das ações culturais – acendem um alarme no setor.

Além desses apontamentos referentes aos gestores públicos, por outro lado temos grandes desafios relacionados aos agentes culturais. Inicia-se já na identificação de quem são os agentes destinatários dos recursos públicos. Muitos fazedores de cultura sequer se identificam como integrantes da cadeia. Como fazer de forma efetiva e eficaz uma boa escuta pública para levantar os anseios da classe cultural se sequer temos a diversidade cultural do território participando dessas reuniões?

Em relação a apresentação dos projetos culturais, mesmo havendo avanço para a simplificação dos processos, ainda é absolutamente excludente exigir que os agentes culturais descrevam e desenvolvam

planilhas e textos para defender seu direito a acessar os recursos e fazer suas ações culturais. A dificuldade já tem início na busca pelos editais: passando pelo entendimento dos termos, cumprimento de exigências, preencher fichas de inscrição, anexar documentos e acompanhar os desdobramentos seguintes.

Sobre esse item, é imprescindível a tomada de consciência dos gestores públicos da necessidade de ofertar qualificação aos agentes para que se amplie a participação das concorrências. Ações como leitura explicativa dos editais, reuniões e canais abertos para tirar dúvidas, capacitações para escrita e gestão de projetos culturais, como fazer a prestação de contas, previsão (e efetiva utilização) de apresentação de projeto de forma oral, ampla divulgação da abertura de inscrições, cartilhas explicativas, vídeos tutoriais e ações continuadas de discussões públicas para engajamento e fortalecimento da atuação da classe artística no fomento local devem fazer parte dos planos de implementação da Política Nacional Aldir Blanc e da criação dos novos planos municipais de cultura que irão ser surgir de agora até julho de 2024. Por outro lado, os agentes culturais devem se apropriar desses conhecimentos dos processos de repasse de recursos e entender que o domínio deles, mesmo que mínimo, é um meio de fortalecer o seu fazer cultural.

> O contexto histórico no qual nascem as questões que redundam na imperativa necessidade de melhor aparelhamento técnico/intelectual dos agentes de cultura surge concomitante com a embrionária conscientização de setores populares e políticos sobre a importância das políticas culturais. Ou seja, afirmamos aqui que nascem em paralelos e correm no mesmo sentido a noção de importância – em e para alguns setores – das políticas em cultura e dos que tenham habilidades para lidar com estas (Calabre; Domingues, 2019, p. 112 e 113).

Em se tratando de qualificações, devemos pensar, também, no acompanhamento da execução dos projetos. Não basta repassar recursos sem qualificar os agentes na gestão dos mesmos e sem alinhamento de questões inerentes de se administrar recursos públicos. Novamente o histórico do programa VAI traz entendimentos que podem referenciar ações importantes na perspectiva de se melhorar os processos de execução das ações culturais apoiadas:

> É importante destacar que a formação dos proponentes na gestão dos projetos e dos recursos é considerada de extrema importância para o VAI. Por isso, há um acompanhamento intenso por parte da equipe do programa, por meio de reuniões gerais, atendimentos individuais ou em grupo, além do intercâmbio de experiências. O Processo de acompanhamento do VAI facilita garantir acessibilidade, efetividade e potencial educativo, ainda que o processo formativo não seja seu objetivo único. (Silva, 2016, p. 54-55)

Neste momento estamos iniciando a execução de uma nova Política Pública de Cultura, a PNAB. Sem a devida qualificação dos gestores municipais de cultura temos a possibilidade de ser somente um repasse de verbas para atividades dispersas como agenda de eventos municipais, quando, na verdade, tem a potência de ser uma política estruturante para o efetivo fortalecimento das ações culturais, dos agentes de cultura e aumento no acesso a atividades culturais por parte da população.

A relação entre os dispositivos legais e os desafios que existem para que sua efetiva aplicação seja realidade nos territórios deve pautar as discussões do setor cultural. Também é o momento de pensar atividades que permitam o fortalecimento da diversidade cultural através de ações e programas estruturados, articulados junto à sociedade civil e formatados com base no Planos de Cultura (municipais, estaduais e nacional):

> Nesse sentido, uma política de fomento às artes deve conjugar diversas modalidades de ações e programas. É bastante importante destacar que a existência de um programa específico ou de uma série de programas e ações desarticulados, a nosso ver, não constitui propriamente uma política para as artes – já que uma política pressupõe diretrizes maiores em torno das quais os programas e ações se articulam (Do Val *et al*, 2016, p. 66).

Considerações finais

Diante das reflexões apontadas, é preciso que haja uma apropriação dos instrumentos jurídicos por parte dos gestores, setores jurídicos, contábeis e agentes culturais diversos para que a letra da lei alcance a realidade dos territórios. As legislações preveem diversos avanços e sua real aplicação irá impactar a garantia de diversidade das ações culturais fomentadas pelas políticas públicas. Mas o que está previsto nas leis só será realidade se os agentes culturais compreenderem o projeto cultural como instrumento emancipatório.

Importante salientar, também, a importância de se dar continuidade aos avanços legislativos e criar uma normativa aplicável também a outras

relações jurídicas entre setor público e agentes culturais. O Projeto de Lei no 3905/2021 que estabelece o Marco Regulatório do Fomento à Cultura está em tramitação no Congresso Nacional e sua aprovação é importante para garantir meios mais alinhados às demandas do setor no que se refere à relação entre as ações culturais e a administração pública.

Sendo o edital de cultura o principal instrumento utilizado para o repasse de recursos da área da Cultura, apesar de sua complexidade mesmo com os dispositivos facilitadores, seria este tipo de instrumento o vilão do setor ou o problema - se na falta da associação do instrumento legal com um debate profundo com os diversos personagens do setor da Cultura.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

BRASIL, Poliana Gomez. Os avanços legais na facilitação dos processos envolvidos no fomento à Cultura e os desafios envolvidos em sua efetiva implantação. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Diário oficial da União, Brasília, DF, de 08 de julho de 2022, pg. 1. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=601&pagina=1&data=08/07/2022&totalArquivos=7. Acesso em 09 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.453 de 23 de março de 2023. Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. Diário oficial da União, Brasília, DF, de 24 de março de 2023, Seção 1, pg. 1. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/03/2023&jornal=515&pagina=1&totalArquivos=100. Acesso em 09 out. 2023.

BRASIL, Lei nº 14.399 de 08 de julho de 2022. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Diário oficial da União, Brasília, DF, de 08 de julho de 2022, p. 4. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2022&jornal=601&pagina=4&totalArquivos=7. Acesso em 09 out. 2023.

DO VAL, A. P; et al. **Políticas Públicas de Cultura**. São Paulo, Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. 2016.

CALABRE, L; DOMINGUES, A. **Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura: análises do campo da produção acadêmica e de práticas de gestão**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. 2019.

SILVA, Monique Bezerra da. Política Cultural Situada: **Uma leitura crítica de programas culturais em São Paulo e Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. RIO DE JANEIRO, RJ. 2016.

Anny Lemos
Estação da luz
Acrílica sobre tela, 144 x 156 cm
São Carlos, SP, 2021.
Foto: Christian Spoto

REFLEXOS ECONÔMICOS NA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA: UMA ANÁLISE REPLICÁVEL PARA OUTROS MUNCÍPIOS A PARTIR DOS RESULTADOS DO PROJETO CULTURA E ECONOMIA PARA JACAREÍ

Wiliam Retamiro[1]
Jade Gama Diniz[2]

RESUMO

O projeto Cultura e Economia para Jacareí (CEJAC) objetiva indicar os reflexos econômicos das atividades culturais de forma que seja replicável para outros municípios e territórios a partir da Lei de Incentivo à Cultura municipal. Delimitado nos editais dos anos de 2016, 2017 e 2018, com a abordagem quantitativa pela estatística descritiva a partir do método documental, este estudo identificou diferentes reflexos na cadeia produtiva do setor cultural na dinâmica socioeconômica de Jacareí (SP), relevantes para a formulação de políticas públicas para a geração de emprego e renda, integração territorial, igualdade de gênero, valorização das expressões artístico-culturais, entre outros, considerado dinâmico e essencial para a cadeira produtiva e a economia brasileira.

*

Introdução

A Economia é uma ciência ampla que estuda diferentes vertentes do conhecimento. Para muito além das finanças, estatística, macro e microeconomia, as Ciências Econômicas abrangem setores que movimentam a sociedade e o cotidiano. E atualmente, vive-se em uma fase de transição, na qual o conjunto de criatividade e tecnologia tem possibilitado o aumento exponencial da velocidade e do crescimento em diversas áreas das nossas vidas.

As combinações entre a economia, tecnologia, arte, cultura e a

1 Economista, Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS/UFSCar), coordenador de pesquisa no projeto Economia e Cultura para Jacareí (CEJAC) integrante do NuMI-ECOSOL UFSCar. E-mail: wretamiro@retamiro.com.br
2 Economista, Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), proponente e coordenadora do projeto Economia e Cultura para Jacareí (CEJAC). E-mail: jadeg.diniz@gmail.com

criatividade são ilimitadas. E de acordo com relatórios das Nações Unidas, Observatório do Itaú Cultural e FIRJAN, as indústrias criativas apresentam vantagens em relação a outros segmentos produtivos, além de responderem por uma parte importante da geração de emprego e renda no país e no mundo. Portanto é possível afirmar que a Economia Criativa e as Políticas Públicas de Cultura, como um todo, contribuem potencialmente para a redução da pobreza e do desemprego, para o desenvolvimento dos territórios e das comunidades e para a valorização dos diferentes profissionais do segmento cultural e criativo.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Lei Rouanet (inclusive não mais nomeada assim) não só impulsiona a economia criativa brasileira, como também gera dividendos para o país ao diagnosticar que a cada R$ 1,00 investido por patrocinadores em 53.368 projetos culturais nos últimos 27 anos, R$ 1,59 retornaram para a sociedade por meio dos fluxos econômicos e monetários de uma extensa cadeia produtiva, que vai desde a equipe contratada para construção de um cenário à logística de transporte necessária para a montagem de um show, por exemplo.

Diante disso, estudar os reflexos econômicos das leis de incentivo à cultura nos municípios de médio e pequeno portes, se torna fundamental para identificar a participação social e econômica dos chamados "fazedores de cultura" locais. Nisso, o Projeto Cultura e Economia para Jacareí (CEJAC), realizou um estudo documental dos projetos contemplados pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC) do município de Jacareí (SP), extraindo 15 dados de cada um dos 1.684 documentos analisados, tratados e analisados com estatística descritiva e análise cruzada, a fim de diagnosticar a existência de uma cadeia produtiva da cultura no referido município.

Os resultados, além de indicarem a existência da cadeia produtiva que promove a geração de trabalho e renda partir da LIC, também expressam pontos que demandam melhoria na política pública como, por exemplo, as diferenças quanto a participação por gênero e impacto da participação da população com menor renda. Ademais, a partir dos resultados do projeto identificou-se informações importantes para a promoção do desenvolvimento local, como a geração de emprego e renda, integração territorial, busca pela igualdade de gênero e valorização das expressões artístico-culturais.

Portanto, pode-se afirmar que o vínculo entre a pesquisa científica,

a arte e a cultura se fazem cada vez mais necessário no desenvolvimento dos territórios e no fortalecimento da identidade local; além do mais, todos esses entrelaces tendem a estimular a capacidade do Estado em se tornar cada vez mais empreendedor, assim como a sua comunidade.

Economia da cultura e desenvolvimento econômico

A ciência econômica estuda a alocação dos fatores de produção, sendo: (i) terra, o capital, o trabalho e, mais atualmente a tecnologia, que consiste na associação dos três fatores anteriores por meio da *techné* que objetiva "a solução dos problemas práticos, em servir de guia para os homens na sua luta para melhorar e aperfeiçoar a sobrevivência, na cura de doenças, na construção de instrumentos e edifícios e outros" (Oliveira, 2008, p. 4).

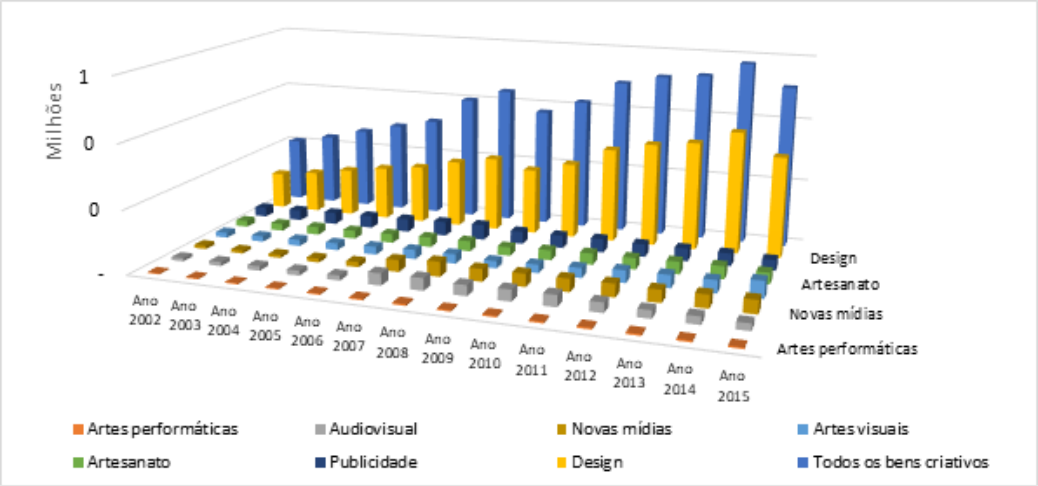
Para a economia clássica, a riqueza de uma nação consiste no valor de troca dos bens de uma nação mediante a sua capacidade produtiva decorrente da especialização e expansão do mercado e do comércio. Contudo, a economia clássica considerava a arte como um gasto, portanto, não contribuitiva para a riqueza econômica da nação afirmando que "ao que ocorre com a declamação do ator, a fala do orador ou a melodia do músico, o trabalho de todos eles morre no próprio instante de sua produção" (Smith, 1996, p. 334).

Alfred Marshal reconheceu a "lei que institui que, quanto mais um indivíduo ouve música, mais aumenta o seu gosto por ela" (Benhamou, 2007, p. 16), o que promove a análise para consumos de produtos e serviços relacionados a arte ao mesmo tempo que contradiz a teoria da redução a utilidade marginal.

A dinâmica econômica oriunda das atividades criativas e culturais foi reconhecida, quando Throsby (1994), apontou três fatores, sendo: (i) a geração de fluxos de renda e de empregos, (ii) a avaliação das decisões culturais e (iii) a evolução da economia política para novos campos.

O Programa de Economia Criativa da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) que define a economia criativa como uma atividade econômica decorrente da propriedade intelectual (UNCTAD, 2004, n.p.). Tal afirmativa indica o que expressa o gráfico 1, que a evolução dos bens criativos entre 2002 a 2015 variou 144,5% no período.

Gráfico 1 - Valores e participações anuais das exportações de bens



Fonte: Retamiro; Machado, 2021 - Dados UNCTAD, 2016.

Para além das formas tradicionais de produção e consumo, as indústrias culturais são caracterizadas comumente pela economia criativa. Porém, a Economia da Cultura precede tais mercados.

A Economia da Cultura consiste nas produções simbólicas sem fins comerciais, que por vezes, não galgam escala comercial que justifique a inserção no mercado, porém, pela surgem os produtos que alimentam a indústria cultural sendo considerada um subconjunto das atividades culturais (Miriam, 2016).

A função do trabalho nas atividades culturais leva ao entendimento deste segmento ser fundamental para a geração de trabalho e renda, conforme afirma Furtado:

> Na visão econômica dos processos produtivos, o trabalho é simplesmente um meio, fator de produção cuja produtividade tende a aumentar na medida em que avançam acumulação e técnicas. Ora, no mundo das artes o trabalho não é apenas meio, mas também fim. Neste último caso, faz-se difícil introduzir o conceito de produtividade. Num espetáculo vivo de canto, ou de dança, ou teatral, o trabalho é um fim em si mesmo. Seu custo tende a crescer relativamente às formas (Furtado, 1988, p. 6)

Segundo Baumol; Bowen (1966), a economia da cultura depende diretamente da ação pública, tanto que consta na Constituição Federal ao afirmar que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais." (CF, 1988). Ademais,

Scitovsky (1999) coloca a importância do apoio público no apoio à cultura para garantir o acesso, o incentivo e a educação cultural, como forma de percepção de maior bem-estar, tal como o Programa Mais Cultura (2007) que garantia as manifestações das diversidades culturais brasileiras por meio do acesso, melhoria do ambiente social e econômico com geração de trabalho e renda, conforme afirmou o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil (2007):

> Economia da cultura é a utilização metodológica dos instrumentos e do aprendizado da economia a favor da cultura. O que significa que e trabalha a cultura de forma diferente do ponto de vista antropológico, por exemplo. É claro que existem várias manifestações e expressões culturais que efetivamente acabam não tendo impacto no mercado. O que a economia da cultura faz é colocar a favor da cultura todo o instrumental teórico da primeira para que, uma vez definido o que queremos de uma política de cultura, encontremos o melhor caminho para chegar lá. O que sobra disso é que se a gente não tiver uma política cultural bastante clara, não adianta nada falar em economia da cultura. A economia da cultura não diz como a política será, mas sim como melhor tratar determinada política. (Reis, 2012, n.p.)

Assim, o Estado é o garantidor do acesso à economia da cultura para além dos pressupostos do consumo de dispositivos alienatórios, promovendo a profanação da lógica capitalista quanto a indústria da economia criativa para fins de geração de valor.

O conceito de sustentabilidade está imbuído na economia da cultura em diferentes dimensões, sendo: (i) a social, pelos processos da equidade na distribuição de bens e renda proporcionando qualidade de vida e redução das disparidades socioeconômicas; (ii) a econômica, na alocação eficiente dos recursos produtivos; (iii) a cultural, quanto à pluralidade do saber acadêmico e popular voltadas ao território; (iv) a política institucional, que objetiva consolidar os processos democráticos e regular a alocação de recursos para o desenvolvimento, a fim de que garanta à sociedade o direito de usufruir das diversas dimensões da sustentabilidade (Retamiro; Vieira e Silva, 2013).

Percurso metodológico

Os estudos desenvolvidos com a abordagem quantitativa possibilitam realizar análises qualitativas sobre um determinado fenômeno, bem como

expandir o diagnóstico dos reflexos deste por meio de um banco de dados com informações numéricas.

Aliado a isso, a pesquisa documental tem objetivos específicos e utiliza fontes primárias que são dados que ainda não tenham sido tratados cientificamente. As fases para necessárias para o desenvolvimento de um estudo documental segue diferentes etapas, as quais foram aplicadas no desenvolvimento da pesquisa.

A primeira etapa consiste em definir os objetivos da pesquisa documental com o intuito de responder as questões a partir dos dados investigados. Assim, visto que o objetivo da pesquisa é identificar a existência de uma cadeia produtiva da cultura no município de Jacareí por meio dos incentivos fiscais para o segmento, bem como quais os reflexos promovidos por esta na localidade, foi definida a análise dos documentos fiscais das prestações de contas aprovadas pela Fundação Cultural de Jacarehy referente aos projetos contemplados nos editais dos anos de 2016, 2017 e 2018.

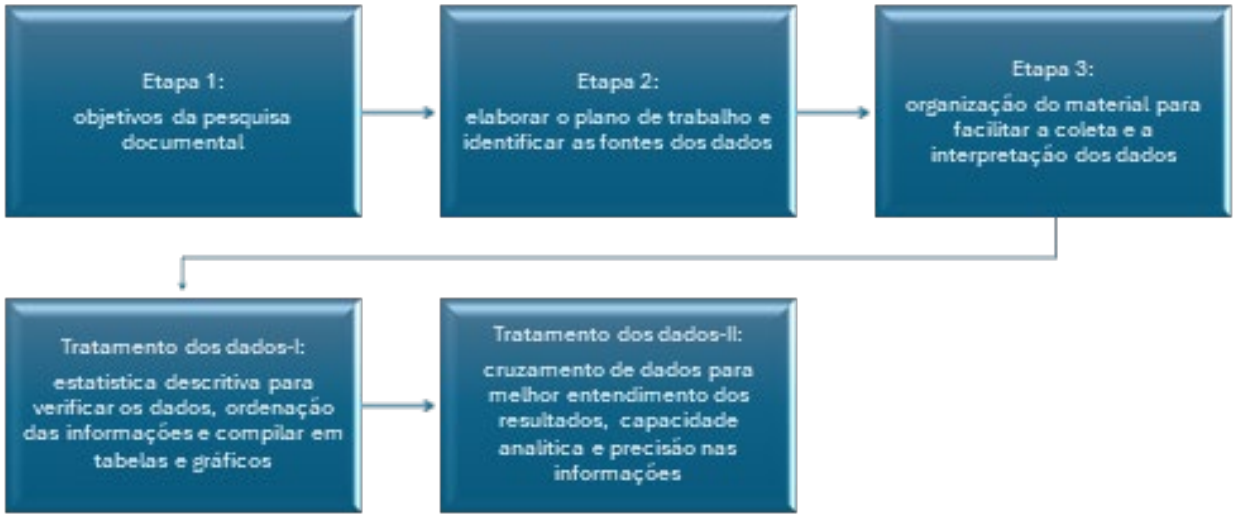
Destes, foram considerados os registros fiscais, contratos, recibos de pagamento a autônomos (RPA), entre outros documentos que comprovem a movimentação da economia real a partir dos investimentos oriundos da LIC. Ressalta-se que não foram considerados os dispêndios com taxas bancárias e devoluções do saldo remanescente (quando aplicáveis), por se desejar obter os resultados que indiquem a real movimentação de trabalho e renda ao longo da cadeia produtiva.

Realizada esta etapa que possibilitou elaborar o plano de trabalho de identificar as fontes dos dados, fora iniciada a segunda etapa que é a organização do material. Nesta, são definidos o volume de material, visto que dos 31 projetos analisados, foram averiguados 1.684 documentos que indicam transações comerciais e de prestação de serviços, dos quais foram extraídas de cada documento 15 informações como, por exemplo, o CNPJ da empresa pelo qual é possível obter a informações sobre o regime tributário, o porte da empresa; logradouro, para mapear os fornecedores do território; entre outras informações.

A etapa final, que é a organização do material, objetiva facilitar a coleta e a interpretação dos dados, principalmente quando o volume de trabalho for alto, que é o caso da pesquisa CEJAC que por coletar 15 informações de cada um dos 1.684 documentos que indicam a transação

de serviços e comércios, perfazem 28.628 dados coadunados por meio da digitalização de cada documento que posteriormente foram tratados com o uso do Microsoft Excel.

Imagem 1 - Fluxo dos procedimentos metodológicos e tratamento de dados



Fonte: Elaborado pelos autores com base em GIL, 2007.

Tendo estruturadas a organização e a classificação das fontes, deu-se o tratamento dos dados para desenvolver as interpretações destes com o objetivo de confirmar ou rejeitar a hipótese de haver uma cadeia produtiva da cultura no município por meio da LIC, analisando os materiais e fazendo inferências para realizar a interpretação das análises e chegar às conclusões de forma lógica.

Para isso, este trabalho opta por utilizar a estatística descritiva, pela qual se verifica a representatividade dos dados, a ordenação das informações, compilando-os em tabelas e gráficos. Ademais, calcula-se medidas de resumo (média, mediana e moda) estabelecendo relações funcionais entre as variáveis para, posteriormente, realizar o cruzamento de dados possibilitando o melhor entendimento dos resultados elevando a capacidade analítica e maior precisão nas informações.

Análise dos resultados

Considerando as diferentes Leis de Incentivo à Cultura das diferentes esferas públicas, instrumentos para o desenvolvimento tanto nacional quanto local, estudar os reflexos desta política em determinado território é uma forma de monitorar e avaliar a sua eficácia. É importante destacar

que a LIC se configura como apenas um dos meios de financiamento de projetos e ações em cultura, e seus reflexos são traduzidos por meio da grande potência de geração de emprego e renda nos diversos territórios.

Nesse sentido, os editais da LIC do município de Jacareí delimitados para estudo dos fornecedores selecionados, referentes aos anos de 2016, 2017 e 2019, cujo montante afere o valor de R$ 1.445.235,89 (gráfico 1), perfazendo a média anual de R$ 481.745,30.

Tabela 1 - Valores autorizados, realizados e aproveitamento por edital (2016-2018)

Ano Edital	Realizado	Autorizado	Aproveitamento
Edital 2016	455.889,07	470.000,00	97%
Edital 2017	552.300,28	650.000,00	85%
Edital 2018	437.046,54	526.101,00	83%
Média	**481.745,30**	**548.700,33**	**88%**

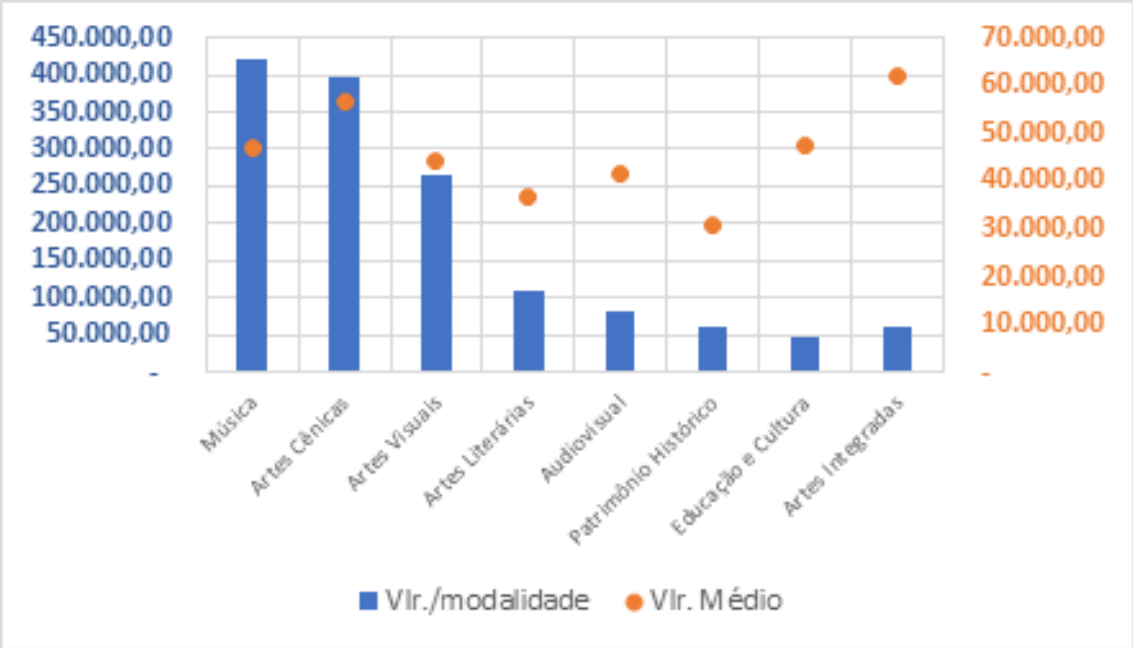
Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Fundação Cultural de Jacarehy (2021)

Identificar o destino dos recursos executados possibilita estimar os reflexos econômicos ao longo da cadeia produtiva da cultura local, uma vez que é possível estimar o quanto de emprego e renda foram gerados em cada uma das atividades.

Analisando primeiramente quanto a modalidade cultural, pôde-se perceber que as modalidades que mais receberam recursos foram a música, artes cênicas e artes visuais, o que se deve ao alcance de público e números de empregos gerados nesses setores.

Em Jacareí, nos três anos estudados, a LIC possibilitou a geração de aproximadamente 180 postos de trabalho diretos, para profissionais autônomos e microempreendedores individuais. Isso significa dizer que, em média, 60 profissionais por ano foram empregados no setor artístico-cultural do município. Percebe-se também um aumento dos postos de 2016 para 2018, o que amplia as oportunidades para os trabalhadores da cultura.

Gráfico 2 - Volume de recursos por modalidade de execução



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

O aumento das oportunidades de trabalho tende a impactar positivamente outro dado; de acordo com os documentos analisados, foi possível identificar a redução de quase 48% da informalidade do trabalho entre o período de 2016 e 2018 (gráfico 03). Esses dados puderam ser observados por meio do aumento da emissão de notas fiscais via Microempreendedor Individual (MEI), bem como a redução na quantidade de Recibos de Pagamento Autônomo (RPA) no período analisado. Assim, considera-se que o aumento de postos de trabalhos e oportunidades no setor cultural influencia, consideravelmente, trabalhadores e trabalhadoras para se formalizarem no mercado.

Porém, observa-se também que 55% dos pagamentos realizados foram para trabalhadores autônomos, enquanto 32% foram destinados a microempreendedores individuais (MEI) e 8% para microempresas. Essas informações corroboram a geração de trabalho direto para a categoria, mas também sinaliza a importância da continuidade nos processos de formalização.

Deste modo, a formalização dos agentes culturais se traduz em seguridade social e emergencial à categoria, que ainda encontra algumas dificuldades para se estabelecer e se manter no mercado de trabalho brasileiro.

Com relação à composição dos gastos realizados nos diferentes projetos, tem-se que 80% deste foram realizados com pagamentos à pessoas e serviços, o que indica uma forte relação na injeção de renda para a economia local, visto que 78% dos recurso empregados foi atendido pelo setor de serviços, seja dos próprios trabalhadores da cultura ou trabalhadores correlatos do mercado, mas que também oferecem serviços à projetos culturais.

Imagem 1 - Participação dos setores econômicos nos editais da LIC (2016-2018)

Fonte: Projeto CEJAC – Elaborado por Agência Baleia (2021)

As atividades culturais estão diretamente relacionadas ao setor de comércio do qual são demandados materiais gráficos, figurinos, estruturas para exposições, iluminação, dentre tantos outros materiais necessários para o desenvolvimento dos projetos. Tal relação reflete que o setor comercial do município de Jacareí foi diretamente impacto com 22% na composição dos gastos da cadeia produtiva da cultura por intermédio da LIC.

Reflexo territorial

Em análise da abrangência territorial dos reflexos econômicos a partir do estudo em questão, verificou-se pela análise documental que foram demandados produtos e serviços de 30 diferentes municípios, de seis diferentes unidades federativas. A maior parte fora demanda do estado de

São Paulo, com 20 diferentes municípios, sendo 9 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, onde está situado o município de Jacareí.

Ao analisar os produtos e serviços oriundos de outros estados e municípios, correspondendo a 20,6% do valor total, verificou-se que tais se trata de equipamentos audiovisuais, serviços de provisão de internet e outros serviços e produtos de grandes empresas sediadas em outros municípios, mas que atendem em abrangência nacional e, por vezes, únicos fornecedores do referido serviço ou produto.

Contudo, foi diagnosticado que 79,4% dos recursos permaneceram no próprio município de Jacareí, o que indica a existência de uma cadeia produtiva da cultura no município constituída pelos prestadores de serviços e comércio local que foram de forma direta ou indireta demandados pelos fazedores de cultura, logo, os proponentes dos projetos.

Imagem 2 - Participação relativa das unidades federativas como destino dos recursos dos editais da LIC (2016-2018)

Fonte: Projeto CEJAC – Elaborado por Agência Baleia (2021)

Ao detalhar a análise da distribuição destes agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva da cultura no referido município realizada por meio da identificação contida em cada documento fiscal analisado, foram identificados a distribuição em 54 bairros do município, sendo a região central o principal local de procura pelos proponentes para atenderem a demanda de seus projetos, correspondendo a 28% dos registros.

Por meio dos endereços constantes no rol de registros, quanto a localização dos fornecedores de produtos e serviços situados em Jacareí e com base na região central do município (referência é o endereço da

Fundação Cultura de Jacarehy) 57,4% dos fornecedores se encontram a um raio de até 3,1 Km. O registro de sede do prestador de serviço mais distante está no Jardim Pedramar, com 6,7 Km de distância.

Ao analisar o gasto médio, denota-se que a periferia do município possui menor demandada, pois o valor médio maior na região periférica se deve a baixa quantidade de produtos ou serviços demandados.

Análise por gênero

Estudar a participação por gênero contribui para elevar a transparência e qualidade das informações sobre a participação por gêneros nos diversos segmentos da cadeia produtiva da cultural no território, bem como corrobora com o desenvolvimento de iniciativas que visem reduzir e até mesmo eliminar as desigualdades no setor.

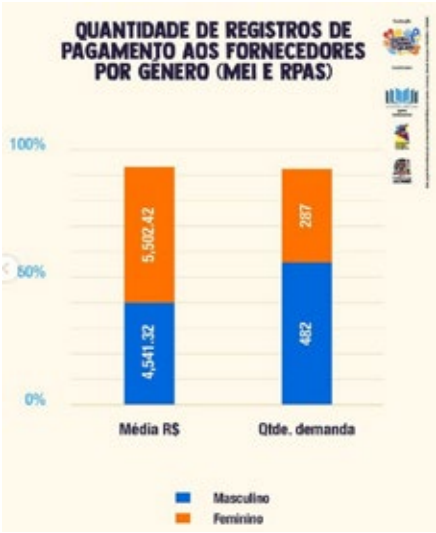
Antes, cabe ressaltar que até o lançamento dos editais aqui estudados não era realizada a identificação por gênero no ato da submissão do projeto à LIC. Também, ainda não é solicitado no ato da prestação de contas, informações do mesmo tema em relação aos prestadores de serviço ou comerciantes.

Atendo à importância do tema e às limitações identificadas, o estudo diagnosticou que dos 180 fornecedores(as) identificados(as) nos registros, 114 possuem nomes que remetem ao gênero masculino (63%), 61 nomes com referência ao gênero feminino (34%) e 5 registros de MEI possuem o nome fantasia os quais serão excluídos desta análise, mas contou neste relatório para fins de observação quanto ao total de MEI e seus reflexos econômicos.

Assim, excluindo os registros de MEI's que constam com o nome fantasia para as análises seguintes, verifica-se que o grupo de fornecedores é composto por 65% de homens e 35% de mulheres.

Quanto aos valores pagos pelos serviços prestados, os registros analisados indicam que do montante pago 58,3% foram efetuados para os fornecedores do gênero masculino, enquanto 37,8% foram para as fornecedoras do gênero feminino.

Imagem 3 - Diferença entre a quantidade demandada e a remuneração dos trabalhos por gênero



Fonte: Projeto CEJAC – Elaborado por Agência Baleia (2021).

Embora o valor médio de pagamentos para o gênero feminino seja maior quando comparado ao valor médio pago aos fornecedores do gênero masculino, a quantidade total de registros das contratações (considerando a reincidência de nomes constantes nos registros) indica que os fornecedores do gênero masculino são demandados 1,6 vezes mais que as fornecedoras.

Em análise a distribuição dos valores autorizados para captação dos três editais, ainda quanto ao gênero, verificou-se que os homens corresponderam como proponente em 51,6% dos valores autorizados; as mulheres com 41,9% e os não identificados (no relatório consta somente como Pessoa física sem indicar o responsável) a 6,5%.

Quanto as modalidades culturais as mulheres na qualidade de proponentes participaram de cinco modalidades das nove identificadas. Destas, as modalidades de artes cênicas e artes visuais foram as quais as proponentes mulheres superaram os homens quanto ao valor autorizado de captação.

Em relação aos valores autorizados, os projetos apresentados e autorizados para os proponentes homens foram crescentes ao longo dos três editais, sendo frequência relativa para cada os editais de 2016, 2017 e 2018; foram de 20,9%, 36,7% e 42,4%, respectivamente. A participação relativa dos valores dos projetos apresentados pelas proponentes do gênero feminino para cada um dos editais supramencionados foi de 39,3%, 42,4% e 18,4%, na devida ordem informada.

Da desigualdade de acesso proporcionalidade de participação

Apesar dos resultados econômicos da cadeia produtiva da cultura no município de Jacareí se mostrar evidente por meio do diagnóstico realizado pelo Projeto CEJAC, as questões socioeconômicas ainda não são atendidas de forma à atender a população de baixa renda.

Considerando o investimento realizado especificamente na cadeia produtiva (serviços privados não financeiros e comércios) no valor de R$ 1.445.235,89, ao calcular o investimento *per capta* com base na população estimada pelo IBGE para o ano de 2020 ser de 235.416 habitantes, tem-se o investimento por munícipe de R$ 6,14, o que impacta em apenas 0,16% quando analisado que o rendimento médio é de 3,4 salários-mínimos.

Porém, ao considerar que 33,5% da população do município de Jacareí sobrevivia com meio salário-mínimo à época dos editais[3], o reflexo para este grupo social é 680% maior quando comparado à renda média em salários-mínimos no município.

Considerações finais

Diagnosticar os reflexos econômicos que as atividades culturais promovem na economia local, além de possibilitarem a identificação de benefícios sociais, contribuir para a formulação e adaptação de políticas públicas que promovam a cadeia produtiva da cultura, também trazem a importância de aplicar os métodos e estudos científicos em prol da economia da cultura.

As Lei de Incentivo à Cultura dos municípios e territórios contribui diretamente para a formalização dos trabalhadores, fator que favorece a segurança para esses agentes culturais assumirem diferentes formalidades que demandam, inclusive, pagamentos mensais.

As análises demonstraram que a maior parte dos recursos dos projetos são destinados a pessoas e serviços, ou seja, trabalho e renda diretamente para trabalhadores da cultura, se tornando via de mão dupla: agentes da arte e cultura trabalhando para o município e, por outro lado, este incentivando e apoiando esses trabalhadores.

Essa análise promove a reflexão de que se somente uma Lei de

3 A Medida Provisória nº 1021, de 2020 estabeleceu o salário-mínimo para 2021 no valor de R$1.100,00

Incentivo à Cultura foi capaz de movimentar todos esses trabalhadores no município, qual seria o potencial do setor e de toda a cadeia produtiva artístico-cultural na composição do emprego?

Nesse sentido, para além do incentivo as produções artísticas culturais, se faz de grande importância o destaque e o financiamento às pesquisas científicas sobre os impactos e reflexos do setor na economia local. Estudos estes que vêm sendo realizados no Brasil, país bastante diverso e com fortes expressões culturais simbólicas e dinamizadoras das regiões brasileiras.

Toda essa potencialidade voltada às análises e estudos é de extrema importância para as artes, cultura e tantos outros segmentos produtivos culturais.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

RETAMIRO, William; DINIZ, Jade Gama. Reflexos econômicos na cadeia produtiva da cultura: uma análise replicável para outros muncípios a partir dos resultados do projeto Cultura e Economia para Jacareí. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BAUMOL, W. J.; BOWEN, W. G. **Perfoming Arts: the econmic dilemma**. New York: Twentieth Century Fund. Inc., v. I, 1966. Disponivel em: https://archivesofthecentury.org/myportfolio/performing-arts-the-economic-dilemma/. Acesso em: 29 set. 2021.

BENHAMOU, F. **A economia da cultura**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. Cotia: Ateliê Editorial, 2007. 154 p.

FURTADO, C. **Economia da cultura**: reflexões sobre as indústrias no Brasil. Prefácio. In: PINHEIRO, F. J. Brasília: Instituto de Promoção Cultural, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, G. **Secretaria Especial da Cultura**, 4 outubro 2007. Disponível em: http://cultura.gov.br/324992-revision-v1/ . Acesso em: 29 jan. 2021.

MIRIAM, R. **Cultura e Desenvolvimento**. Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, 06 Out 2016. Disponível em: http://extensao.uemg.br/culturaedesenvolvimento/?p=247 . Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, E.A. A técnica, a techné e a tecnologia. In.: **Itinerarius Reflectionis**. Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. Vol. II – n. 5. jul/dez 2008. Disponível em https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/download/20417/19175/159247 Acesso em 16 nov. 2023.

RETAMIRO, W., MACHADO, M.L.T.; Economia da cultura, economia criativa e economia solidária: articulação das modalidades econômicas para promover o desenvolvimento socioeconômico. In. **Anais IX Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (ESOCITE.BR), São Carlos, SP, 10 a 16 de outubro de 2021. Qual interdisciplinaridade queremos?** Novas agendas de pesquisa para sociedades em transformação. Org. Wilson José Alves Pedro et. al. São Carlos: UFSCar; (v.9. Parte II - Trabalhos Completos), 2022.

RETAMIRO, W.; VIEIRA, E. T.; SILVA, J. L. A sustentabilidade na cadeia produtiva do algodão orgânico. **Latin American Journal of Business Manegement**, jan-jun 2013.

SCITOVSKY, T. **What's Wrong with the arts is what's wrong with the society.** Bruxelles. 1999.

SMITH, A. Investigação sobre sua natureza e suas causas. In: SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996. Cap. III.

THROSBY, D. The production and consumption of the arts: a view of Cultural Economics. Journal of Economic Literature, Sydney, XXXII, Mar 1994. 1-29. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4722536_The_Production_and_Consumption_of_the_Arts_A_View_of_Cultural_Economics. Acesso em: 29 set. 2021.

UNCTAD. Creative services exports of selected groups of economies (experimental). **UNCTAD Stat**, 22 dezembro 2016. Disponível em https://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx. Acesso em: 29 set. 2021.

Fredone Fone
Visão central-periférica
Fotografia Digital
Vitória, ES, 2021
Foto: Fredone Fone

POLÍTICAS CULTURAIS COM AS PERIFERIAS: ESCUTA ATENTA, PRESENÇA E MUDANÇA DOS PARADIGMAS DE CULTURA

Bruna Hercog[1]
Natureza França[2]

RESUMO

Refletir sobre a importância da participação dos agentes culturais que atuam nas periferias na (re)construção das políticas culturais no Brasil. Este foi o objetivo de um ciclo de aulas abertas realizadas por Bruna Hercog, na FACOM/UFBA, com participação de produtores e gestores culturais de Salvador. Entre eles, Natureza França, gestora do Quilombo Aldeia Tubarão. Juntas, as autoras sistematizam nesse relato as trocas tecidas e destacam a urgência em se rever os paradigmas de cultura que orientam as políticas culturais, tomando como base as potências que constituem os modos de ser, fazer, conhecer, comunicar dos/as fazedores/as de cultura das periferias.

*

Ao longo de séculos, os nossos outros centros – que insistimos em chamar de periferias - estão produzindo cultura, comunicação, transformação social e traçando táticas e pedagogias que podem subsidiar políticas culturais. No entanto, observa-se que, apesar de termos alguns avanços consideráveis, o caminho é longo para que as políticas culturais sejam de fato construídas e implementadas com as periferias e não para elas.

Afinal, a quem servem as políticas públicas implementadas nas periferias? Como construir políticas culturais com aqueles e aquelas que produzem e gestam cultura nesses territórios? Quais paradigmas de cultura prevalecem nas políticas culturais implementadas? Estas foram algumas das questões que guiaram as aulas abertas que facilitei para estudantes de

1 Jornalista, educadora e pesquisadora. Doutora e Mestra em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Poscultura/UFBA). Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural (ODC). E-mail: bhercog@gmail.com
2 Sambadeira, gestora do QUIAL Tubarão. Mestra em Dança e Bacharela Interdisciplinar em Artes pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: naturezartesporte@gmail.com

Produção Cultural da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA)[3] junto com artistas, pesquisadores, produtores e gestores culturais que atuam em bairros periféricos de Salvador.

Os encontros tiveram como objetivo refletir sobre a importância da participação dos agentes culturais que atuam nas periferias na (re) construção das políticas culturais no Brasil. Participaram das aulas Lázaro Roberto, fotógrafo e fundador do ZumVi – Acervo Fotográfico[4]; Pareta Calderash, poeta e idealizador do Sarau do Gheto[5]; Geise Oliveira, produtora, gestora cultural, conselheira de cultura de Salvador e gestora da DiPreta Produções[6]; Kátia Costa, produtora e gestora cultural, Akayá Kapió, idealizadora do projeto Sabedoria da Mulher Ancestral[7] e Natureza França, artista, sambadeira, mestra em dança pela UFBA e gestora do Quilombo Aldeia Tubarão[8].

Este texto surge do desejo de relatar as trocas tecidas durante esses encontros junto com os/as convidados/as e com as/os estudantes – grande parte jovens negros e negras moradores/as das periferias de Salvador. Ele reúne partilhas generosas e foi tecido por mim e por Natureza França. Eu, Bruna Hercog, sou nascida e criada em Salvador, comunicadora, educadora, pesquisadora e construo minha caminhada com diálogo e construção coletiva junto às populações negras, indígenas, periféricas no Brasil e na América Latina. Eu, Natureza França, sambadeira, natural de Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, sou educadora, gestora cultural, artista. Sou muitas. Feitas as apresentações, passaremos a falar no plural e cada uma falará por si, quando se fizer necessário.

Nos focaremos em três principais aspectos que foram apontados pelos/pelas agentes culturais e que se inter-relacionam: a necessidade do reconhecimento por parte do poder público das metodologias e conhecimentos das/dos fazedores/as de cultura nos territórios, em sua grande maioria negros e negras; a implementação de processos qualificados e comprometidos de escuta dos/das agentes culturais e a urgência em se rever os paradigmas de cultura que orientam as políticas culturais, tomando como base as potências que constituem os modos de

3 Estive como professora substituta na FACOM durante os semestres 2022.2 e 2023.1, facilitando as disciplinas de Teorias da Cultura; Políticas Culturais; Comunicação e Cultura e Oficina de Gestão em Cultura.
4 https://www.zumvi.com.br/
5 https://www.instagram.com/saraudogheto/
6 https://www.instagram.com/dipretaproducoes/
7 https://www.instagram.com/sabedoria.da.mulher.ancestral/
8 https://www.instagram.com/quialtubarao/

ser, fazer, conhecer, comunicar dos territórios violentados. Por "território violentado", entendemos estas localidades historicamente submetidas a uma série de violências (estruturais, simbólicas e físicas).

No que se refere aos processos de mapeamento das iniciativas, espaços e escuta dos/as agentes culturais, foi apontada a necessidade de uma escuta qualificada e atenta. Não uma escuta simbólica ou burocrática. Mas, uma escuta capaz de se conectar de forma respeitosa com todo o trabalho que agentes e gestores culturais constroem há séculos nas periferias para garantir que outras versões das histórias de povos indígenas e negros possam ser contadas. Trata-se de um trabalho contínuo para garantir que a memória dessas populações não seja apagada. São saberes emancipatórios que traduzem uma forma de conhecer o mundo, de produzir uma racionalidade determinada pelos marcadores raciais e de gênero e de intervir nesta sociedade racializada por meio da criação, recriação, produção e potência (Hercog, 2023).

Justamente para contar outras versões das histórias, em 2015, fundamos – eu, Natureza, e outros/as fazedores/as de cultura de Tubarão, Paripe - o Quilombo A Corda que, em 2019 foi nomeado QUIAL Centro Cultural Quilombo Aldeia Tubarão. Atualmente, o QUIAL sedia projetos como a Plataforma Multimídia Favela Revela, onde jovens de periferias do Brasil pesquisam, criam, produzem e promovem conteúdo de valorização das ações e potenciais das periferias em todo o Brasil. Uma série de produções que temos feito contribuem para o resgate e a difusão da nossa história[9]. Conhecer a minha história é uma responsabilidade que tenho para com a minha família e com minha comunidade.

Por isso, quando falamos em escuta atenta, estamos falando de presença. Nós, artistas, produtores e gestores culturais que somos das e atuamos nas periferias acreditamos que essa escuta presente só é possível quando envolve a participação de pessoas que sejam referências para as comunidades. Não basta termos representantes dos órgãos públicos ou pesquisadores de universidades coletando informações nas periferias, precisamos ter referências nossas ocupando esses espaços de decisão. A presença é uma forma de escuta.

---

9 V. A Periferia é o Centro. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCWmX1kIXE9_vfxS1DaGi5BA Acesso em: 10 jan. 2022.; Matriarcas de Tubarão: Potência e resistência das mulheres de um lugar. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2qan3LERrqc&t=532s Acesso em 15 jan. 2022.

Para dialogar com Natureza e com o QUIAL trazemos a história do fotógrafo Lázaro Roberto, que durante a aula aberta nos contou como a sua percepção sobre si próprio e sobre os seus, o seu lugar começou a se transformar quando descobriu a potência da fotografia. Foi em 1990, no contexto da Ditadura Militar, que Lázaro Roberto, Aldemar Marques e Raimundo monteiro criaram o Zumví Arquivo Fotográfico. Três fotógrafos negros, moradores de Salvador, que passaram a se dedicar ao registro das atividades culturais e políticas da cidade e a produção de imagens da cultura afro-brasileira.

> Ao longo de mais de 30 anos o Zumví vem registrando sistematicamente as manifestações do movimento negro, e o cotidiano dos afrodescendentes em diversas temáticas e contextos populares, principalmente a memória do movimento negro baiano e outros temas que compõem um acervo, com cerca de 30.000 negativos sobre a cultura afro-baiana[10]

Esse acervo, no entanto, estava correndo riscos por falta de condições adequadas de armazenamento. Assim como o acervo do Zumví, muitos outros processos de produção de memória a partir das narrativas das populações afrodiaspóricas seguem ameaçados. A exemplo do QUIAL e do Zumví temos muitas experiências desenvolvidas nas periferias que contribuem para produzir informações e traçar estratégias que podem – e devem - subsidiar políticas culturais. Vejamos, por exemplo, a potência dos saraus de poesia que são realizados em diversos bairros das periferias de Salvador[11]. Pareta Calderasch é um destes poetas que, a partir do uso político da palavra, constroem junto às juventudes outros letramentos possíveis, que reforçam a identidade afrodiaspórica, valorizam a memória e reposicionam as juventudes negras – sempre suspeitas e violentadas de todas as formas - como sujeitos de direito, artistas, autores das suas próprias histórias.

As iniciativas são inúmeras e não seria possível discorres sobre todas aqui. No entanto, é preciso vontade política para que haja uma escuta efetiva e para que esses/as gestores/as culturais tenham condições de continuar a desenvolver suas atividades. Foi o que destacaram as/os agentes culturais que participaram das aulas abertas. É preciso investimento continuado e não mais projetos pontuais e recursos espaçados. Os coletivos precisam

10 V. https://www.zumvi.com.br/

11 Valdeck Almeida, escritor, poeta e mobilizador cultural baiano já catalogou mais de 50 saraus de poesia em diversos bairros das periferias de Salvador. Disponível em: http://sarausdepoesiaemsalvador.blogspot.com/. Acesso em: 6 nov. 2023.

de sedes, de estrutura, de apoios sistemáticos para desenvolverem as atividades com qualidades e com remunerações justas para todos e todas. O Estado precisa investir não só nas premiações, nos editais, mais injetando recursos diretamente nas organizações que estão ali de fato realizando as coisas o ano inteiro e que muitas vezes não tem condições de participar de muitos dos chamamentos públicos feito pelos órgãos públicos. A cultura, portanto, tem que ser transversal a todas as secretarias.

Estas percepções dialogam com o que Hortência Silva Nepomuceno dos Santos (2015) aponta como os desafios nas políticas culturais pensadas para as cidades. A autora ressalta o lugar da cidade na produção coletiva de sentidos no âmbito econômico, político e social e lança a provocação:

> Como promover a inserção da população e das pautas sociais e culturais nas decisões políticas, num espaço urbano culturalmente diverso e historicamente partido, como um direito a viver bem em coletividade, partilhando e usufruindo igualmente dos bens conquistados, mesmo que submetidos à lógica capitalista? (Santos, 2015, p. 20)

Em concordância com a autora compreendemos a educação e a cultura como aceleradores da construção de valores simbólicos, portanto, quando não são exercidas, as barreiras persistem. É urgente a "necessidade de reorientar a construção de políticas públicas, através da potencialização em longo prazo das bases política, educacional, informacional e cultural da sociedade" (Santos, 2015, p. 39).

Com ou sem aporte dos poderes públicos, agentes culturais comunitários, a partir das cidades – e mais especificamente a partir destes territórios violentados – apostam e se desdobram justamente para produzir cultura e educação a partir dos seus lugares, dos seus corpos-territórios, das suas memórias e saberes ancestrais. E fazem isso a partir de processos de construção coletiva e comunitária, como conta Natureza França.

O cenário de escassez no qual vivemos e produzimos cultura se refere ano nosso poder material. E essa escassez não vem da gente, não nasce na gente, mas é decorrente da falta histórica de acesso a recursos, da ausência de direitos básicos que não nos são garantidos. Porém, o que representa o nosso poder criativo, o nosso poder de resiliência é um cenário de abundância.

Nossos antepassados são muito resistentes. Os processos criativos da periferia precisam partir das nossas histórias, para que a gente não

siga reproduzindo o que ensinaram pra a gente. Enquanto educadora, esse é um trabalho meu, é uma busca que eu faço constantemente. Enquanto aprendiz (e feliz de ser aprendiz), eu entendo que para as outras pessoas é importante também saber disso. E eu vou compartilhando essa aprendizagem. Mas, não vou sozinha. Na favela, a gente precisa trabalhar em rede. O que eu vejo dar certo nas quebradas é em rede, é em parceria, é com irmandade.

Eu, Bruna, compreendo esse atuar em rede, a valorização dos saberes ancestrais e o papel da arte e da educação nas periferias trazido por Natureza e por todos/as os/as demais fazedores/as de cultura com quem conversamos como elementos estruturantes do que tenho chamado de epistemologias das quebradas[12]. Observo quatro eixos centrais: a arte e a comunicação como alicerces pedagógicos; o território como âncora; a ancestralidade como bússola e a aposta pelo comunitário como catalizadora da atuação. Em linhas gerais, aponto que o entrelaçamento das dimensões artística, política e identitária sustenta a base dos processos de construção de conhecimentos dos coletivos que atuam nas quebradas. Esta base ética e estética guia os coletivos. A arte e a comunicação têm, portanto, uma dimensão pedagógica.

> Como quilombos urbanos, estes coletivos têm o território vivido como âncora – no sentido de apoio, amparo, proteção, base – e alavanca, pois as relações tecidas ali alimentam os ativismos. A construção de territorialidades específicas por parte destas juventudes dentro de um bairro marginalizado é forjada por uma multiplicidade de identidades e formas organizativas. O conhecimento ancestral diaspórico é herdado pelos movimentos sociais negros e indígenas e amalgama as práticas dos coletivos culturais. A ancestralidade é bússola. O convite para que a memória apagada seja revivida é tática, é intencionalidade pedagógica. O corpo transforma o *destierro* em *locus* de ação, produção, reexistência. Por fim, a aposta pelo comunitário à medida que catalisa a atuação, conforma a base ética e estética dos coletivos das quebradas (Hercog, 2023, p. 54).

Esses processos organizativos que se espalham por esses outros centros questionam cânones e propõem, portanto, mudanças nas formas tradicionais de organização política. São formas efetivas de produção de conhecimento, porém, muitas vezes invisibilizadas diante, por exemplo, dos formuladores de políticas culturais, tema da nossa reflexão. Esse foi outro aspecto trazido durante as aulas abertas: a falta de reconhecimento

12 V. HERCOG, Bruna Pegna. Rumo às epistemologias das quebradas: iniciativas juvenis em Salvador (Bahia, Brasil) e Cali (Valle del Cauca, Colômbia). (Tese de Doutorado). UFBA. Salvador, Bahia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35390.

por parte do poder público das metodologias e conhecimentos das/dos fazedores/as de cultura nos territórios. Para além do reconhecimento, de fato, a demanda é por processos mais radicais de transformação na relação entre a sociedade civil e o Estado, para que as populações historicamente subalternizadas ocupem os lugares de poder, fissurando hierarquias estruturadas desde o período colonial.

Para que essa transformação aconteça, os paradigmas de cultura que orientam as políticas culturais devem tomar como base as potências que constituem os modos de ser, fazer, conhecer, comunicar nestes territórios. Dizem os/as fazedores/as de cultura: não cabem mais projetos verticalizados que chegam nos territórios com uma perspectiva democratizante, mas, na prática reforçam modelos hierárquicos que colocam as/os agentes culturais que atuam nas periferias em lugares subalternizados.

O fazer com as periferias e não para elas diz respeito justamente a essa inversão da lógica tradicional de formulação e implementação de políticas públicas, em todos os campos. Conhecer as metodologias, pedagogias e formas organizativas desenvolvidas nesses territórios pressupõe um despir-se de paradigmas estruturantes, o que é um grande desafio. Por isso, as trocas tecidas apontaram para essa relação necessária e tensa com o Estado. A atuação das iniciativas culturais das periferias é tática – aqui entendida na perspectiva de Michel De Certeau (2014) como movimentos dentro do campo de visão do inimigo -, muitas vezes acontece por caminhos não institucionalizados, mesmo dentro do jogo democrático. Como diz Muniz Sodré, o jogo democrático é jogado pelo sujeito "em sua cotidianidade, nas situações miúdas do dia a dia, no vaivém relacional entre as instituições e a vicissitude existencial da cidadania" (2010, p. 84).

Foi sobre isso que comentou durante a aula aberta, Geise Oliveira, mulher negra, periférica, representante da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura e ex-aluna do curso de produção cultural da FACOM. Provocada pelos/as estudantes, Geise reforçou a importância de pessoas como ela, como eles/as ocuparem espaços como os dos conselhos de cultura, instâncias democráticas de participação que, mesmo com suas fragilidades, devem ser disputados pelos fazedores/as de cultura das periferias. Em espaços como esses, é possível contribuir para que as vozes disruptivas de quem produz abundância, mesmo em cenário de escassez, sejam escutadas e que interfiram no desenho de políticas culturais que

contemplem, de fato, as maiorias do país: negros, negras, mulheres, populações periféricas.

A reflexão de Geise se conecta com a percepção sobre os equipamentos culturais que traz a professora, pesquisadora e gestora cultural Ana Vaneska Santos de Almeida no texto "Gestão participativa em comunidade: a experiência do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio no Centro Cultural Plataforma" onde observa a importância em ter fazedores/as de cultura das comunidades no centro das gestões de equipamentos culturais – principalmente quando são vinculados patrimonialmente ao Estado, para que esses espaços culturais seja construídos com e para a comunidade (Almeida, 2019).

> A força do Estado precisa ser transferida para a sociedade civil para uma gestão participativa acontecer, florescer. Os espaços de cultura comunitários do entorno precisam ser fortalecidos através da política dessa gestão (Almeida, 2019, p. 198)

Natureza aqui, dialogando com Geise e Ana Vaneska, para lembrar que essa potência criativa que as periferias geram todos os dias na sua cultura, que é tudo que se faz, que se cultiva e não necessariamente determinadas linguagens, essa criatividade, essa potência criativa está aí servindo ao mundo. E, se a gente nutre esses projetos que fortalecem isso nas bases, vamos ter, em alguns anos, uma sociedade muito mais inteligente, mais forte, porque vai estar trabalhando coletivamente, e não com tantas desigualdades, com tantas diferenças. Não esqueçamos que o conceito de cultura tem sua raiz no cultivo, no cultivar. O que eu cultivo é cultura e me compõe enquanto sujeito. E me compõe enquanto família, enquanto grupo, enquanto comunidade, enquanto território. É o que nós cultivamos juntos, é o que nós compartilhamos. E isso é o tecido da sociedade, a cultura.

Sigo, com os meus e as minhas, refletindo que depois de quatro anos de muita violência, muito silenciamento, a gente sente o movimento da retomada, da reconstrução de um Estado que tem dentro da sua estrutura representantes nossos - muito poucos ainda, mas que conseguem abrir algumas brechas. Vamos acessando as políticas, que ainda se baseiam muito nos editais, nas premiações, mas vamos fazendo as nossas fissuras. Não é nada fácil, mas seguimos, fissurando esse sistema rígido, duro, homogêneo, branco, heterossexual que não é condizente com a realidade

do nosso povo. Não podemos romantizar e acreditar que tudo está resolvido, porque a presença, inclusive, de determinadas lideranças que nos representam ali dentro, é uma permissão do capitalismo também. E contra esse modelo destruidor que lutamos.

É representatividade que a gente precisa, é escuta ativa que a gente precisa, é presença, é posicionamento. E é muito trabalho. Isso, nós nunca negamos e seguimos construindo um acervo de memórias, de histórias, de transgressões, de revoluções, que precisa ser registrado, que precisa ser endossado, que precisa ser embasado, incentivado e impulsionado. Por isso, as políticas públicas precisam ser cada vez mais presentes e dependem da presença dos nossos e das nossas nos espaços de decisão.

Com essa reflexão-chamado-convocação feita por Natureza França e que representa muitos/as fazedores/as de cultura nos territórios violentados de Salvador e do Brasil, bem como de outras sociedades afrodiaspóricas, nos despedimos. Não tivemos como objetivo trazer respostas às provocações que guiaram os diálogos tecidos, mas sim, possibilitar que outras vozes, outras perspectivas pudessem ser lidas-sentidas para que sigamos, nesse momento de retomada, de reconstrução das políticas públicas no Brasil refletindo sobre quem são as pessoas que estão ocupando os lugares de poder dentro dos espaços institucionais: essas pessoas representam a maioria do povo deste país? A quem servem as políticas públicas implementadas nas periferias? Quais paradigmas prevalecem? E, principalmente, estamos dispostos e dispostas a mudar as lentes com as quais enxergamos o que é conhecimento, o que é capacidade técnica e política para formular e implementar ações que sejam de fato emancipatórias, disruptivas? Sigamos nessa reflexão taticamente, com presença, escuta ativa e afetiva.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

HERCOG, Bruna; FRANÇA, Natureza. Políticas culturais com as periferias: escuta atenta, presença e mudança dos paradigmas de cultura. Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. V. **Gestão participativa em comunidade:** a experiência do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio Ferroviário de Salvador no Centro Cultural Plataforma. In: KAUARK, G.; RATTES, P.; LEAL, N. (org.). Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: EDUFBA, 2019.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2014.

HERCOG, Bruna Pegna. **Arte e comunicação para produzir dribles epistêmicos:** iniciativas juvenis das "quebradas" de Salvador (Bahia, Brasil) e Cali (Valle del Cauca, Colômbia)**.** PragMATIZES – Revista Latino-americana de Estudos em Cultura, Niterói/RJ, ano 13, n. 25, p. 35-56, set. 2023.

HERCOG, Bruna Pegna**. Rumo às epistemologias das quebradas:** iniciativas juvenis em Salvador (Bahia, Brasil) e Cali (Valle del Cauca, Colômbia). (Tese de Doutorado). UFBA. Salvador, Bahia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35390.

SANTOS, Hortência Silva Nepomuceno dos. **Políticas públicas culturais para as cidades: os casos do Recife e de Salvador** / Hortência Silva Nepomuceno dos Santos. - Salvador: EDUFBA, 2015. 289 p. - (Coleção Cult).
SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura:** a comunicação e seus produtos. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2010.

Produções audiovisuais

A Periferia é o Centro. Realização QUIAL Tubarão. Série Audiovisual. Ano: 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCWmX1klXE9_vfxS1DaGi5BA Acesso em: 10 jan. 2022.

Favela Revela. QUIAL Tubarão. Série Audiovisual. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UChpOU46xxJ5g37fWR65zPvQ

Matriarcas de Tubarão: potência e resistência das mulheres de um lugar. QUIAL Tubarão. Documentário. Ano: 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2qan3LERrqc&t=532s Acesso em 15 jan. 2022.

Sites e outras páginas eletrônicas

Acervo Fotográfico ZUMVÍ. Disponível em: https://www.acervozumvi.com/categorias. Acesso em 12 nov. 2023.

DiPreta Produções. Disponível em: https://www.instagram.com/dipreta-producoes/. Acesso em 12 nov. 2023.

Quilombo Aldeia Tubarão. Disponível em: https://www.instagram.com/quialtubarao/. Acesso em 12 nov. 2023.

Sabedoria da Mulher Ancestral. Disponível em: https://www.instagram.com/sabedoria.da.mulher.ancestral/. Acesso em 12 nov. 2023.

Sarau do Gheto. Disponível em: https://www.instagram.com/saraudogheto/. Acesso em 12 nov. 2023.

Marcos Martins
Regenerando paisagens
Performance/Instalação
Juazeiro do Norte, CE, 2023
Foto: Marcos Martins

O CEARÁ EM ESTADO DE CONFERÊNCIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS CONFERÊNCIAS DE CULTURA

Leandro Silva[1]
Renata Melo[2]
Thiago Rodrigues[3]

RESUMO

Este relato de experiência pretende trazer à discussão o papel da participação social neste complexo momento de reconstrução das práticas democráticas em nosso país descrevendo como ocorreram os Encontros Setoriais e as conferências municipais preparatórias para a 4ª Conferência Nacional de Cultura no Estado do Ceará, dando enfoque às práticas que resultaram no fortalecimento do campo em retomar, tanto em termos de diversidade, quanto em termos de qualidade, a participação da sociedade civil nos processos de elaboração, avaliação e definição das políticas públicas de cultura no Ceará e no Brasil.

*

A cultura voltou. Esta afirmação cheia de significados traz consigo a responsabilidade inerente à retomada das políticas públicas para a cultura, que após cerca de seis anos de desmonte e criminalização, retoma seu curso, objetivando, enfim, tornar-se uma política pública de Estado e consolidar seu Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A recriação do Ministério da Cultura (MinC) como um dos primeiros atos após a posse do Presidente Lula, em janeiro de 2023, demonstra a importância que a cultura tem para a sociedade brasileira. Com isso, as

1 Doutor em História Cultural. Analista de Gestão Cultural e Orientador de Célula dos Sistemas Setoriais na Coordenadoria de Políticas para as Artes na Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE). E-mail: leandro.silva@secult.ce.gov.br
2 Doutora em Cultura e Sociedade. Analista de Gestão Cultural e Assessora de Controle Interno e Ouvidoria da Secretaria da Cultura do Ceará (Secult/CE). E-mail: renata.melo@secult.ce.gov.br
3 Mestre em Comunicação Social. Produtor Cultural da Universidade Federal do Cariri (UFCA) cedido para atuação no Escritório Estadual do Ministério da Cultura (MinC). E-mail: rodrigues.thiago@cultura.gov.br

políticas culturais voltaram a ser pensadas como uma dimensão estratégica para o enfrentamento das desigualdades sociais tão amplamente verificadas em nosso cotidiano.

Alexandre Lucas ressalta em seu artigo "Conferências de cultura e a luta por participação, planejamento e dinheiro" que o processo de reordenamento da política nacional de cultura, que deve se dar a partir de intenso debate nos estados e municípios brasileiros, vem a ser a tarefa central no processo de "articulação e reoxigenação dos movimentos sociais de cultura dentro da construção da Conferência Nacional de Cultura". Ele afirma que está em jogo a defesa "sem concessões" de uma política de Estado para a Cultura, que foi interrompida nos últimos anos e que, neste sentido, três questões merecem ser tratadas como prioritárias: a consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), a ampliação imediata da Política Nacional Cultura Viva (PNCV) e a garantia permanente e com percentuais mínimos de aplicação de recursos nas esferas estaduais, municipais e federal (Lucas, 2023).

Os objetivos estão traçados e as prerrogativas para que os municípios possam captar recursos federais a partir das leis emergenciais foram devidamente lançadas: condicionar o repasse de verbas das leis emergenciais ao comprometimento dos municípios em aderir ao SNC, viabilizando os chamados CPF da Cultura (Conselho Municipal de Política Cultural, Plano Municipal de Cultura e Fundo Municipal de Cultura), como forma de firmar compromissos entre os entes federativos para que Estados e Municípios implementem e concretizem seus Sistemas Municipais de Cultura.

Entre outros aspectos do SNC, as conferências são oportunidades de encontro e discussão entre a sociedade civil e os entes governamentais com o objetivo de debater políticas, programas e ações a serem desenvolvidas nos anos seguintes. Após um hiato de dez anos da última Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em 2013, a cultura está diante de um período fundamental de retomada dos processos participativos nos quais as conferências se colocam como momentos primordiais de afirmação democrática e de apontamentos para a construção de políticas públicas. Quando realizadas as conferências, sociedade civil e governos têm a oportunidade de mobilizar e promover encontros, além de fortalecer redes, conexões e diálogos sobre as necessidades de cada território. São

ocasiões para avaliar a maturidade das políticas públicas em municípios, estados e no Distrito Federal, e apontar novos caminhos. Mas vão além, são oportunidades de afirmar direitos sociais e políticos, fundamentais para o fortalecimento da cultura democrática.

A 4ª Conferência Nacional de Cultura (4ª CNC), que está prevista para ocorrer entre 04 e 08 de março de 2024, terá como tema central "Democracia e Direito à Cultura" e, a partir dessa grande temática, o setor cultural e a sociedade brasileira foram instados a debater a cultura como um dos elementos constitutivos da própria democracia e de afirmação da cultura como um direito universal, como é expresso no artigo 215 da Constituição Federal: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais".

Em relação às conferências no estado do Ceará, foi emitida a Portaria nº 134, de 26 de julho de 2023, substituída posteriormente pela Portaria nº 148 de 18 de setembro do corrente ano, que convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura (4ª CEC) sob a coordenação da Coordenadoria de Articulação Regional e Participação (Copar) da Secult/CE em conjunto com o Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), estabelecendo como tema geral "Democracia e o exercício dos Direitos Culturais no estado do Ceará", bem como aprovando o Regimento Interno da 4ª CEC, construído pela Secult e CEPC.

A etapa municipal se iniciou com as cidades se responsabilizando pela regulamentação, convocação e realização de suas Conferências Municipais de Cultura (CMCs), cabendo aos poderes públicos municipais, por meio de suas secretarias correlatas e baseados nas orientações e apoio dado pela Secult/CE, organizarem todo o processo de realização de suas conferências, bem como garantirem a participação de seus delegados na Conferência Estadual de Cultura (CEC).

Os municípios tiveram a tarefa de elaborar seus regulamentos a partir do documento base da 4ª CNC, que tem como tema "Democracia e Direito à Cultura" e do Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura (2023) elaborado pela Coordenadoria de Articulação Regional (Copar) da Secult/CE. Os referidos regulamentos se preocuparam em ressaltar a importância de contemplar as diretrizes e observar os critérios estabelecidos nos regimentos da 4ª CEC e da 4ª CNC. Foi observada uma demora na disponibilização do documento base da

4ª CEC, ainda em vias de ser publicado e que, em função do exíguo prazo, não pôde ser compartilhado entre os municípios em tempo hábil para auxiliar na reflexão dos eixos, restando a estes utilizar apenas os demais documentos já disponibilizados.

Acerca do Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura (2023) elaborado pela Copar, pode-se dizer que foi um documento importante que teve como finalidade contribuir para a organização das conferências nos municípios trazendo um apanhado de informações, tais como o calendário das atividades, recomendações sobre como realizar a organização física das conferências, metodologias, propostas de trabalho, orientações para o trabalho em grupo, descrição de como deve se dar a plenária geral e a escolha dos delegados, bem como sugestões para a produção do relatório final, e que disponibilizou minutas de portarias e regulamentos e ainda uma lista de formulários e modelos que contribuíram e nortearam a estruturação dos processos nos municípios.

No estado do Ceará, as Conferências Municipais de Cultura contaram com apoio e participação de representantes da Secult/CE e do Escritório Estadual do Ministério da Cultura (EECE/MinC) em quase todas as cidades, nas quais as duas instituições agiram em parceria, com o objetivo de circular por todo o estado e garantir o processo das conferências.

No geral, com pequenas variações, as conferências municipais ocorreram com a seguinte programação: mesa de abertura; palestra sobre o tema das conferências (nacional, estadual e municipal); divisão dos e das participantes em Grupos de Trabalho (GTs) de acordo com os eixos temáticos da CNC; apresentação, debate e aprovação das propostas de todos os GTs em plenária; eleição de delegadas e delegados em plenária. Importante ressaltar que todos estes momentos precisaram ser registrados em ata e assinados pelos e pelas participantes, e também documentados em vários suportes (foto, vídeo, lista de presença de GTs) para que as etapas municipais da CNC pudessem ser validadas e referendadas na etapa estadual, e posteriormente, na etapa nacional.

Importante também dedicar um pouco de atenção aos eixos temáticos e suas abordagens por meio de grupos de trabalho durante as conferências municipais. Os seis eixos que norteiam a 4ª Conferência Nacional de Cultura são: 1) Institucionalização, Marcos Legais e Sistema

Nacional de Cultura; 2) Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social; 3) Identidade, Patrimônio e Memória; 4) Diversidade Cultural e Transversalidade de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; 5) Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade; 6) Direito às Artes e Linguagens Digitais. Levando em consideração a realidade de municípios do interior do estado, com forte ocupação nas zonas rurais afastadas das sedes dos municípios, mas também levando em conta o prazo para realização das etapas municipais da conferência, assim como o hiato de 10 anos sem Conferência de Cultura e, ainda, o esvaziamento dos conselhos nos últimos anos, é relevante problematizar as escolhas temáticas dos eixos e a metodologia de divisão dos participantes em grupos distintos para debater e formular propostas para cada um deles, sob a ótica da participação social.

Uma percepção é de que os seis eixos temáticos escolhidos, ou o enfoque dado para cada um eles, não tenha sido algo de fácil compreensão ou de fácil percepção em função da realidade das pessoas desses municípios de interior que participaram das CMCs, fazendo com que os debates dos grupos ficassem, por vezes, travados, imobilizados, já que não se conseguia entender como aquelas temáticas dialogavam com o dia a dia desses agentes, e isso pode ter prejudicado a qualidade dos debates em alguns locais. Acreditamos que os eixos temáticos poderiam ter sido elaborados com textos mais objetivos, exemplificando com situações mais palpáveis ou de fácil visualização na realidade das pessoas, ou mesmo elencados subtemas dentro do tema geral de cada eixo, pois, do modo que consta no documento orientador da 4ª CNC, o generalismo dos eixos dificultou a compreensão de muitos participantes.

Outra questão que podemos abordar sobre a metodologia dos grupos de trabalho localiza-se na realidade de municípios pequenos nos quais as CMCs tiveram índices baixos de presença (conferências com menos de 50 pessoas), nas quais a obrigatoriedade de escolher participar das discussões de um eixo apenas (uma vez que ocorriam de forma paralela) prejudicou a qualidade dos debates, já que alguns grupos ficavam com poucos inscritos, com níveis distintos de compreensão e de atuação naquelas áreas, resultando em propostas que muitas vezes não refletiam da melhor forma as realidades locais. Acreditamos que poderia ter-se pensado uma metodologia alternativa para que nesses municípios onde

a participação nas conferências limitava-se a 50 pessoas, os debates dos Grupos Temáticos pudessem ser agrupados, oportunizando todas as pessoas conversarem, debaterem e elaborarem propostas para todos os eixos temáticos, criando possibilidades de uma maior participação social, que poderia resultar em debates mais qualitativos e propostas mais condizentes com as realidades locais e coletivas.

algo que também pode ter acentuado a dificuldade de organização das conferências, como também prejudicado o prévio aprofundamento nos debates conceituais dos eixos temáticos, foi a concorrência das conferências com o calendário de execução da Lei Paulo Gustavo, tendo sido ambos os processos realizados no segundo semestre de 2023. Isso dificultou a realização das pré-conferências, que poderiam ter papel importante nos debates dos eixos temáticos e, ainda, minimizar as ausências de compreensão temática por parte dos e das participantes. Entretanto, isto não sendo possível, a elaboração de uma metodologia de mediação e de condução dos GTs de forma mais detalhada e mais clara poderia ter oportunizado melhores debates, mais inclusivos e participativos.

Os Encontros Setoriais, por sua vez, celebraram a articulação e mobilização dos e das agentes culturais em torno dos debates setoriais e da representatividade dos diversos segmentos artísticos e culturais, para a deliberação de propostas e eleição de delegadas e dos delegados para a 4ª CEC. Esses encontros, em nível estadual e nacional, visam resgatar e garantir o acúmulo histórico dos debates em torno dos diversos setoriais de cultura. No Ceará, foram reconhecidos 26 Setoriais, tendo como referência as 18 Setoriais do MinC, legitimadas por meio de Planos Setoriais Nacionais, e 8 Setoriais complementares, em respeito aos assentos do Conselho Estadual de Políticas Culturais (CEPC). Este é o maior número de Encontros Setoriais realizados entre os estados.

A escolha política pela ampliação das setoriais no Ceará é a afirmação e reconhecimento de categorias, linguagens e seus e suas agentes em busca da ativação dos seus fóruns. Foi garantido, dessa maneira, maior participação e engajamento para fortalecer cada setor, aproximando e valorizando artistas e demais trabalhadores e trabalhadoras da cultura vinculados às setoriais.

As conferências municipais e os encontros garantiram a construção das conferências estadual e nacional a partir da base, dos territórios - de

forma mais orgânica e democrática. Podemos afirmar, com isso, que a 4ª Conferência Nacional de Cultura já começou, pelos municípios e por meio dos Encontros Setoriais. Se a vida política e econômica se dá nos municípios, na relação direta entre as instituições, artistas e demais agentes, a vida cultural também pode ser entendida assim.

E quanto aos desafios para a participação social neste processo? O que pudemos constatar?

A realização das etapas municipais da Conferência Nacional de Cultura enfrentou uma série de desafios de mobilização dos setores públicos e agentes da sociedade civil. O calendário para a organização das etapas estaduais e municipais representaram desde o princípio um obstáculo para a mobilização da Cultura no país. Recém-empossados, os 36 conselheiros e conselheiras do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) aprovaram, ainda em abril de 2023, o calendário da 4ª Conferência Nacional de Cultura.

Neste calendário, a etapa nacional seria realizada entre 4 e 8 de dezembro, deixando curtos os prazos para as etapas municipais e intermunicipais (até 31 de agosto), estadual e distrital (até 30 de outubro), conferências temáticas (até 30 de outubro). A portaria do MinC nº 41, de 04 de julho de 2023, formalizou o calendário a partir do Regimento Interno com alterações dos prazos das etapas municipais e intermunicipais (até 17 de setembro), estadual e distrital (até 30 de outubro), e mantendo o prazo da Conferência Nacional de 4 a 8 de dezembro de 2023.

Na prática, a formalização tardia pela portaria e a manutenção da etapa nacional em 2023 não ajudaram os estados e municípios no planejamento e execução de suas etapas, comprometendo a mobilização do setor cultural. A pressão dos estados fez com que a etapa nacional fosse programada para acontecer de 04 a 08 de março de 2024, ampliando os prazos das outras etapas, onde as municipais e intermunicipais puderam ocorrer até dia 30 de outubro, e as estaduais, por sua vez, até o dia 08 de dezembro.

A mudança dessas datas é um aspecto fundamental para entendermos os desafios vivenciados pelos estados e municípios. Precisamos lembrar que o setor cultural foi diretamente atingido nos últimos anos, sobretudo entre 2016 e 2022. O próprio Ministério da Cultura foi recriado e, com ele, a defesa apaixonada pela refundação de um país com muitas sequelas. As

leis emergenciais Aldir Blanc e Paulo Gustavo foram vitórias de um setor que, mesmo atingido desde o primeiro momento, precisou se articular a partir dos seus lugares e (r)existir aos ataques do Governo Bolsonaro potencializados pela pandemia de Covid-19.

O segundo semestre de 2023 se tornou um momento de grande articulação de todas e todos os agentes da cultura, tanto do poder público quanto da sociedade civil. Junto com as etapas preparatórias da 4ª Conferência Nacional de Cultura, os estados e municípios foram desafiados a executarem editais para aplicação dos recursos da Lei Paulo Gustavo. E, o que poderia ser a comemoração e fortalecimento mútuo, se transformou numa competição por atenção e mobilização. Servidores públicos e demais trabalhadores da cultura tiveram suas rotinas e atenção disputadas pelos lançamentos quase semanais de editais junto com as chamadas para participação das conferências municipais, intermunicipais, conferências livres, conferências temáticas, encontros setoriais e conferências estaduais.

Os desafios deste momento podem ser entendidos a partir da expectativa pela grande participação de pessoas nessas etapas, que por sua vez, representaram um otimismo característico do setor cultural. No Ceará, as participações tiveram média aproximada de 40 pessoas, atingindo 96,74% dos 184 municípios do estado - 167 que realizaram suas próprias conferências municipais e 11 municípios que participaram de conferências intermunicipais. Ao todo, mais de 6 mil pessoas registraram suas presenças nas conferências municipais e aproximadamente 400 pessoas nos Encontros Setoriais. São números expressivos, se tomarmos como referência a realidade de grande parte dessas localidades, cujas pastas de cultura não existiam e não tinham um lugar de importância para as administrações municipais, e onde os Conselhos Municipais de Política Cultural, ou são inexistentes ou são recém-instalados. As leis emergenciais e o incentivo pela elaboração dos chamados "CPF da Cultura" favoreceram a ativação da Cultura como lugar estratégico para execução de recursos nacionais, consequentemente estimulando o engajamento de trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e demais agentes do campo cultural.

Para além da participação social, a experiência vivenciada nos processos de conferências municipais, intermunicipais e setoriais de cultura no Ceará, colocou-nos uma realidade interessante e um horizonte ainda

mais interessante sobre a atuação conjunta entre os entes federativos administrativos da Cultura (Secretarias Municipais, Secretaria Estadual e Ministério da Cultura). A marca de 178 municípios (de um total de 184) participando do processo de conferências só foi possível pela articulação e cooperação das representações administrativas desses três entes federativos, sejam nas demandas de logística (transporte, alimentação e hospedagem), sejam nas demandas políticas e metodológicas (condução de palestras, mediação de GTs, mobilização para participação de agentes culturais), mas, e principalmente, pelo objetivo comum de realizar o máximo de conferências municipais com o máximo de participação social possível. Isso, então, nos traz o desafio de pensar coletivamente e elaborar, também coletivamente, como se dará a atuação e a divisão de responsabilidades dos entes neste momento de reconstrução.

E, apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela Secult/CE, pelo Escritório Estadual do MinC no Ceará, e pelas secretarias municipais no que diz respeito à mobilização de seus agentes e também acerca da escolha dos delegados que irão à conferência estadual, e todo o processo de construção das propostas que serão encaminhadas para a etapa estadual das conferências, prevista para ocorrer entre 30 de novembro e 03 de dezembro de 2023, verificamos uma nítida disposição do campo em retomar, tanto em termos de diversidade, quanto em termos de qualidade, a participação da sociedade civil nos processos de elaboração, avaliação e definição das políticas públicas de cultura no Ceará e no Brasil.

Podemos então afirmar, a partir dos relatos e reflexões aqui realizadas, que a 4ª Conferência Nacional de Cultura começou a partir do "Brasil de dentro", parafraseando Capistrano de Abreu, neste grande Sertão que é o Brasil, do Brasil do interior para o Centro - metáfora apropriada, sem levarmos em conta ainda a realização da Conferência Nacional em Brasília, entre os dias 04 e 08 de março de 2024. Foi a partir deste Brasil enraizado e valorizando e potencializando as demandas de trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e, portanto, fortalecendo o aspecto democrático da Conferência de Cultura e valorizando a participação social, que este movimento foi retomado.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

SILVA, Leandro; MELO, Renata; RODRIGUES, Thiago. O Ceará em estado de conferência: participação social e as conferências de cultura. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/ Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. 4ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1

BRASIL. Ministério da Cultura. CNPC define calendário da 4ª Conferência Nacional de Cultura. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/2023/04/26/cnpc-define-calendario-da-4a-conferencia-nacional-de-cultura/#:~:text=Com%20o%20tema%20%E2%80%9CDemocracia%20e%20Direito%20%C3%A0%20Cultura%E2%80-%9D%2C,diretrizes%20em%20todo%20o%20Brasil%20de%20maneira%20transversal.

BRASIL. Ministério da Cultura. 4ª Conferência Nacional de Cultura: Documento Base. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura-1/textos/4CNCDocBasev12_2023091411.pdf

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Sobre a 4ª Conferência, 2023. Ceará: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/4a-conferencia-estadual-de-cultura/

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Guia de Orientações Gerais para a realização das Conferências Municipais de Cultura, 2023. Ceará: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/projeto/4868/

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura. Diário Oficial do Estado, Série 3, Ano XV, nº147. FORTALEZA, 04 de agosto 2023. Disponível em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/project/4868/anexo-vii-portaria-regimento-estadual-portaria-secult-n-134-de-26-de-julho-de-2023-2.pdf.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Portaria nº148_2023 convoca a 4ª Conferência Estadual de Cultura, 2023. Ceará: Secretaria de Cultura, 2023. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/download/4a-conferencia-estadual-de-cultura-do-ceara/portaria-no148_2023-convoca-a-4a-conferencia-estadual-de-cultura-4a-cec-fortaleza-18-de-setembro-de-2023/

LUCAS, Alexandre. Conferências de cultura e a luta por participação, planejamento e dinheiro. Portal Vermelho. Publicado em 17 de outubro de 2023. Disponível em: https://vermelho.org.br/coluna/conferencias-de-cultura-e-a-luta-por-participacao-planejamento-e-dinheiro/. Acesso em: 12 nov. 2023.

Adriana eu
Viés
Rolo de viés vermelho e elástico, antigo e antiga linha de seda para bordar
Rio de Janeiro, RJ, 2019
Foto: Carolina Lopes

A III CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DA CULTURA DE TOLEDO (PR): DIÁLOGOS EM REDE E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS MARCOS LEGAIS

Juan Ignacio Brizuela[1]
Marcela Cristina Bettega[2]
Tatyane Cristina Mendonça Ravedutti[3]

RESUMO

Este artigo analisa a III Conferência Intermunicipal de Cultura realizada em Toledo (PR) em duas etapas; a primeira no dia 23 de maio, e a segunda no dia 23 de agosto de 2023, observando a participação social interterritorial nos debates dos eixos propostos, na construção dos diálogos **e propostas levantadas**. A conferência proporcionou um espaço significativo para artistas, agentes culturais, produtores e fazedores de cultura de 17 municípios do Oeste do Paraná, para dialogarem em rede e (re)pensarem os desafios na implementação dos marcos legais da cultura. Com cerca de 250 participantes, o evento abordou temas como a , incluindo a constituição plena do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o trabalho colaborativo entre agentes públicos e privados no setor cultural.

*

Introdução

A interconexão entre democracia, cultura e participação social é central para a compreensão da dinâmica cultural em nossa sociedade. A III Conferência Intermunicipal da Cultura de Toledo emergiu como um

1 Doutor pelo Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos - IHAC, UFBA. Colíder do grupo Observatório da Diversidade Cultural, junto ao prof. José Márcio Barros (UEMG/PósCultura). Pesquisador de pós-doutorado da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA/USP, na titularidade do prof. Néstor García Canclini (2020/2022).
2 Doutoranda em Geografia na UEPG. Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR Litoral). Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFPR. Especialista em Leitura e Produção de Texto pela FAE-PR. Graduada em Artes Visuais pela FAP-PR.
3 Graduada em Educação Artística licenciatura em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná. Especialista em Gestão Cultural e Organização de Eventos pela Universidade de São Paulo. Mestra Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Atualmente atua profissionalmente como parecerista nível II na Funarte e Sav do Ministério da Cultura e como consultora de Cultura da Rede Regional de Cultura e Patrimônio do Oeste do Paraná. Faz parte do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: tatyane.ravedutti@gmail.com

exemplo prático dessas relações, reunindo diversos atores culturais para discutir questões fundamentais na implementação de políticas culturais.

A realização do evento partiu da prerrogativa de cumprir a Portaria CNPC/SECULT/MTUR nº 2, de 3 de maio de 2022, que convocou os municípios da Federação para realizarem suas conferências até 30 de maio de 2023 (data final posteriormente modificada pela Portaria MinC nº 41, de 4 de julho de 2023). A iniciativa de realizar o evento em conjunto surgiu da necessidade de recuperar coletivamente o debate sobre a relação entre democracia e cultura, a participação social nas políticas culturais, e, mais especificamente, sobre as formas de se atuar politicamente na sociedade brasileira na atualidade, depois de atravessar um período de apagamento e tentativas de invisibilização do setor pelo poder público na esfera federal. Toledo já havia sediado a Conferência de forma intermunicipal em 2013, reunindo na ocasião 20 municípios. A partir dessa exigência e da necessidade de cumprir o decreto do Minc, além do entendimento da urgência de ampliar a expressão simbólica da cultura, os direitos de cultura e cidadania, problemas comuns, desejos, anseios e o potencial para o desenvolvimento econômico sustentável, um grupo de 17 Municípios iniciaram uma mobilização na região por adesão para atender ao decreto de forma coletiva.

A participação popular nas conferências de cultura

Estabelecer e consolidar locais de legitimação cultural não é uma responsabilidade restrita ao Estado, ao mercado ou a instituições específicas de forma separada. Essa realidade se torna evidente em diversos contextos nos quais, mesmo diante da falta de políticas públicas significativas ou de uma presença institucional e mercadológica robusta, manifestações culturais e grupos dedicados conseguem manter suas atividades, graças aos esforços organizacionais da sociedade civil.

A relação entre participação popular e cultura está dentro de um campo que periodicamente se reconstrói e se ressignifica; ela é intrínseca e fundamental para o desenvolvimento de sociedades democráticas e culturalmente diversas; ela se refere ao engajamento ativo dos cidadãos nos processos decisórios e nas atividades que moldam o destino de uma comunidade e implica que os cidadãos não apenas consumam cultura,

mas também contribuam ativamente para sua criação, preservação e promoção (Calabre, 2016). As conferências têm o papel de envolvimento que vai além de tornar o cidadão um espectador, incentivando uma participação ativa no desenho do que se espera nas políticas culturais, na organização de eventos, na preservação do patrimônio cultural e na promoção da diversidade cultural. A participação ativa dos cidadãos na construção e promoção da cultura não apenas enriquece a expressão cultural da comunidade, mas também fortalece os laços sociais, promove a inclusão e contribui para o desenvolvimento sustentável.

A participação popular nas conferências de cultura é um componente vital para garantir que as políticas culturais sejam efetivamente representativas das diversas vozes presentes em uma sociedade. Isso implica em assegurar que as decisões sobre financiamento, programação cultural e preservação do patrimônio reflitam as necessidades e aspirações da comunidade, evitando assim a marginalização de grupos culturais específicos.

Sobre a região oeste do Paraná: dados gerais e específicos de cultura dos municípios

A Região Oeste do Paraná, possui 1,4 milhões de habitantes, segundo o Censo 2022, e é composta por 52 municípios.

Imagem 1 - Mapa da região Oeste do Paraná Binacional

Fonte Itaipu

A formação cultural é predominantemente de colonização de descendentes europeus (alemães, italianos, poloneses e outros), vindo pela migração dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, fixados em sua maioria nos municípios de Quatro Pontes, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Missal, Maripá, Mercedes e Serranópolis do Iguaçu (KUHN, 2018). Foz do Iguaçu, a mais miscigenada das cidades da região, é marcada pela presença de uma significativa colônia árabe e, mais recentemente, jovens latino-americanos oriundos da Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, México e Paraguai.

A frente administração pública encontramos 76,96% mulheres.

Tabela 1 - Cadastro de trabalhadores na área de cultura

Pessoas cadastradas	104
Homens	31
Mulheres	73
Municípios	54

Fonte: Coleta de dados realizada em fevereiro de 2023 pelos autores.

Um outro dado evidenciado é a questão da representatividade de mulheres negras frente das pastas, ou nos grupos de trabalho.

Tabela 2 - Trabalhadoras da cultura, em relação a raça

Brancas	70
Negras	3

Fonte: Coleta de dados realizadas em fevereiro de 2023 pelos autores.

O perfil das pastas de cultura e seus agrupamentos.

Tabela 3 - Pasta de Cultura e seus agrupamentos

Cultura	9
Cultura/Esporte	2
Cultura/Esporte/Educação	16
Cultura/Educação	11
Cultura/Educação/Esporte/Turismo	1
Cultura/Esporte/Turismo	1

Cultura/Turismo	2
Educação	2
Outros	1
Não Informado	7

Fonte: Coleta de dados realizada em fevereiro de 2023 pelos autores

Esses dados evidenciam que as pastas de cultura, ainda mantêm vínculos com outras áreas da administração pública, e que no universo de 54, apenas 9 prefeituras têm um órgão gestor exclusivo de cultura.

Com relação aos equipamentos de cultura, apresenta-se a seguinte realidade.

Tabela 4 - Quantidade de Equipamentos na Macrorregião Oeste

Biblioteca	71
Centro Cultural	35
Espaço Multiuso	35
Museu	26
Cinema	3
Teatro	7
Outros Pontos	22
Não Convencional	7

Fonte: Sistema de Informações e Indicadores Culturais/SEEC, alimentado pelos gestores municipais

Tabela 5 - Municípios que possuem equipamentos culturais na macrorregional

Biblioteca	52
Centro Cultural	35
Espaço Multiuso	18
Museu	18
Cinema	3
Teatro	5
Outros Pontos	14
Não Convencional	8

Fonte: Sistema de Informações e Indicadores Culturais/SEEC, alimentado pelos gestores municipais

A experiência da III Conferência Municipal da Cultura de Toledo

O município de Toledo, com o apoio do programa Cultivando Água Boa, da Itaipu Binacional, sediou em 2013 a II Conferência intermunicipal da Cultura de Toledo, com o tema: Tema "Uma Política de Estado para a cultura: Desafios do Sistema Nacional De Cultura". Na ocasião, 20 órgãos municipais de cultura[4].

Dez anos depois, desta vez mediados pela Rede Regional de Cultura e Patrimônio do Oeste do Paraná, um grupo de gestores, ainda atuante nas pastas de cultura, se articulou com outros municípios, para realizarem de forma conjunta a **III Conferência Municipal da Cultura de Toledo**. De início, houve uma reunião presencial, no município de Cascavel, com a participação de aproximadamente 70 pessoas envolvidas na pasta de cultura, onde se debateu abertamente a demanda de trabalho proposta pelo Ministério da Cultura, para o ano de 2023: a Lei Paulo Gustavo, Lei Aldir Blanc e as conferências municipais de cultura; somado a isso as tradicionais ações realizadas no município. Instalou-se uma urgência de articulação coletiva nessas pautas.

O município de Missal, liderado pela gestora cultural Marta Terezinha Walker Kochemborge, que esteve presente na ação ocorrida em 2013, propôs que ela fosse mais uma vez mobilizada em rede. A partir disso iniciou-se uma articulação com Rosselane Liz Giordani, secretária municipal de cultura de Toledo e para definição de pauta, matriz de responsabilidades e datas.

A reunião foi realizada com os gestores municipais de cultura que, para atender o prazo da legislação vigente, articularam em três semanas as suas pré-conferências, para debaterem os temas indicados pelo Convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC. Portaria MINC Nº 45, DE 14 de julho de 2023.

Esse trabalho foi inspirado, portanto, na vontade de discutir a relação entre cultura, direito e participação popular, nos debates produzidos pelas instâncias de participação social no campo das políticas públicas culturais municipais.

A III Conferência de Cultura foi realizada então com o tema: Democracia e direito à Cultura, em duas etapas. Etapa 1: Decreto nº 790 (03/05/2023),

4 Vera Cruz do Oeste, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, São José das Palmeiras, Céu Azul, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Quatro Pontes, Missal, São Pedro do Iguaçu, Mercedes, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Santa Terezinha de Itaipu, Terra Roxa, Santa Helena, Ramilândia, Santa Tereza do Oeste e Matelândia.

realizada em 23/05/2023 e a segunda etapa em Etapa 2: Decreto nº 886 (14/08/2023) em 23/08/2023, no Teatro Municipal de Toledo.

Com a palestra de abertura proferida pelo prof Doutor Danilo Junior de Oliveira, intitulada "Diálogos em Rede: a cultura no território e os desafios na implementação dos marcos legais", destacou a importância do trabalho em rede para fortalecer os laços entre agentes culturais. Oliveira ressalta a experiência positiva em Toledo, mencionando o projeto "Fortalecendo Redes Culturais" e o mapeamento cultural realizado na região em 2018.

O evento abordou os desafios enfrentados na implementação dos marcos legais, especialmente no contexto do Sistema Nacional de Cultura (SNC). A palestra de Oliveira ofereceu insights valiosos sobre a necessidade de reconhecimento da cultura como um direito fundamental do cidadão, enfatizando a importância de políticas públicas sólidas e do diálogo entre os atores do setor.

Conforme sugerido no documento orientador das conferências, houve uma divisão em 5 grupos e cada sub-grupo discutiu as propostas que foram elencadas e apresentadas abaixo. Foram eleitos 20 delegados, 10 titulares e 10 suplentes, sendo 06 da sociedade civil e 04 da área governamental em cada modalidade.

Os eixos seguiram a indicação do Ministério da Cultura:

- Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura como propostas foram elencadas 6 ações.
- Eixo 2 – Democratização do Acesso à Cultura e Participação Social.
- Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória.
- Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade.
- Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade.
- Para a discussão do eixo 6, foi necessário a realização da segunda etapa da Conferência, uma vez que ele foi incluído no documento orientador, em Decreto , posterior a data de realização da primeira etapa.
- Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais Política Cultural

Notas sobre a III Conferência Intermunicipal da Cultura de Toledo

O contexto nacional, marcado por uma passagem sombria, por quatro anos de desmanche institucional e tentativa de inviabilização, que resultava num quadro ainda fragilizado das pastas cultura, destaca a relevância das

conferências intermunicipais como espaços de participação social cidadã. A III Conferência Intermunicipal de Cultura de Toledo refletiu o esforço contínuo para fortalecer as relações entre estruturas artísticas, criadores culturais e públicos, contribuindo para a consolidação de políticas culturais mais inclusivas.

A prática de realizar a Conferência de forma intermunicipal mobilizou de forma simultânea nos 17 municípios que aderiram às discussões entre as 350 pessoas que compareceram nas etapas preparatórias. A adesão é significativa considerando que estamos num tempo de retomada da pauta da cultura, que esteve invisibilizada.

As 250 pessoas que estiveram presentes durante a realização do evento representam que existe resistência e urgência de retomada das pautas de cultura e que o grupo estava

Sobre as propostas, no eixo 1- Embora as propostas abordam diferentes aspectos, como a criação de marcos legais, o fomento à cultura, a descentralização de recursos e a periodicidade de editais, há uma convergência geral na busca por uma abordagem integrada e abrangente para fortalecer os marcos legais, alinhando com o Governo do Estado e da União.

As propostas apresentadas no eixo 2 destacam medidas significativas para promover o acesso e a participação na cultura. A primeira proposta enfoca a democratização por meio da ampliação da divulgação e da garantia de acessibilidade cultural para munícipes do interior. A segunda ressalta a importância da formação contínua, propondo cursos para artistas e a comunidade participarem ativamente das políticas culturais. Já a terceira sugere a criação de comitês regionais para uma comunicação mais efetiva, enquanto a quarta destaca o fortalecimento de núcleos locais. Por fim, a quinta proposta visa apoiar a formalização e profissionalização de agentes culturais, promovendo estruturas organizacionais sólidas para uma participação significativa e inclusiva na cena cultural.

As propostas do Eixo 3 compartilham uma perspectiva comum de preservação e valorização da identidade cultural, visando construir uma narrativa rica e coesa. Elas destacam a importância de espaços dedicados à memória municipal, como casas e museus, para preservar e aprimorar elementos culturais locais. Além disso, a ênfase na avaliação técnica de patrimônios, a digitalização de acervos e o mapeamento de tradicionalismos

evidenciam o compromisso com a proteção e acessibilidade dos registros culturais. Juntas, essas propostas não apenas reconhecem a diversidade e singularidade de expressões culturais, mas também promovem a participação ativa da comunidade na preservação e construção contínua de sua identidade coletiva.

O Eixo 4 trouxe somente duas propostas: que apresentam uma abordagem abrangente e inclusiva para fortalecer a diversidade cultural. A primeira proposta enfatiza a importância de um plano de formação que abarque diversas dimensões, como a étnica, racial, religiosa, sexual e de gênero, assim como comunidades e grupos em situações socioeconômicas desfavoráveis. Destaca-se a ênfase na proteção do direito à memória e identidades. Já a segunda proposta concentra-se na formulação de uma política pública voltada para o estímulo e apoio às produções culturais de grupos minoritários, visando criar espaços de circulação e difusão para promover a cultura produzida por esses grupos. Ambas as propostas refletem a aspiração de construir uma sociedade mais inclusiva, dando voz e visibilidade às diversas expressões culturais que contribuem para a riqueza e diversidade cultural do cenário coletivo.

As propostas convergem para a promoção e fortalecimento da cultura local através de estratégias multifacetadas. Elas abordam a criação e busca de fomento para o fundo municipal de cultura, visando apoiar artistas e artesãos locais, enquanto a proposição de um "Corredor Turístico Cultural" surge como uma potencial fonte de renda, incentivando a comercialização de produtos culturais. A terceira proposta destaca a importância de identificar e catalogar matérias-primas, propondo a criação de selos de reconhecimento que agreguem valores sociais, econômicos e ecológicos aos produtos culturais. Além disso, a quarta proposta enfatiza a necessidade de estimular o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos naturais, evidenciando um compromisso com práticas sustentáveis. Juntas, essas propostas indicam uma abordagem holística para fortalecer a cultura local, alinhando a valorização artística com a sustentabilidade e a promoção econômica.

As propostas convergem para fortalecer o setor cultural através de ações abrangentes. Elas incluem o desenvolvimento de planos de capacitação para artistas se adaptarem ao contexto digital, abordando aspectos como tecnologias digitais e estratégias de marketing. Além disso,

a proposição de cursos profissionalizantes, especializações e parcerias com universidades públicas destaca um compromisso com a formação e especialização na área cultural e de gestão cultural. A criação de uma plataforma digital unificada para indicadores culturais visa consolidar e disponibilizar informações culturais a níveis municipais, estaduais e federais. A última proposta destaca a importância da comunicação entre entidades governamentais para ajustar o repasse de recursos, demonstrando uma busca por eficiência na distribuição de verbas e cooperação entre diferentes níveis administrativos. Juntas, essas propostas apontam para uma abordagem integrada que visa capacitar, educar, consolidar dados e otimizar a alocação de recursos para promover um ambiente cultural mais dinâmico e eficaz.

Considerações Finais

A Conferência em Toledo não apenas proporcionou um ambiente propício para o diálogo entre diversos atores culturais, mas também destacou a importância da cultura como elemento central para a vida humana. Ao analisar o evento à luz das premissas do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e do Plano Nacional de Cultura, este artigo reforça a necessidade de fortalecer os espaços de legitimação cultural, enfatizando que a participação social é crucial para o desenvolvimento e a sustentabilidade das atividades artísticas e culturais nas cidades. Tratamos a cultura como objetivo de política pública, elaborada, executada e avaliada tanto por gestoras e gestores públicos quanto por representantes da sociedade civil, democraticamente eleitos por seus pares e diretamente envolvidos com o cotidiano da produção cultural brasileira.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

BRIZUELA, Juan Ignacio; BETTEGA, Marcela Cristina; RAVEDUTTI, T. C. M. A III Conferência Intermunicipal da Cultura de Toledo (PR): Diálogos em rede e desafios na implementação dos marcos legais. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 100, n. 2, 2023. Disponível em: https://observatoriodadiversidade.org.br/boletins/. Acesso em: [data].

REFERÊNCIAS

RUBIM, Albino. **Política cultural e gestão democrática no Brasil** / Albino Rubim (organizador). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

CALABRE, Lia. Políticas culturais e contemporaneidade. In: ___ (Org.). **Perspectivas Atuais em Cultura**. Rio de Janeiro: Editora LMN, 2023.

KUHN, Sérgio Luiz**. A Economia Criativa nos municípios periféricos da Região Oeste do Paraná**. Curitiba: Appris, 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria MinC nº 45, de 14 de julho de 2023 convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura - 4ª CNC. Disponível em: http://portalsnc.cultura.gov.br/. Acesso em: 18 nov. 2023.

BARROS, José Márcio; COSTA, Kátia (orgs.). **Planos Municipais de Cultura:** reflexões e experiências. Belo Horizonte : EdUEMG, 2019.

Paraná (Estado). **Diagnóstico para elaboração da minuta do Plano Estadual de Cultura** - PEC-PR , Disponível em https://www.cultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-07/Diagnostico_PEC_PR2.pdf, Acesso em: 21 nov. 2023.

Marcos Martins
Ninho
Instalação
Nova Friburgo, RJ, 2022
Foto: Carlos Eduardo Borges

SOBRE A COORDENAÇÃO EDITORIAL E EDITORIA DE ARTE

José Márcio Barros
Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor e pesquisador do PPG Artes/UEMG e do Pós-Cultura/UFBA. Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

Ana Carolina de Lima Pinto
Mestra em Comunicação Social e graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Em pesquisa, volta-se principalmente para o tema "cultura, comunicação e consumo". Atua como Assessora de Comunicação desde 2008, e tem experiência no desenvolvimento de campanhas e projetos corporativos e para instituições culturais. Atualmente é Coordenadora de Comunicação e Pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural.

Ana Paula do Val
Mestra em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), especialista em Políticas Públicas para América Latina *Clacso* e em Cultura e Comunicação pela Universidade Paris VIII. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Artes Plásticas pela *Schule Belletristik*. Atua como gestora cultural, professora, pesquisadora, artista, arquiteta e urbanista e integra os grupos de pesquisas do Observatório da Diversidade Cultural e do Maloca.

Giselle Dupin
Graduada em Comunicação/Jornalismo (UFMG), com especialização em Relações Internacionais (PUCMINAS) e Gestão Cultural (Paris Dauphine). É pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural desde sua criação. Atua como ponto de contato da UNESCO para a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Desde 2006, é servidora do Ministério da Cultura.

Kátia Costa
Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. É aluna do curso de Gestão Social e Políticas para o Patrimônio Cultural pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integra o Observatório da Diversidade Cultural e o Observatório da Economia Criativa/UFBA. É produtora e gestora cultural. Atua na área de gestão e políticas culturais. Tem experiência no assessoramento de projetos sociais e culturais, formação de gestores e conselheiros de cultura.

Priscila Valente Lolata
Mestra em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia e doutoranda em Cultura e Sociedade no Pós-Cultura/UFBA. Professora de História da Arte na Escola de Belas Artes da UFBA e membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural. Atua também como curadora e crítica de arte independente.

Sharine Melo
Graduada em Comunicação Social (habilitação em Publicidade e Propaganda) pela Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM (2005), Mestre (2010) e Doutora (2015) em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, com período de bolsa sanduíche na Universidade de Leeds (Inglaterra). Atualmente, é Administradora Cultural na Funarte SP e pós-doutoranda na Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo), onde pesquisa "A Institucionalidade da Cultura no Contexto Atual de Mudanças Socioculturais", sob coordenação do Prof. Dr. Néstor García Canclini. Entre 2016 e 2017, concebeu o Site Vozes da Funarte SP (http://sites.funarte.gov.br/vozessp/), tendo participado também de todo o processo de pesquisa de conteúdo e imagens, entrevistas, redação e design. Colaborou em ações do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP Paulista Luz) e participou da articulação entre instituições culturais da região dos Campos Elíseos. É integrante do Grupo de Pesquisa do Observatório da Diversidade Cultural e dedica-se à pesquisa sobre as políticas culturais no Brasil.

Sílvia Maria Bahia Martins

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Especialista em Gestão de Cooperativas pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - Escoop em parceria com o Sescoop Bahia (2022); em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes; em Psicologia Social de Fundamentação Pichoniana pelo CIEG e em Processo Criativo e Facilitação de Grupos - Abordagem Junguiana, cursos com chancela da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Graduada em Comunicação Social - habilitação Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (2007). Atuou na Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia entre 2009 e 2023. Foi integrante da Rede de Instrutores do Governo da Bahia por meio da Secretaria de Administração do Estado da Bahia nos campos da gestão e da aprendizagem organizacional entre 2011 e 2023. Atua como tutora de EAD desde 2007, especialmente, nos campos de gênero, gestão social, políticas públicas. Atualmente é estudante da Especialización en Métodos y Técnicas de Investigación Social, pela Clacso Argentina.

Rick Rodrigues
Sem Título
Série "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura"
Galhos de eucalipto, miniatura de madeira e fios encerados
João Neiva, ES, 2021
Foto: Junior Luis Paulo

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural (ODC) é uma instituição integrada a um grupo de pesquisa, que desenvolve projetos e ações de formação, investigação, difusão de informações e consultoria.

Os objetivos centrais são produzir e difundir informação qualificada, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento crítico, realizar processos de formação e prestar consultoria no campo interdisciplinar da proteção e promoção da diversidade cultural e suas interfaces com as políticas culturais, gestão cultural, processos de mediação, memória e patrimônio, educação, saúde, meio ambiente etc.

Com sede em Belo Horizonte (MG), a ONG atua de forma presencial e virtual em diversos territórios do estado de Minas Gerais e de outros estados brasileiros. O grupo de pesquisa é integrado por pesquisadores de diferentes instituições como UEMG, PUC Minas, UFBa e UFC, que atuam nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Ceará.

Coordenado pelo Prof. Dr José Marcio Barros desde sua fundação, em 2010, o ODC foi reconhecido internacionalmente como uma das melhores práticas em promoção da diversidade cultural pela comissão alemã da UNESCO.

DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Formação
Realização de seminários, oficinas e cursos de curta e média duração integrados ao Programa Pensar e Agir com a Cultura, com o objetivo de formar e capacitar gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes e lideranças culturais, pesquisadores, comunicadores e interessados em geral por meio de metodologias reflexivas e participativas.

Pesquisa
Desenvolvimento de pesquisas e realização de diagnósticos e mapeamentos utilizando-se de metodologias qualitativas e quantitativas referentes a processos de gestão cultural, construção de políticas culturais, práticas culturais etc.

Informação
Produção e disponibilização de informações focadas na diversidade cultural e seu amplo espectro de existência e diálogo, por meio da publicação de livros, edição de boletins, manutenção de um portal informativo e de uma política de difusão nas redes sociais.

Consultoria
Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não governamentais, no que se refere às áreas da Cultura, Diversidade e Gestão Cultural.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- Programa Pensar e Agir com a Cultura / Curso Desenvolvimento e Gestão Cultural – 2003 a 2022 responsável pela formação e capacitação de mais de 5.000 pessoas;
- Portal Observatório da Diversidade Cultural (www.observatoriodadiversidade.org.br);
- Boletim ODC com 100 edições lançadas;
- Pesquisa "Mapeamento da Diversidade Cultural em Belo Horizonte" (2011-2013);
- Pesquisa "Arte, gestão cultural e território: desafios para a promoção da diversidade em equipamentos culturais públicos em Minas Gerais e Bahia" (2018-2020);
- Seminário Diversidade Cultural – 07 edições entre 2005 e 2014 e uma em 2020;
- Participação na Comissão de elaboração do relatório quadrienal do Brasil de monitoramento da Convenção da diversidade para a UNESCO;
- Publicação de 9 livros e inúmeros artigos.

Serge Huot
Gramática do Silêncio
Cimento, argila, areia, pigmentos e água
João Pessoa, PB, 2013
Foto: Serge Huot

APRESENTAÇÃO DOS ARTISTAS E AUTORES

ARTISTAS

Adrianna eu
Nasceu no Rio de Janeiro, mas atualmente reside e trabalha em São Paulo. É formada pela Escola de Artes Visuais EAV – Parque Lage (RJ) onde frequentou cursos de Malu Fatorelli entre 2003 e 2006; e em Filosofia, com Auterives Maciel, no Museu da República entre 2003 e 2007. Em 2010 frequentou o Grupo Alice de Estudos e Projetos, coordenado por Brígida Baltar e Pedro Varela. Seu nome " Adrianna eu" é um "nome-obra" que carrega consigo um pronome que tem a intenção de provocar no outro um estranhamento, mas também afirmar um "eu" que surge no encontro. Instagram: @adrianna.eu

Adriano Machado
Natural de Feira de Santana, vive entre sua cidade natal e Alagoinhas-BA. Doutorando em Artes Visuais pela UFBA e desenvolve projetos artísticos em fotografia, vídeo e objetos que discutem questões de território, identidade, memória e confiança. Investigando a condição humana entre os espaços de convivência e os territórios afro-inventivos. Participou de exposições como a Bienal de Dakar (Senegal, 2022); Encruzilhadas da arte afro-brasileira (São Paulo, 2023); 31º Programa de Exposições do CCSP, (São Paulo 2021) entre outras. Residências artísticas: Oficina Francisco Brennand (2023); Latitude AIR (Chicago, EUA, 2022); Pivô Pesquisa (São Paulo, 2020). Instagram: @machadomad

Anny Lemos
Artista visual e educadora, graduada em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista UNESP Bauru-SP (2010). Atualmente vive e trabalha em São Carlos (SP). Desde 2011 desenvolve sua produção na linguagem da pintura, em paralelo com projetos educativos. Mantém ativa sua participação em

exposições coletivas e individuais: em 2021 participou da SP-Arte e Art-Rio com a Galeria Luis Maluf ; em 2022 circulou por Bauru e Botucatu com a exposição "Interiores" em parceria com a artista Kena; já executou pinturas murais em diferentes unidades do SESC, pelo interior de SP.
Instagram: @annylemos_artista

Fredone Fone
Fredone Fone começou a assinar seu vulgo nos muros em 1995 na periferia da Serra/ES, influenciado pelo skate. Trabalhou com o pai, pedreiro e pintor, e ajudou a mãe, confeiteira. Utiliza meios como vídeo, colagem, graffiti e rap, além de técnicas que aprendeu em suas vivências. Em 2021, conquistou o prêmio Pollock-Krasner Foundation Grant, NY, EUA.
Web: www.fredonefone.com
Instagram: @fredonefone / @euhumanurbano

Marcos Martins
Artista visual e arquiteto, mestre e doutor em poéticas visuais (ECA/USP), Pós-doutor FAUUSP. Aborda em suas pesquisas artísticas a reflexão sobre a inserção do corpo no espaço natural e urbano, através das transformações e tensões presentes nas paisagens construídas (ou desfeitas) pelos humanos, atuando nos processos dialógicos entre a espacialidade e o corpo, por meio das Performances, Intervenções Urbanas, Instalações e seus estreitamentos com a Arquitetura e o Design.
Instagram: @marcosmartins.art

Marília Scarabello
Artista visual, vive e trabalha entre Jundiaí e São Paulo. Mestra em Artes Visuais pela Unicamp, especializada em Cenografia Teatral pelo Espaço Cenográfico e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, iniciou sua produção artística em meados de 2013. Seu trabalho transita entre múltiplas linguagens, incluindo procedimentos frequentes de apropriação, com uma pesquisa direcionada às questões que envolvem a ideia de território e sua representação física e metafórica.
Instagram: @marilia_scarabello

Rick Rodrigues

Cria do CB, o bairro Crubixá, em João Neiva (ES), Rick Rodrigues (1988) é artista plástico e mestre em artes pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Trabalha com séries de desenhos, gravuras, bordados, objetos e instalações. Integra o Coletivo Almofadinhas, formado artistas que utilizam o bordado em suas obras, enfatizando memória, gênero, afetividade e sexualidade. O artista apresentou 11 exposições individuais, participou de mais de 50 exposições coletivas, ministra oficinas de desenho e bordado experimental e vivencia residências artísticas com frequência.
Web: www.rickrodrigues.com
Instagram: @rickrodriguess

Serge Huot

Nasceu na França em 1964, formou se em escolas e instituições independentes, participou de movimento de pesquisa artística sobre a realidade urbana na cidade de Recife entre 1988 e 1991. Seu trabalho aborda questões filosóficas entre arte e vida na relação cidade natureza. Em « Gramática do silencio » o artista traz uma instalação participativa composta por centenas de volumes em cimento feito a partir de caixa de papelão recolhidos nos super mercados.
Instagram: @sergehuot64 / @arapucaartecultura

Vinicius SA

O artista vive e trabalha em Salvador, graduado em artes visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia, é um artista inquieto. Seu interesse pelas ciências exatas o fez desenvolver uma linguagem própria que alia o pensamento científico, práticas manuais de baixa tecnologia à proposições de poéticas visuais poderosas, que, além de estabelecer diálogos com o espectador, traduz a memória e as experiências do artista. Seu processo é uma constante investigação de possibilidades estéticas e conceituais do cotidiano.
Instagram: @viniciussa.art

AUTORES

POLÍTICAS CULTURAIS EM CONJUNTURA PARADOXAL

Antonio Albino Canelas Rubim
Pesquisador do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Lattes: https://lattes.cnpq.br/7610489430554817

DESAFIOS INSTITUICIONAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Eliane Parreiras
É Secretaria de Cultura de Belo Horizonte. Foi Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, Diretora Executiva do Instituto Cultural Usiminas, Gerente Geral de Cultura/Sesc Minas, gestora no Circuito Cultural Praça da Liberdade e Museu de Arte da Pampulha. Foi consultora e gestora de diversos programas culturais em MG, SP e ES. professora de pós-graduação na área cultural. Graduada em Comunicação Social, especialista em Marketing (Fundação Getúlio Vargas), em Gestão Cultural (PUC Minas) e no programa de lideranças da Fundação Dom Cabral.
Linkedin: https://www.linkedin.com/in/eliane-parreiras

RESENHA: POLÍTICA CULTURAL; FUNDAMENTOS

Bernardo Mata-Machado
Historiador (UFMG), Cientista Político (UFMG), ator e diretor de teatro. Pesquisador da Fundação João Pinheiro (1977-2018). Dedicou-se aos temas da política cultural e da história econômica, social, política e cultural de Minas Gerais. Exerceu cargos de gestão cultural na Prefeitura de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e governo federal (Ministério da Cultura). Tem 4 livros publicados, entre eles "Política Cultural: fundamentos" (Edições SESC São Paulo, 2023).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6973861146098103

15 MIL PONTOS DE CULTURA, E AGORA? OS DESAFIOS DA RECONSTRUÇÃO DO BRASIL DE BAIXO PARA CIMA

Luana Vilutis

Trabalha com formação e pesquisa na área de políticas públicas com ênfase em estudos intersetoriais de cultura, educação, economia solidária e desenvolvimento comunitário. Integra a equipe de professores e pesquisadores do Observatório da Diversidade Cultural – ODC desde 2016. Doutora em Cultura e Sociedade pela UFBA. É professora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO Brasil na Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas e na Especialização em Cultura e Educação.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/7439968093857406

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: DO GOLPE À PAULO GUSTAVO

Kátia Costa

Produtora e gestora cultural. Especialista em gestão cultural pelo Itaú Cultural e Universidade de Girona. Mestra em Cultura e Sociedade pela UFBA. Pesquisadora da área de gestão, política e diversidade cultural. Integrante do Observatório da Diversidade Cultural (UEMG/UFBA) e do Observatório da Economia Criativa (UFBA). Consultora na área de políticas culturais em âmbito municipal.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0678094063211133

Silvia Maria Bahia Martins

Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (2011). Especialista em Gestão de Cooperativas pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - Escoop em parceria com o Sescoop Bahia (2022); em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes; Atua como tutora de EAD desde 2007, especialmente, nos campos de gênero, gestão social, políticas públicas. Atualmente é estudante da Especialización en Métodos y Técnicas de Investigación Social, pela Clacso Argentina.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0684274543712447

INFRAESTRUTURA CULTURAL DO BRASIL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Plínio Rattes

Doutor e Mestre pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em

Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Possui graduação em Produção em Comunicação e Cultura pela UFBA (2007). É pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC), desde 2016. Autor e organizador de diversas publições na área da gestão cultural, atualmente é Gerente de Cultura do SESC Bahia.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0118674268071904

OS AVANÇOS LEGAIS NA FACILITAÇÃO DOS PROCESSOS ENVOLVIDOS NO FOMENTO À CULTURA E OS DESAFIOS ENVOLVIDOS EM SUA EFETIVA IMPLANTAÇÃO

Poliana Gomez Brasil

Jornalista graduada em Direito, pós-graduanda em Gestão Cultural, produtora cultural, assessora técnica em cultura, musicista, mãe. Participou do Ciclo Nacional de Capacitação do SEBRAE da Lei Paulo Gustavo com apoio do Ministério da Cultura com atuação em 11 Estados; atua na Arte em Prática Assessoria em Cultura como criadora de conteúdo cultural.É ex-presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Avaré (SP).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/5776886684522127

REFLEXOS ECONÔMICOS NA CADEIA PRODUTIVA DA CULTURA: UMA ANÁLISE REPLICÁVEL PARA OUTROS MUNICÍPIOS A PARTIR DOS RESULTADOS DO PROJETO CULTURA E ECONOMIA PARA JACAREÍ

Wiliam Retamiro

Doutor em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional, Economista. Pesquisador com publicações relacionadas a economia da cultura e economia solidária, coordenou o estudo de reflexos econômicos da cultura pelo projeto Cultura e Economia para Jacareí (CEJAC).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0803500224759443

Jade Diniz

Economista pela Universidade Federal de Viçosa, Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ e Mentora no Programa ECONecta (USP). Também é Diretora na Autopoiese Inovação Social e na econoMina.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4188461486399890

POLÍTICAS CULTURAIS COM AS PERIFERIAS: ESCUTA ATENTA, PRESENÇA E MUDANÇA DOS PARADIGMAS DE CULTURA

Bruna Hercog

Jornalista e educadora, trabalha com formação, pesquisa e extensão nas áreas de cultura, comunicação e educação. Doutora em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Poscultura/UFBA). Tem experiência em articulação de redes de coletivos de arte e comunicação com atuação em periferias latino-americanas; sistematização de conteúdos; elaboração de materiais didáticos e metodologias participativas; realização de pesquisa de campo e avaliação e monitoramento de projetos sociais. É pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural e membro do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3135418176761711

Natureza França

Bacharela em Artes, Mestra em Dança, na linha de pesquisa Mediações Culturais e Educacionais em Dança pela UFBa. Multiartista, contadora de histórias e performer; capoeirista, sambadeira e cantadeira de samba de roda. Arte educadora, educadora de aprendizagem profissional, produtora e gestora cultural, professora de danças populares. Fundadora e coordenadora do grupo A CORDA Samba de Roda, da Plataforma Multimírdia Favela Revela, da Associação Quial Tubarão.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9296015470412510

O CEARÁ EM ESTADO DE CONFERÊNCIA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS CONFERÊNCIAS DE CULTURA

Leandro Maciel Silva

Servidor Público da Secretaria de Cultura do Ceará. Analista de Gestão Cultural. Orientador de Célula dos Sistemas Setoriais, membro da Coordenadoria de Política para as Artes. Coordenou os 26 Encontros Setoriais da 4ª Conferência Estadual de Cultura do Ceará. Conselheiro Estadual de Cultura, biênio 2022-2024. Doutor em História Cultural, pela UFSC.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6162086183244111

Renata Nunes Pereira Melo
Analista de Gestão Cultural e Assessora de Controle Interno e Ouvidoria da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Doutora em Cultura e Sociedade pelo Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da UFBa. É pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural. Graduada em Direito, com experiência na área jurídica da Secretaria de Cultura do Município de Fortaleza/SECULTFOR.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8654416484150444

Thiago Rodrigues
Produtor Cultural da Universidade Federal do Cariri (UFCA), cedido para atuação no Escritório Estadual do Ministério da Cultura no Ceará. Foi Conselheiro Municipal de Política Cultural de Fortaleza entre 2013 e 2015, Conselheiro Municipal de Política Cultural de Juazeiro do Norte entre 2017 e 2021, e é Pesquisador do Observatorio Cariri de Políticas e Práticas Culturais (UFCA) e do Observatório de Políticas Culturais da UFPB. Mestre em Comunicação Social (UFC).
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4454335570886583

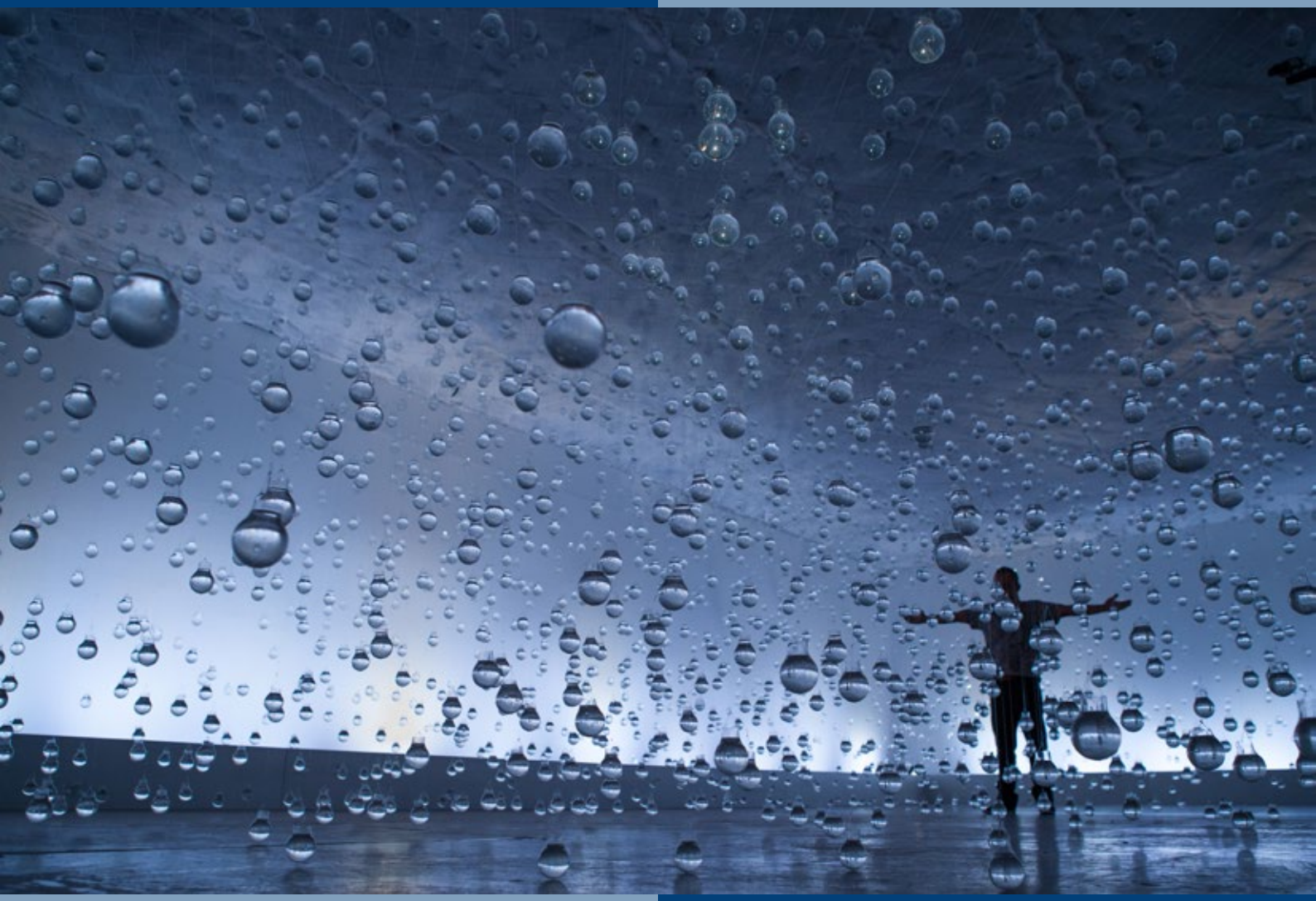
A III CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DA CULTURA DE TOLEDO (PR): DIÁLOGOS EM REDE E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS MARCOS LEGAIS

Juan Ignacio Brizuela
Doutor em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos - IHAC, UFBA. Posdoc (CAPES/Brasil) do Programa Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da UNILA. Colíder do grupo Observatório da Diversidade Cultural (ODC). Pesquisador da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência (IEA/USP), selecionado na titularidade do prof. Néstor García Canclini (2020/2022). Foi bolsista recém doutor (UENF-FAPERJ) no Programa Interdisciplinar de Políticas Sociais. Trabalhou na Diretoria de Economia da Cultura da Secult-BA.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6362525134331343

Marcela Cristina Bettega
Doutoranda em Geografia (UEPG). Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em História da Arquitetura e Urbanismo (Faculdades Metropolitanas de São Paulo),

em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Paraná, e em Leitura e Produção de Texto pela FAE Centro Universitário. Graduada em Artes Visuais pela Faculdade de Artes do Paraná. Desde 2002 trabalha com Gestão e Produção Cultural.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6625849014180828

Tatyane Cristina Mendonça Ravedutti
Consultora de Cultura da Rede Regional de Cultura e Patrimônio do Oeste do Paraná, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu. Graduada em Educação Artística licenciatura em Artes Cênicas pela Faculdade de Artes do Paraná (2002). Especialista em Gestão Cultural e Organização de Eventos pela Universidade de São Paulo e Mestre em Estudos Latino Americanos pela UNILA.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3696274864700341



Vinícius SA
Lágrimas
Dimensões variadas
Rio de Janeiro, RJ, 2013
Foto: Erivan Morais